



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**



136

'01 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio
Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico
RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) - Porto Alegre:
IHGRGS, 1921 -

Periodicidade irregular

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do
Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

CDU 981.65
918.65

Claudia Walther Zanenga CRB10/306

Diagramação e Transcrição documental: Miguel A. de O. Duarte

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal
4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de
Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317
90010-271 . Porto Alegre . Rio Grande do Sul . Brasil

Horário: 13h às 19h
Telefone/ Fax (51) 3224.3760
e-mail: ihgrgs@via-rs.net
<http://www.geocities.com/paris/jardin/5965/>
ou
<http://www.paginadogaicho.com.br/ihgrgs>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente

Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente

Sérgio da Costa Franco

2º Vice-Presidente

Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Secretário-Geral

Heinrich Hasenack

Secretário

Véra Lucia Maciel Barroso

Responsável pela Biblioteca

Francisco Riopardense de Macedo

Orador

Carlos de Souza Moraes

Conselho Fiscal

Gervásio Rodrigo Neves

Miguel Frederico do Espírito Santo

Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista

Corálio Bragança Pardo Cabeda

Miguel Frederico do Espírito Santo

Sérgio da Costa Franco

Comissão de Admissão e Demissão

Miguel Frederico do Espírito Santo

Raphael Copstein

Véra Lucia Maciel Barroso

Comissão de História

Earle Diniz Macarthy Moreira

Paulo J.P. Xavier

Sérgio da Costa Franco

Secretário Executivo

Miguel A. de Oliveira Duarte

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern - Arthur Rabuske -
Braz Augusto Aquino Brancato -
Carlos de Souza Moraes - Coralio
Bragança Pardo Cabeda - Earle Diniz
Macarthy Moreira - Elvo Clemente-
Fernando O'Donnell - Flávio Loureiro
Chaves - Francisco Riopardense de
Macedo - Gervásio Rodrigo Neves -
Heinrich Hasenack - Helio Moro
Mariante - Lothar Francisco Hessel -
Luís Alberto Cibils - Margaret M.
Bakos - Miguel Frederico do Espírito
Santo - Moacyr Flores - Mozart
Pereira Soares - Paulo J. P. Xavier -
Raphael Copstein - Ruben Neis -
Sérgio da Costa Franco - Sérgio Alves
Teixeira - Telmo Lauro Müller - Véra
Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
QUADRO GERAL – 1925/2000

ACHIM SCHRADER
ADILSON CEZAR
AFONSO CELSO (CONDE DE)
AFONSO DE ESCRAGNOLE TAUNAY
AGUSTIN VENTURINO
ALCINDO DE AZEVEDO SODRÉ
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI
ALFREDO ROMÁRIO MARTINS
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ
ÁLVARO DE ALENCASTRE
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
ANGIONE COSTA
ANÍBAL MATOS
ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
ANTÔNIO DE ARAÚJO DE A. BULÇÃO SOBRINHO
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
ARTUR CESAR FERREIRA REIS
AUGUSTO MEYER
AUGUSTO TASSO FRAGOSO
CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CARLOS XAVIER PAES BARRETO
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
DAVIS RIBEIRO DE SENA
DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA
DINO WILLY COZZA
EDGAR FONTOURA
ELISEO POPOLIZIO
EMÍLIO A. CONY
EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA
EURÍPEDES FALÇÃO VIEIRA
FERNANDO CALLAGE
FERNANDO O. ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
FRANCISCO DE PAULA CIDADE
FREDERICO DE BARROS BROTERO
GASTÃO DE BITTENCOURT
GASTÃO PENALVA (COM. SEBASTIÃO DE SOUZA)
GENUINO ANTÔNIO FERRI
GERALDO JOSÉ PAUWELS
GUILHERME AULER
GUILHERME STUDART (BARÃO STUDART)
HÉLIO LEÔNIO MARTINS
HELIO VIANA
HENRIQUE DA SILVA FONTES
HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN
HERBERT CANABARRO REICHARDT
HILGARD O'REILLY STERNBERG
HORÁCIO ARREDONDO HIJO
IVAN MONTEIRO DE BARROS LINS
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE

JOÃO AFONSO CORTE REAL
JOÃO BORGES FORTES
JOÃO NEVES DA FONTOURA
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JONATAS DA COSTA REGO MONTEIRO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JORGE SALIS GOULART
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ ARTUR BOITEUX
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
JOSÉ LIMA FIGUEIREDO
JOSÉ OTAVIANO PINTO SOARES
LAURO REINALDO MÜLLER
LEOPOLDO PETRI
LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO
LUIZ DA CÂMARA CASCUDO
LUIZ DA SILVA RIBEIRO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOYCOCHEA
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MANUEL ESTEVÃO FERNANDES BASTOS
MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELO
MÁRIO GARDELIN
MAX FLEIUSS
MILTON DE ALMEIDA SANTOS
MOARCI MATEUS SEMPÉ
MORIVALDE CALVET FAGUNDES
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
OSWALDO RODRIGUES CABRAL
PEDRO BRASIL BANDECCHI
PEDRO DIAS DE CAMPOS
PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
PERCY ALVIM MARTIN
PLÍNIO AYROSA
RAIMUNDO GIRÃO
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROMEU CALDERAN BELTRÃO
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
RUBEN MACHADO DA ROSA
RÚBIO BRASILIANO FERREIRA
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
SEVERINO SOMBRA
TARCISIO ANTONIO COSTA TABORDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
VITOR RUSSOMANO
WALTER FERNANDO PIAZZA
ZÉLIA ANDRADE LEMOS
ZOSYMO LOPES DOS SANTOS

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 7 RESUMO HISTÓRICO DOS PALÁCIOS DE GOVERNO**
Luís Alberto Cibils
- 17 DO TRABALHO SERVIL AO TRABALHO LIVRE NUM MUNICÍPIO DA FRONTEIRA SUL**
Sérgio da Costa Franco
- 25 A MULHER NO PERÍODO FARROUPILHA**
Moacyr Flores
- 37 O COMPLÔ DO CENTRO REPUBLICANO DE PORTO ALEGRE**
Coralio Bragança Pardo Cabeda
- 47 A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E O TRIGO**
Raphael Copstein
- 77 MÚSICA E SOCIEDADE NA PORTO ALEGRE DE ANTANHO**
Lothar Hessel
- 87 O CHOQUE CULTURAL DO CONTESTADO**
Davis Ribeiro de Sena
- 111 INTEGRAÇÃO CULTURAL DO CONE SUL**
Paulo Xavier
- 131 SOCIEDADES DE TIRO E BOLÃO**
Carlos de Souza Moraes
- 141 NOTAS SOBRE O LEVANTE DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL**
Gervásio Rodrigo Neves

PALESTRAS

- 167** **UM JANTAR E MUITA HISTÓRIA**
Blau Fabrício de Souza
- 173** **ERICO VERISSIMO: O NARRADOR COMO TESTEMUNHA DA HISTÓRIA**
Flávio Loureiro Chaves
- 185** **COMPREENDENDO OS PRECONCEITOS E AS DISCRIMINAÇÕES**
Sérgio Alves Teixeira
- 201** **REVOLUÇÃO DE 1932: TEATRO DE OPERAÇÕES DO EXÉRCITO DO SUL**
Altino Berthier Brasil
- 209** **DISCURSO COMEMORATIVO AOS 80 ANOS DO IHG**
Sérgio da Costa Franco

DOCUMENTAÇÃO

Arquivo Geral do IHGRGS

- **Francisco Pedro de Abreu** 217
- **Fundo Souza Docca** 229
- **Fundo Walter Spalding** 267
- **Fundo Marechal Câmara** 269
- **Jornal APOLLO, fac-símile** 272
- **Documentação do Conselho Ultramarino - Mapa das fazendas povoadas de gados no Rio Grande de São Pedro - 13 de outubro de 1741** 276

NOTICIÁRIO

- **Cronologia de Eventos do IHGRGS** 280
- **Laudelino Teixeira de Medeiros** 282
- **Obituário: Milton Santos, por Gervásio Rodrigo Neves** 284

Resumo histórico dos Palácios de Governo

Luís Alberto Cibils¹

É grato ao Instituto Histórico e Geográfico do RGS recordar fatos históricos desta Casa de Governo.

Porto Alegre tem hoje seu centro urbano enriquecido por prédios que são verdadeiras obras de arte, uns públicos, outros particulares, demonstrando amplamente a grande influência da arquitetura germânica, onde se destacaram Theo Wiederspahn, Rudolf Ahrons e outros arquitetos.

Entretanto, nem sempre foi assim. O início de nosso povoamento é predominantemente português continentino e açoriano, marcando sua presença em várias obras importantes.

José Marcelino de Figueiredo, com sua vinda romanesca ao Brasil, mandado ao Rio Grande, não só transferiu a sede do governo de São Pedro do Rio Grande, que estava provisoriamente em Viamão, para Porto Alegre, por motivos estratégicos, também aqui marcando sua presença em fatos memoráveis.

Além dos grande feitos que a História registra, ainda construiu a Igreja e o Palácio governamental já em 1772, no alto da colina.

Serviu-se para tanto do Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha. Esta obra foi morosa, levando 17 anos, sendo ocupado o Palácio só em 1789, no governo do Cel. Joaquim Ribeiro da Costa.

Naquele Palácio que hospedou o Imperador Pedro II, a Princesa Isabel e seu consorte o Conde d'Eu, governaram homens de 4 regimes: Capitania subordinada, Capitania Geral, Província do Império e Estado da República.

Entre tantos podemos lembrar o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Paulo José da Silva Gama, Dom Diogo de Souza (Marquês do Alegrete), o Duque de Saldanha, o 1º. Marques de Souza, o Visconde de São Leopoldo, o Visconde de São Gabriel, o Duque de Caxias, Tristão de Alencar

¹ Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
Palestra realizada no Palácio Piratini em 14 de maio de 2001

Araripe, o Marechal Deodoro da Fonseca, o Conselheiro Gaspar Silveira Martins, o Marechal Câmara e, por fim, Júlio Prates de Castilhos.

Proclamada a República, Castilhos decidiu construir novo Palácio em 1894 por sugestão de seu Secretário de Obras Públicas J.J. Pereira Parobé, pois o antigo prédio não tinha mais condições de habitabilidade. Anteriormente o Engenheiro Álvaro Nunes Pereira já havia elaborado um projeto nesse sentido. A Assembléia dos Representantes aprovava a Lei n. 9, de 30.11.1885, que autorizava o governo a gastar a importância de 200 contos de réis para o início das obras.

A sede do governo em 1895 transferiu-se para o *Palácio Provisório*, sito na Praça da Matriz, esquina com a Rua Jerônimo Coelho, hoje em processo de restauração. O confrade Arthur Ferreira Filho foi o primeiro a estudar o assunto.

O projeto adaptado para o novo Palácio foi do Eng. Afonso Hebert, orçado em 610 contos de réis, tendo iniciado os trabalhos com o lançamento da pedra fundamental em 27.10.1896.

A.A. Borges de Medeiros, tendo assumido em 25.01.1898, deu tratamento mais moderado às obras, devido a outras prioridades.

Foram feitas em 1901 escavações de grande vulto com o desnível do terreno e assentadas as bases de alvenaria do 1º. piso.

O Eng. Hebert, autor do projeto, viajou à Itália a procura de mármore e outros materiais a serem importados; simultaneamente foram obtidas amostras de calcário de Villars, na França.

O retardamento prolongado das obras permitiu a Borges de Medeiros equilibrar o orçamento.

Assume o Governo em 25.01.1908 Carlos Barbosa Gonçalves, nascido em Pelotas, sobrinho-neto de Bento Gonçalves da Silva, formado em Medicina no Rio de Janeiro em 1875, com 24 anos. Viajou para Paris onde por mais de três anos estagiou nos Hospitais Wecker e Vale de Grace, neste como chefe de clínica, aperfeiçoou-se em oftalmologia, cirurgia, medicina interna e obstetrícia. Retorna a Jaguarão em 1879, quando se casa a 6 de setembro com Carolina Cardoso de Brum.

Conheceu e adotou a cultura francesa.

O Secretário das Obras Públicas de Carlos Barbosa, Eng. Cândido José de Godoi, mandado demoradamente a Paris, observou o gosto arquitetônico dominante na época, com o pensamento de que o palácio governamental deveria ter projeção do que seria o Rio Grande 100 anos depois.

Em sua primeira Mensagem à Assembléia, relatando o que foram as ocorrências administrativas do exercício de 1908, informava os motivos de ter abandonado o projeto de Afonso Hebert, em adiantada execução.

Desejava dar dimensões de aparência mais belas, mais amplas, demolindo parte do que fora construído até 1901.

Abriu-se em Paris concurso de projetos, onde se apresentaram dois Arquitetos: Augustin Rey e A. Janin, sendo Augustin classificado em 1º. lugar pela comissão composta por Olinto Olímpio de Oliveira, dois professores da Escola de Engenharia: Manuel Teófilo Barreto Viana e João Vespúcio de Abreu e Silva, além do Cel. Manuel Py.

Estes projetos, devidamente pagos, não foram aproveitados por desconhecerem o ambiente físico, a topografia e a paisagem local.

O compasso de espera surgiu pela 2ª. vez, depois de 13 anos da demolição do primeiro palácio.

Na época serviu de *Palácio Provisório* o edifício das Obras Públicas, situado na Rua Duque de Caxias, esquina da Rua Gen. Auto (Barão de Jaguarão).

Construído a partir de 4.01.1908, este edifício teve sua conclusão a 1º. de agosto do ano seguinte. Ajardinamento, iluminação e outras adaptações foram feitas para residência do Presidente do Estado.

Foi construído pelo empreiteiro Júlio Noitarex, atingindo o custo total de 181:432\$215 réis.

O atual Palácio teve o contrato firmado com o Arquiteto Maurice Gras com o objetivo de a medida atestar o progresso do RGS.

Este jovem arquiteto despontava em Paris e fora indicado pelo Ministro da França no Rio de Janeiro.

Maurice vem a Porto Alegre onde permaneceu dias sem ônus, além da viagem e estada na Capital, em março de 1909.

Seu projeto dividiu o terreno em 2 planos, ligados por escadarias. No primeiro ficava na Rua Duque de Caxias, destinado à alta administração e a repartições, enquanto o 2º. plano era destinado à ala residencial.

A pedra fundamental fora novamente lançada em 20 de setembro de 1909. Em 1910 as obras passaram a ser dirigidas por Hipólito Fabres, das Obras Públicas e Emile Trambly, representando Gras. Desapropriações foram realizadas para dar mais destaque à obra.

Aberta concorrência para compra de material verificou-se que o calcário de Villars, posto em Porto Alegre, seria mais barato do que o dos fornecedores locais, que atingiu o triplo do preço. O nacionalismo surgiu, sendo o assunto discutido por toda a parte.

O Presidente do Estado justificou com a simples explicação de que a pedra de Villars não pagava transporte, pois serviam de lastro nos navios em alto mar e que transportava mercadorias de alto valor e pouco peso.

Conciliador, Carlos Barbosa atendeu em parte aos reclamos dos fornecedores locais, empregando na ala residencial o granito de Teresópolis.

O cimento, inicialmente veio da Inglaterra, depois de Vassy, na França, que também forneceu o calcário de Chassignelles para as sacadas e frisos da área residencial. As madeiras, como o cedro, louro e outras, foram tiradas dos matos de Cachoeira do Sul, propriedade do governo. A areia empregada foi colhida nas margens do Guaíba.

O grês, de boa qualidade, para os arcos e fecho das portas, foi obtido da propriedade do Cel. João de Moraes Pereira em Taquarí, pois era de bela coloração branca, resistente e homogênea.

Para tanto contratou com Avelino Gonçalves Agra o fornecimento de todo o material por 30\$000 réis o m³.

Passou o governo a levar a termo a construção por 1.500 contos de réis. Em junho já atingia a soma de 2.066 contos de réis. Na metade do ano de 1914 a obra esteve praticamente interrompida, atingindo já 3.300 contos.

Em 1912, último ano de seu governo, Carlos Barbosa refere-se com entusiasmo, em sua Mensagem, ao andamento do trabalho e ao emprego de estuques vindos de Paris, pois consultara anteriormente os de Montevideu e Buenos Aires.

Borges de Medeiros voltara ao governo em 25.01.1913 e pretendia aplicar nas obras do Palácio em torno de 1.000 contos de réis, quando na verdade não atingiu a 400. A 1ª. Grande Guerra Mundial, iniciada em agosto de 1914, determinou a paralisação dos trabalhos, com as dificuldades de importação de materiais.

Retira-se para Paris o contra-mestre Soumier Duval.

Logo depois de um mês no governo, Borges e seu Secretário das Obras Públicas, Parobé, resolvem construir o Palácio por empreitada, sendo Maurice Gras representado nas obras por Emile Trambly.

Encontravam-se já instalados os invólucros para a iluminação elétrica dos tetos e sacadas, bem como a passagem dos fios para o 1º. pavimento.

Com a dificuldades em prosseguir na construção, procurou o governo executar o que não dependesse de importação, contratando Lucílio de Albuquerque para pintar um quadro tendo como cena o *transportes dos lanchões de Garibaldi* para as águas do Tramandaí, por 25:000\$000 rs.

Doente Borges de Medeiros, em 1916 assume o Vice-Presidente do Estado o Gen. Salvador Aires Pinheiro Machado que, com a morte de Parobé, designou interinamente o Dr. Protásio Alves, sendo aberta concorrência para a conclusão do pavimento térreo com ornamentações previstas por Gras, inclusive as salas de recepção e audiência, gabinete do presidente e as salas de entrada de ambos os lados, contratando com o pintor Alfredo Friederich por mais de 64 contos.

Em 1917 encomendou ao pintor Décio Villares diversos *panneaux* ornamentais por 60 contos de réis. Foram concluídos os passeios da Rua Duque de Caxias e a entrada de carros.

Reassumindo Borges de Medeiros, designa Secretário das Obras Públicas Ildefonso Soares Pinto, quando no 2º. semestre ultimavam-se as obras ornamentais dos salões no estilo Luís XVI, do projeto de Maurice Gras.

Os porões foram preparados para alojar o Corpo da Guarda e arquivos. As dificuldades obrigaram a adoção de madeiras comuns nos assoalhos.

Em maio de 1918 foi contratado com Paulino Fernandes da Cunha os vidros e espelhos das portas prontas do Palácio.

No decorrer deste ano e no seguinte, as obras tiveram grande morosidade, construindo-se os muros de arrimo, escada ao 1º. plano, movimentação de terra e calçamento no exterior. Moschetti La Porta & Cia. forneceram o material elétrico no estilo Luís XVI.

As figuras da fachada e a *Pastoral* do pátio interno do Palácio apresentam trabalhos em pedra realizados pelo mesmo autor do colossal *Cristo Redentor*, cartão-postal do Rio de Janeiro, o escultor francês Paul Landowski.

A fiscalização das obras voltou, em junho de 1919, a ser realizada pelo Eng. Hipólito Fabres e em 15 de agosto foram encomendados os lustres à firma Surmot e Courteil, bem como a sua colocação.

A decoração e o esboço dos 5 principais salões foi contratada com Alfredo Friedrich e com Pedro Fabris a colocação de vidros nas clarabóias da sotéia.

No mês de março Carlos Werres instalou os vidros das janelas, na ala residencial. Em abril vieram da França as pedras para o revestimento principal do Palácio.

Maurice Gras, dispensado da fiscalização das obras, em Paris continuou a ser mediador do governo nas compras de utensílios e outras providências com o prédio por ele projetado.

Foram encomendados por Gilbert e Friederich os móveis e estantes de aço para o arquivo presidencial. Pequenas empresas foram utilizadas para maior rapidez nos trabalhos de fiscalização.

Realizado o piso inferior do Palácio, tratou-se do asfaltamento do terreno e a realizar os preparativos para a mudança da Presidência do Estado e outros órgãos. Foram colocados trilhos, tapetes, cortinas e repositórios.

O mobiliário executou-se nas oficinas da Casa de Correção, sendo 4 jogos Luís XV. O material elétrico do pavimento térreo foi fabricado em Paris pela casa Soumer Duval & Cia., com desenhos do Arquiteto Maurice Gras no mesmo estilo, em bronze fundido, dourado e envernizado com nitratos em tom de ouro velho.

A 17 de maio de 1921 o Presidente do Estado Borges de Medeiros e seus auxiliares, iniciaram o expediente, sem inauguração festiva, pois o edifício não estava concluído no 2º pavimento, nos jardins e na ala residencial. Borges não moraria no Palácio.

A construção já atingia a mais de 5 mil contos de réis. Foram instalados os portões e grades laterais, vindos da Casa Cristofel de Paris.

Em 1922 teve impulso a ala residencial, com a canalização elétrica, de água e esgoto e a colocação de estuques de alabastro e ajardinamento, este efetuado por Paulo Volkman.

O movimento revolucionário de 23 prejudicou as finanças, entretanto, concluiu-se o 1º. piso, permitindo a instalação da Secretaria do Interior na ala esquerda e a chefatura de Polícia no subsolo. Em 27 realizaram-se acabamentos de muros de arrimo.

O Tratado de Pedras Altas que pôs fim à Revolução de 1923, tendo sido anteriormente assinado pelo Gen. Fernando Setembrino de Carvalho, representando o Presidente da República Artur Bernardes, fora apresentado a Borges de Medeiros em 14 de dezembro pelo então Major Euclides de Figueiredo, colhendo a assinatura do Presidente do Estado.

Com Getúlio Vargas no governo do Estado, em 1928, foram realizadas obras de melhoria nas instalações da casa de governo. No ano de 1930 as despesas já atingiam a cifra de 7 mil contos de réis.

Neste Palácio surgiu a conspiração contra o governo do Presidente Washington Luís e posse do Presidente eleito Júlio Prestes de Albuquerque, alegando-se fraude eleitoral.

Ainda neste Palácio, em 3 de outubro, saiu o manifesto assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, dando início à Revolução de 30, marcando nova época para a História do Brasil.

No período de 1930-45 os trabalhos se limitaram a obras de conservação.

Em administração direta o Interventor Federal Ernesto Dornelles deu início aos revestimentos de gesso no salão de festas e na sala de recepções, sob a orientação dos artistas, inicialmente Rademacher e, depois, com José Chiringelli.

O Interventor Cilon Rosa mandou refazer o revestimento interno em 1946, custando este trabalho em torno de 1.500.000 cruzeiros.

O Governador Walter Jobim, conservando o mesmo Secretário das Obras Públicas José Batista Pereira, realizou pintura e revestiu de mármore e gesso o 2º pavimento do Palácio.

Em 1948 a Cia. Marmito S.A., do Rio de Janeiro, executou os rodapés, lambris e lareiras em mármore italiano, ao custo de 656.752 cruzeiros.

No período de 1949 a 1952 os escultores Carlos Kronawitter e Antônio Sálvia realizaram trabalhos de escultura, bem como revestimento de gesso em várias salas, com o custo de 240.000 cruzeiros.

O pintor italiano Aldo Locatelli foi contratado em 1951 para a realização de murais de grande porte, como a *Chegada de Silva Pais ao Rio Grande* e a *Lenda do Negrinho do Pastoreio*, pela importância de 1.175.000 cruzeiros.

No 1º governo de Ildo Menghetti (1955-59), houve trabalho de conservação geral do Palácio, pois anteriormente fora inaugurada uma usina diesel para iluminação, em caso de emergência.

Nessa época o Instituto Histórico e Geográfico do RGS, em sessão de 12 de abril de 55, por sugestão do confrade Moisés Vellinho, discutiu a necessidade de um nome ao Palácio do Governo, já que outros palácios do Brasil e do exterior tinham denominação. Discutidas várias possibilidades, foi escolhido o nome de *PIRATINI*, proposta de Armando Dias de Azevedo.

Uma comissão levou ao governador o ofício de 19 de abril, assinado pelo Presidente do IHG, o mineiro Guilhermino Cesar. Nesta ocasião falou em nome do Instituto o historiador Moisés Vellinho que, entre outras considerações disse: *É que Piratini, nome que reúne em si mesmo todo o sonho republicano e federativo dos farrapos, é a própria síntese da História do Rio Grande nos seus ímpetos de afirmação liberal e fidelidade à Pátria comum.*

O Decreto n. 6.109, de 29 de junho de 1955, teve o artigo 1º assim redigido: *É denominado “Palácio Piratini” o edifício sede do Poder Executivo deste Estado.* Assinado pelo Governador Ildo Menghetti foi referendado pelos

Secretários de Estado. Esta data foi escolhida por ser dia de São Pedro, padroeiro do Rio Grande do Sul.

O Governador Leonel Brizola em seu período administrativo (1960-63), refez o sistema de abastecimento de água, sanitários e esgotos, além de trabalhos na ala residencial, como aquecimento, banho e lavanderia.

Brizola iniciou o Movimento da Legalidade que levou à Presidência da República o Vice-Presidente João Goulart.

No governo de Walter Peracchi de Barcelos, colocaram-se parques e cortinas.

O governo Euclides Triches empreendeu a arborização do jardim e criou o *Galpão Crioulo* com área de 600 m², por sugestão do tradicionalista Glaucus Saraiva, onde seriam recebidas as autoridades. Triches também deu início à visitação pública do Palácio Piratini.

Os demais são fatos ainda recentes, não cabendo à História examiná-los.

Tudo isto, senhores, foi feito na afirmação dos mais elevados princípios de honra, de justiça, de solidariedade e compreensão humanas, na linha cristã e filosófica da formação do Rio Grande do Sul.



Foto do autor - 1951

Jaguarão – Prédio de Charqueada – Construção 1848

DO TRABALHO SERVIL AO TRABALHO LIVRE NUM MUNICÍPIO DA FRONTEIRA SUL

Sérgio da Costa Franco

Como a economia da região sul da província sempre variou em função da maior ou menor estabilidade política do Prata, o primeiro quartel do século XIX, enquanto fervia o Prata nas agitações de seu processo de independência, foi um período de crescimento econômico e prosperidade para os criadores e charqueadores de nossa faixa fronteiriça. É compreensível: os conflitos que dividiam a sociedade da Banda Oriental desorganizavam a produção, a circulação de bens e o consumo, favorecendo em contrapartida, a nova fronteira luso-brasileira. No Brasil, o quase simultâneo processo de emancipação política foi praticamente indolor e incruento. O cientista francês Raymond Pebayle, louvando-se em estatísticas da sempre crescente exportação de charque e da alta dos preços do gado, afirma que o primeiro quarto do século XIX foi uma das idades de ouro da pecuária rio-grandense.

Esse crescimento econômico explica o rápido desenvolvimento de Jaguarão, entre sua fundação em 1802 como Guarda do Cerrito e a instalação de seu município em 1833. É digno de nota que o censo realizado neste último ano haja encontrado no território comunal uma população de 5.457 habitantes, havendo, naquele espaço de tempo, o infausto período da Guerra da Cisplatina (1827-28), com episódios de invasão militar, ocupação estrangeira e combates. E atente-se para o fato de que o processo de povoamento da região não obedeceu a qualquer planejamento ou política de colonização. A distribuição de terras fez-se ao sabor da conquista militar e dos caprichos da burocracia portuguesa, que aquinhoava sobretudo os oficiais de boa folha de serviços e os burocratas mais ligados à administração colonial. Disso resultou, desde o início, forte concentração da propriedade fundiária, concentração apenas minorada pela formação de posses irregulares, que ignoravam os limites das sesmarias e os direitos de proprietários absenteístas. A acumulação de bens foi, em parte, favorecida também pelas intervenções luso-brasileiras no território da Banda Oriental e a formação da Província Cisplatina, quando muitos brasileiros puderam

estabelecer fazendas de criação em território uruguaio. Essas fazendas se consolidaram, sobrevivendo à proclamação da independência do Uruguai, tanto que a porção norte desta República permaneceu, até o fim do século XIX, uma área de nítida liderança sócio-econômica de brasileiros.

Esse ciclo de prosperidade explica a presença de 2.531 escravos entre a população recenseada no município de Jaguarão em 1833. Numa época em que campos e gados tinham escasso valor, o ativo principal da exploração agro-pastoril era o braço escravo. Tivemos ocasião de analisar, através de inventários processados perante o Cartório de Órfãos e Ausentes do foro de Jaguarão (recolhidos ao Arquivo Público do Estado), uma amostra bastante significativa do patrimônio dos fazendeiros jaguarenses no século XIX, o que nos permitiu fixar correlações sugestivas entre o valor do gado e dos escravos. Entre 1845 e 1847, em 13 inventários de fazendeiros, de variada condição econômica, encontramos valor médio de 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil-réis) para os escravos homens; um pouco menor para as mulheres. Ora, sendo o valor médio do gado de cria o de 3\$200 (três mil e duzentos réis) por cabeça, temos que o preço médio de um escravo correspondia ao de 203 bovinos. E dado que 10\$000 (dez mil-réis) era a avaliação mais freqüente para cavalos mansos, vemos que um escravo equiparava-se ao preço de 65 cavalos domados, numa época em que, em decorrência da Revolução Farroupilha recém finda, cavalos se tinham tornado artigo raro e precioso.

Entre alguns historiadores gaúchos foi corrente a afirmativa de que o braço escravo fosse pouco empregado nas estâncias, porque o tipo de trabalho, em campos abertos e em clima de isolamento, não permitiria a contenção e disciplina dos cativos, que facilmente poderiam fugir. Nesse equívoco, em escritos juvenis, também nós mergulhamos. Nada mais falso, todavia. Pelo menos até meados do século XIX, as estâncias funcionaram com prevalência do braço escravo sobre o livre. PEBAYLE, em sua excelente tese, escreveu:

“Numa sesmaria de três léguas por uma, podia-se criar até 5.000 cabeças. Seis homens bastavam para garantir a boa marcha destas enormes explorações. Sob este aspecto, a mão-de-obra servil era ainda mais importante então do que no século XVIII. Assim 25 das 26 explorações de que pudemos estudar os inventários durante

o período de 1801-1828, possuíam um total de 276 escravos (crianças, mulheres e homens), o que dá um média de 10 a 11 escravos por fazenda” (pag. 230).

Em nossa pesquisa, nos treze inventários de fazendeiros, nos anos de 1845 a 1847, foram arrolados precisamente 100 escravos, o que dá uma média de 7,6 por fazenda inventariada. Um dos inventariados deixou 22 cativos em seu espólio; outros dois deixaram, cada qual, 18 escravos, entre homens e mulheres. E acresce considerar que os escravos qualificados como “campeiros” recebiam as mais altas avaliações.

Mas não só os processos de inventários documentam essa forte presença do trabalhador cativo nos estabelecimentos rurais. Levantamento efetuado pela Câmara Municipal de Jaguarão entre 66 posseiros do chamado “Rincão Nacional” (correspondente à área que presumidamente pertencera à Coroa de Espanha antes da conquista de 1801, e que depois foi doada à Viscondessa de Magé, que a abandonou), ali encontrou 213 escravos e 12 empregados assalariados. Estabelecida a relação entre as unidades exploradas e o número de cativos, alcança-se ali a média de 3,2 por estabelecimento, num conjunto onde havia grandes, médios e pequenos criadores e lavradores, inclusive 24 ocupantes que trabalhavam “com seus próprios braços”. Note-se que o chamado “Rincão Nacional” era banhado pelo Rio Jaguarão, fazendo frente ao território uruguaio, o que em tese facilitaria as fugas. Esse levantamento, com a data de 11/10/1848, existe no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, (Correspondência da Câmara Municipal com o Governo da Província).

Avançando cerca de vinte anos no tempo, em onze inventários processados entre 1865 e 1867, relativos a espólios de criadores, também do município de Jaguarão, já encontramos um número bem menor de escravos: nos onze estabelecimentos havia tão só 26 cativos, numa média de 2,3 por espólio. Nos meados do século XIX, em função do ciclo do café no sudeste do país, e obviamente da extinção do tráfico africano, houve forte deslocamento interprovincial de escravos; do Sul venderam-se muitos cativos para as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesses inventários da década de sessenta, considerando-se o preço médio do gado de cria a 5\$000 (cinco mil-réis) por cabeça, e o valor médio do escravo masculino o de 800\$000 (oitocentos mil-réis), temos que um escravo corresponderia

ao preço de 160 cabeças de gado. Quanto aos campos, a braça de sesmaria (14.520m²) era avaliada, em média, a 10\$000 (dez mil-réis), permitindo fixar a correlação de 80 braças de sesmarias por um escravo. Frisamos que o preço de 800\$000 por “peça” seria um preço médio ou de maior frequência. Mas, quando fortes, jovens e sadios, havia cativos que alcançavam valores superiores a 1 conto de réis, havendo caso de avaliação de 1:300\$000 (um conto e trezentos mil-réis).

Dez anos mais tarde, ao final da década de setenta, o gado se achava fortemente valorizado. Nos inventários que examinamos, processados entre 1877 e 1879 no Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, o preço mais comum, atribuído ao gado de cria, era de 10\$000 (dez mil-réis) por cabeça, enquanto o preço médio do escravo andava em torno de 900\$000 (novecentos mil-réis). Um cativo, portanto, equivaleria a 90 cabeças de gado. Ou a 75 cavalos mansos, pois estes eram avaliados em torno de 12\$000 (doze mil-réis). Quanto aos campos, haviam dobrado de valor nos últimos dez anos, fenômeno explicável pelo início do processo de cercamento das propriedades. Ao preço médio de 20\$000 (vinte mil-réis) a braça de légua, um escravo já correspondia apenas ao valor de 45 ou 50 braças. Mas ainda encontramos, em 1877/79, uma média de 3,3 cativos por propriedade rural: um total de 40 cativos, em doze estabelecimentos pastoris.

Na década seguinte – a de oitenta -, a transformação das relações sociais no campo já era bastante expressiva. Relativos ao período de 1884 a 1886, verificamos dez inventários de criadores, nos quais foram arrolados tão somente 14 escravos, em média de 1,4 por propriedade. Como resultado da campanha abolicionista, metade desses 14 já se achavam alforriados, embora obrigados à permanência na fazenda por eufemísticos contratos de “locação de serviços”, em que se estabelecia a obrigação de servir por alguns anos. É claro que essa alforria condicionada operava algumas vantagens para o liberto, eis que não poderia mais ser vendido, dado em penhora ou hipotecado, como antes sucedia. Esse hábil estratagema legal, sob a forma de um contrato de locação de serviços a prazo certo, era praticado na Fronteira desde a década de sessenta, com vistas aos escravos levados a trabalhar em fazendas do Uruguai, onde já fora abolida a escravidão havia decênios. Tanto era simulado ou fraudulento esse contrato, feito para driblar as autoridades uruguaias,

que libertos nessa condição chegavam a ser inventariados como “propriedades”, dizendo-se, no rol de bens de um inventário de 1865 (autos nº 484, maço 20): “O liberto Luiz, contratado pelo falecido para poder estar no Estado Oriental e ainda lhe faltando 19 anos para prestar serviço”, com o valor de 1:320\$000.

Na área urbana de Jaguarão, também era vultoso o contingente de cativos, permitindo supor que, em muitos casos, fossem eles destinados ao serviço de terceiros, mediante contratos de locação, ou como “escravos de ganho”, aplicados a atividades de vendedor ambulante, artesão ou carregador (“cangueiro”), obrigados a entregar quantia certa, semanal ou mensal, ao seu respectivo proprietário. No inventário do Coronel Manoel Pereira Vargas, aberto em 1866, arrolam-se nada menos de 15 escravos (10 homens e 5 mulheres), de utilização pouco explicável, dado que, além de imóveis urbanos, no espólio somente figurava uma pequena chácara nos subúrbios, de reduzida extensão. Duas casas urbanas, a chácara e um terreno respondiam por 52% do valor da herança; os escravos, entre os quais um valorizado pedreiro, representavam a maiúscula parcela de 41%; aos 7% restantes correspondiam os móveis e utensílios e uns poucos bois e animais cavaleiros.

No espólio de um comerciante próspero, também da cidade, em 1867, o valor dos seis cativos da casa equivalia a 32% de toda a herança.

Elucidativo a respeito da utilização que poderiam ter os escravos da zona urbana é o inventário de uma senhora de pequenas posses (autos nº 490, maço nº 20, de 1866), com herança constituída só por uma casa de moradia, utensílios domésticos e uma escrava (que valia $\frac{1}{4}$ do preço da morada): foram declarados os rendimentos auferidos com o aluguel da escrava, à razão de 20\$000 (vinte mil-réis) mensais. Colhe-se a impressão de que a inventariada se sustentasse com a renda produzida pelo aluguel da escrava mais o locativo de “uma parte da casa em que moram”, segundo foi declarado.

Nas pequenas heranças, mais do que nas grandes, avultava a significação da posse de cativos. No ano de 1846, encontramos inventário em que a avaliação dos escravos equivalia a 74% do monte. Tal percentual era raro, mas, com freqüência, alcançaram, os escravos, 30% ou 40% do total do espólio. Isso tendeu a diminuir, à medida que avançava o século. Já no ano de 1879, a herança de um típico cidadão de

classe média (escrivão judicial) desdobrava-se em 89% de imóveis e 11% de escravos. A urbanização valorizava casas e terrenos; as leis emancipadoras (“Ventre Livre” e dos Sexagenários) e a campanha abolicionista depreciavam o valor do braço servil.

Na década de oitenta – a década em que se aboliu a escravidão – já se tornara quase inexpressiva a participação do estoque de escravos nas heranças. Dos 14 inventários que examinamos, processados entre 1884 e 1886 no Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, sete dos inventariados não possuíam escravo algum. Era já o resultado da campanha abolicionista, que naquela cidade começara em 1881 com a fundação da Sociedade Emancipadora Jaguareense. Segundo anexo do relatório do Presidente da Província, Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27-10-1887, poucos meses antes da abolição, a matrícula de escravos em Jaguarão reduzia-se à cifra de 142. Cabe lembrar que, nas décadas de setenta e oitenta, Jaguarão sofrera desfalque territorial, em virtude da emancipação de Arroio Grande (1873) e de Erval (1883). Na mesma tabela, Arroio Grande aparece apenas com 29 escravos matriculados, mas Erval com 258, ultrapassando largamente o município de origem. Vê-se que Jaguarão e Arroio Grande tinham sido mais sensíveis à pregação abolicionista.

Num levantamento censitário de 1858, Jaguarão, com exclusão dos distritos de Erval e de Arroio Grande, contava ainda o elevado número de 1963 escravos. Segundo o Censo de 1872, baixara para 1636 cativos. A redução daquela cifra para 142 em 1887 mostra que, numa geração, crescera expressivamente o regime de trabalho livre. No amplo contingente negro da população jaguareense, os libertos já predominavam, de modo absoluto, ao ensejo da Lei Áurea de 1888.

É indubitável que o regime escravista era altamente gravoso para o processo produtivo, pois exigia uma pesada “imobilização” em mão-de-obra permanente. A espantosa resistência do escravismo no Brasil foi certamente uma das razões do atraso de nosso desenvolvimento econômico, do baixo nível de investimentos na agricultura e pecuária, e da aguda diferença de poder aquisitivo entre as classes sociais.

Considerando o elevado ônus que representavam os investimentos na aquisição de escravos, é intuitivo que, na precisa medida em que diminuíram tais aplicações de capital, cresceu a disponibilidade para o investimento em campos, gados e benfeitorias. Não por acaso, o desaparecimento do escravismo coincidiu com a implantação de valos, de cercas e aramados, com o aperfeiçoamento tecnológico da pecuária e subsequente introdução das raças européias no criatório rio-grandense. E não por acaso, também, o desenvolvimento tecnológico das atividades rurais, no Uruguai e na Argentina, antecipou-se ao Rio Grande do Sul em alguns decênios. Livres do freio e do ônus da escravidão, os agricultores e criadores daqueles países investiram mais cedo no aprimorar seus estabelecimentos e instalações e no modernizar o sistema produtivo.

Fontes Consultadas

- Arquivo Público do Estado – Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão (inventários diversos).
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: - Correspondência da Câmara Municipal de Jaguarão.
- PÉBAYLE, Raymond, “Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul”, Service de Reproduction des Thèses, Université de Lille, 1974, 744 p.



Arquivo IHGRGS

DELFINA BENIGNA DA CUNHA.

Litografia Imperial de E. Wiedmann – Desenho de autoria de S.B.

Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario

2ª. Série – Novembro de 1872 – Nº 5 – p.2

A MULHER NO PERÍODO FARROUPILHA²

Moacyr Flores

Na dimensão espacial da vida social, cujo núcleo era formado pela família, destacava-se a mulher com sua tendência educacional e moralizadora dos filhos, preparando-os para formar nova família, conforme os preceitos da Cristandade latina ocidental.³

É interessante destacar que as primeiras intelectuais a publicar livros no Brasil são do Rio Grande do Sul: Maria Clemência da Silveira Sampaio (1823), Delfina Benigna da Cunha (1834), Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1845) e Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, com o jornal *Belona* (1833-4), em Porto Alegre. Ainda há a nordestina Nísia Floresta Brasileira Augusta que publicou em Porto Alegre a segunda edição de sua tradução de livro feminista, em 1833.⁴

Na província não havia escola e nem pensionato para moças. Eram criadas no meio de escravos, aprendendo todos os vícios através do exemplo. A maioria não sabia ler nem escrever, aprendiam a bordar, costurar e a recitar orações. No juízo de Saint-Hilaire, ignoravam os encantos da sociedade e os prazeres da boa conversação, estando a uma infinita distância das européias. O viajante confessou que teve pouca convivência com famílias no Rio Grande do Sul, mas encontrou na casa do padre Francisco Ignácio da Silveira, sua sobrinha Maria Clemência que até conhecia o idioma francês.⁵

O inglês Luccock relatou que as mulheres brasileiras não tinham educação e nem instrução. Se sabiam ler, não iam além do livro de rezas. Não apreendiam a escrever a fim de que não fizessem mau uso desta arte correspondendo-se com amantes.⁶

Referente à educação da mulher, há uma correspondência de autor anônimo, publicada no jornal *O Povo*, em 02.01.1839, com o objetivo de criticar o propósito da educação de tornar a mulher bela para os homens. Segundo o articulista, infelizmente a educação viciosa fez com que as mulheres se ocupassem mais de frivolidades, buscando apenas um destino: seduzir os homens. Se as mulheres atendessem sua verdadeira vocação social e compreendessem qual foi a missão que Deus lhes confiou, poderiam derramar bens imensos sobre a humanidade. Seria benéfico que as mulheres atinassem melhor suas obrigações sociais, que aformoseassem a alma com todas as virtudes, que cultivassem o próprio gênio; que dessem continuados exemplos de boas e honestas ações; que seus sentimentos respirassem bondade; suas palavras a candura, seu traje o pudor. Seria importante que suas beneficências fossem ao leito do enfermo e à choupana do infeliz, que sua presença transmitisse a paz e a tranqüilidade. Só assim as mulheres fariam a vontade de Deus. O autor anônimo não pretendia que as novas republicanas obrassem prodígios de patriotismo, com esforços superiores à sua delicadeza,

² Capítulo de tese de Doutorado; República Rio-grandese, utopia e realidade.

³ CHAUNU, op. cit., p. 467-8.

⁴ FLORES, Hilda, op. cit., p. 67-68.

⁵ SAINT-HILAIRE, op. cit. p. 67-71.

⁶ LUCCOCK, op. cit., p. 75.

empunhando o cutelo de Judith, o punhal de Carlota Corday, a espada das Ferning ou os morrões das Ipsariotas, nada disso. Bastava apenas que fiassem os fios para os hospitais da República e que costurassem os fardamentos das tropas republicanas, que teriam o reconhecimento público e os louvores da história⁷

Em nenhum momento há o reconhecimento público e nem os louvores a tão nobre atividade, o que leva a supor que as mulheres republicanas não atenderam o chamamento patriótico do autor anônimo, continuando em suas aparentes frivolidades, ocupadas em seduzir os homens, embora a escritora Ana Eurídice de Barandas apregoasse a necessidade de a mulher pegar em armas em defesa de seus direitos e vida ameaçados, conforme crônica *Diálogos*, escrita em 1837.⁸

Na documentação do Ministério da Fazenda há vários recibos de compra de fazendas e de pagamento de alfaiates para a confecção de fardamento. Nenhuma referência a costureiras.

Comparando a idealização da mulher republicana do autor anônimo com os artigos 2º e 4º, do Decreto de 15.12.1838, sobre o benefício da pensão de 30 mil réis para inválidos, viúvas e órfãs dos mortos, do combate de Arroio Grande (14.11.1835), vê-se que o bom procedimento das mulheres era fundamental para receber o benefício.⁹

Só tinha direito à pensão a viúva com certidão de casamento e que vivesse com o marido na época do combate, não fosse divorciada ou estivesse separada por má conduta. As filhas órfãs teriam que provar que não viviam apartadas da casa dos pais por causa de mau procedimento que resultasse em não serem por eles alimentadas. Como a maioria das mulheres pobres não casavam, seria muito difícil se enquadrarem na lei e receberem o benefício, que por sinal nunca foi pago.

O jornal *O Povo*, órgão oficial da República Rio-grandense, em Caçapava, publicou uma série de máximas sobre a mulher, boa mãe de família, de acordo com o imaginário da época farroupilha:¹⁰

- a) O melhor meio de conservar por longo tempo a formosura e a mocidade é a moderação nos prazeres da vida.
- b) Não há defeito maior no belo sexo do que a loquacidade e a garrulice, que são de ordinário filhas da imprudência.
- c) Uma senhora de honesto e sisudo comportamento atrai a consideração e o respeito do homem o mais licencioso.
- d) Se uma grande parte de nossos mancebos evita os laços conjugais, é principalmente pelo excessivo luxo das mulheres.
- e) O luxo desregrado precipita as famílias na miséria e é a causa da imorigeração do sexo amável.
- f) A economia doméstica é uma virtude que deve ser observada pelos chefes de família.
- g) As meninas criadas no ócio e na dissipação não podem ser boas mães de família.

⁷ O POVO, Piratini, 02.01.1839, p. 4.

⁸ BARANDAS, Ana Eurídice de. *O Ramalhete*. Porto Alegre: Nova Dimensão / EDIPUCRS, 1990, p. 97-111.

⁹ O POVO, Piratini, 12.01.1839, p. 1.

¹⁰ O POVO, Caçapava, 11.01.1840, p. 2.

Uma Testemunha Ocular observou que embora as mulheres brasileiras tivessem feições bem feitas e olhos bonitos, a vida sedentária tornava-as monstruosamente gordas. Casavam muito cedo e, sendo adultas aos doze anos, já aos trinta pareciam verdadeiras matronas.¹¹

Esta vida ociosa devia-se à segregação da mulher ao convívio social e ao uso do escravo em todas as tarefas domésticas. Portanto, a máxima **a**, refere-se aos prazeres da boa mesa, considerando que as mulheres viviam em reclusão e o sexo era pecado, mesmo quando nas atribuições matrimoniais. As máximas **b** e **c** apontam o defeito de falar demais, valendo o provérbio que em boca fechada não entram moscas. As máximas seguintes referem-se ao casamento, sendo que a **d** aponta a dificuldade econômica dos jovens para sustentarem família, principalmente se a mulher for dada a gastar em luxo e frivolidades. A última máxima dá importância à função da boa mãe de família, que tinha a educação dos filhos prejudicada porque os entregava às mães pretas, permitindo que eles se criassem no meio dos escravos, dos quais aprendiam toda a baixa e imoralidades.¹²

O defeito de não guardar segredo não pertencia unicamente à mulher, conforme registra a poesia popular:

Quem tiver o seu segredo
Não conte à mulher casada:
A mulher conta ao marido,
O marido ao camarada.

Ninguém descubra o seu peito
A nenhuma amiga sua;
Uma amiga, amiga tem,
Logo se sabe na rua.¹³

As cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande apresentavam maior progresso que as demais povoações e vilas do interior, recebendo os últimos figurinos da moda, do Rio de Janeiro e de Montevidéu, provocando reações de moralistas que lastimavam a falta de vergonha e de religião das mulheres. Os homens de posse, querendo que as filhas realizassem bom casamento não mediam gastos em pomadas cheirosas para os cabelos, chapéus, mantilhas, vestidos e calçados.

Em plena Revolução Farroupilha, Jerônimo Teixeira de Almeida escreveu ao compadre e ministro Domingos José de Almeida, em 5.9.1841, solicitando o pagamento da dívida que há quatro anos a República lhe devia pelo fornecimento de 500 reses, ainda mais que "já tenho uma filha mulher e que está em circunstância de lhe dar com que apareça e que uma fazenda fechada não se pode vender..." (C.V. 2221).

¹¹ *CONTRIBUIÇÕES...*, op. cit., p. 104.

¹² *CONTRIBUIÇÕES...*, op. cit., p. 104.

¹³ RIBEIRO, Luiz da Silva. *Influência Portuguesa no Adagiário Gaúcho*. Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nº 07, 1952, p. 41-57.

Em outra carta, em 03.12.1841, alude novamente à falta de dote da filha em função da dívida, que dificultava o casamento: "estou com uma filha mulher e que a mulher é como a chita que para se vender é preciso aparecer" (C.V. 2228).

A comparação grosseira da filha com a chita, pano de algodão pintado, diz bem da educação do pai e de seu desespero por não ter dinheiro para casar bem a filha.

Em 1844, Antônio Vicente da Fontoura, antes de embarcar para o Rio de Janeiro, onde trataria do acordo de paz com o Império, deixou as esporas de prata para o dote de uma das filhas.¹⁴

O redator de *O Artilheiro*, o francês Cláudio Dubreuil, satirizou os gastos de um pai ou marido para manter a filha ou a esposa na moda. Lamenta o dinheiro despendido, mas justificou a razão de um pai que deseja a filha bem casada, pois os homens se deixam levar pela aparência exterior e frivolidades. Condenou a mulher casada que se enfeitava para agradar os outros, fazendo do marido um toleirão. A mulher casada devia cuidar do marido e dos filhos, evitando perda de tempo na janela e em frente do toucador. Só o marido pode ditar a lei em que a mulher vive, pois "grande desordem vai no poleiro onde a galinha governa mais que o galo"¹⁵

O casamento era um ritual importante para as famílias abonadas. Em 03.10.1841, o presidente Bento Gonçalves da Silva deixou seus afazeres administrativos e compareceu à uma chácara junto a Piratini, para ser testemunha do casamento da filha do Pereira (BGS 281).

Às vezes os jovens contrariavam a vontade dos pais e fugiam para constituir um novo lar. A viúva Ana Ledovina da Fontoura requereu ao ministro Domingos José de Almeida providências para punir o raptor de sua filha e de uma escrava, em 19.01.1841. O prático ministro informou que já solicitou ao General em Chefe do Estado Maior as providências para vingar o decoro da casa da viúva. No final da carta deu um conselho à viúva Ledovina: "no entanto V.S^a. deve revestir-se de resignação e olhar para as coisas deste mundo como elas são e não como elas deviam ser" (C.V. 1371).

As coisas deste mundo eram ainda de liberdade dos instintos, a viúva pretendia a civilidade na sociedade da Campanha, onde predominavam mulheres livres agregadas em estâncias, chinês de soldados, índias e negras com outros valores referentes ao sexo.

O Artilheiro criticou a moralidade do século, que permitia homens depravados se aproveitarem da miséria provocada pelo sítio de Porto Alegre, pelos rebeldes, seduzindo as mulheres, já que os chefes de famílias, conhecendo a fama destes indivíduos, deixavam que eles entrassem em suas casas e as moças não ignoravam o infortúnio das iludidas.¹⁶

Antônio Vicente da Fontoura, em 1844, recusou o convite de passar a noite na casa de um tal de Plácido, na capela de Santana do Livramento, por causa do comportamento da família. A mulher e a filha do Plácido, quando moraram na

¹⁴ FONTOURA, op. cit., p. 144.

¹⁵ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 05.08.1837, p. 4-5.

¹⁶ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 24.11.1837, p. 1-2.

casa de Fontoura, em Cachoeira, "sempre procederam conforme o ditame da honra, mas agora o marido é que facilita os arranjos com a mulher e a filha".¹⁷

A fome e a miséria facilitavam a entrada de conquistadores nas casas de famílias onde havia moças. O redator de *O Artilheiro* apontou o interesse como causa de tantos casamentos infelizes e divórcios. Na época o divórcio era apenas uma separação judicial dos corpos e bens do casal, sem direito a novo casamento. O redator considerou felizes os tempos de Matusalém quando o homem de trinta anos ainda brincava de pandorga, jogava pião, apanhava passarinhos e as moças jogavam cabra-cega até os vinte e cinco anos. No século XIX, quando as crianças mal sabiam falar, os pais lhes ensinavam com quem casariam. A criança crescia com malícia e a menina aos 12 anos, mal aparecendo alguém que lhe falava em casamento, já a tinham presa. O pior era o número de casais que ainda cheiravam a leite, sem meio de vida, logo se aborreciam, brigavam e se separavam. Pior ainda era o casamento por interesse, de moça de 16 a 20 anos com velhos caducos ou rapazolas com velhas rançosas. O redator observou que o interesse era mais freqüente entre os homens, que "casa com uma heroína de façanhas escandalosas, atrás de algum dinheiro que ela possui".¹⁸

Como se vê, no período Farroupilha o casamento também era encarado como um negócio que podia até esquecer façanhas escandalosas. Em 1844, Antônio Vicente da Fontoura lamentava que Antônio dos Reis estava precisando de um tutor, porque abandonou a família destituída de recursos, para viver com uma mulata ao pé da vila de Piratini.¹⁹

Fontoura culpou a Revolução, que fez tantas vítimas, esquecendo-se que estas uniões já existiam antes do período Farroupilha.

Segundo a tradição popular, Bento Gonçalves da Silva, apesar de casado com D. Caetana Garcia, mantinha uma amante na casa vizinha de José Gomes de Vasconcelos Jardim, em Pedras Brancas (Guaíba). David Canabarro também conduzia sua amásia, a Papagaia, junto com o marido dela, o cirurgião João Duarte.²⁰

O ministro Domingos José de Almeida, em 06.11.1841, escreveu carta ao compadre Ângelo Quinzio referindo-se ao nascimento e morte: "já soube que a comadre teve seu bom sucesso, mas com a perda da criança, estimei que ela não sofra maiores incômodos, para arranjar outro rio-grandense logo que melhorada" (C.V. 1987).

Pierre Chaunu, estudando o modelo de matrimônio mediterrâneo, com valores hebraicos sobre procriação e casamento, destaca o salmo 127 e 128: "não é bom que o homem esteja só", considera a criação como bênção do matrimônio e a castidade como ideal de comportamento.²¹

A Igreja herdou esta moral hebraica, transformando-a em comportamento dos católicos. Quanto mais filhos, mais o casal era abençoado por Deus. *O Artilheiro* repisou esta herança ao satirizar a moda das senhoras da província, afirmando:

¹⁷ FONTOURA, op. cit., p. 40.

¹⁸ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 16.12.1837, p. 1-2.

¹⁹ FONTOURA, op. cit., p. 37.

²⁰ FONTOURA, op. cit., p. 86.

²¹ CHAUNU, op. cit., p. 85-87.

Uma mulher não aspira a outra coisa senão a se casar e logo que o consegue não deve cuidar em outra coisa senão em fazer a felicidade de seu marido, cuidando do arranjo da casa e na boa educação dos seus filhos, se os tem. Sair desta regra é não ser boa esposa, nem boa mãe de família, é querer que se suponha mal dela, é finalmente dar motivo ao mundo, a que fale e muitas vezes sem razão.²²

Os provérbios populares, coletados por Apolinário Porto Alegre, seguem o mesmo diapasão sobre matrimônio, procriação e casa:²³

- À moça casta, Deus lhe basta.
- A formiga quando quer se perder, cria asas.
- Casa sem mulher é casa sem fogão.
- Casarás e amansarás.
- Gato e mulher em casa, homem e cachorro na rua.

A gravidez era tratada com crendices, sem explicações para os incrédulos. A mulher pejada não podia guardar a chave junto aos seios, porque senão a criança nascia com os lábios leporinos; qualquer objeto em contato com os seios provocava manchas na pele do recém nascido. O jornal *O Americano* escreveu sobre os efeitos da imaginação nas mulheres grávidas, de tal maneira que resulte em crianças deformadas ou com características daquilo que exaltou a imaginação da mulher grávida. O redator considerou esta opinião como ridícula, contos de velhas, que não se pode provar.²⁴

Luccock informou que as damas apareciam em público de mantilha de seda, orlada com longas rendas, que atavam à cabeça e caía pelas costas e ombros. As meias e sapatos eram de cores vistosas, o penteado à moda portuguesa, enfeitado com flores e por vezes à noite com vaga-lumes. As mulheres de condições mais modestas usavam ao sair uma espécie de casacão, chamado de capote, feito de casimira com adornos de pelúcia. Na intimidade do lar, as brasileiras vestiam uma camisa cingida à cintura pelos cordões da saia e com as alças freqüentemente caindo de um dos ombros, não usavam meias, chinelos ou tamancos. Os cabelos soltos eram presos com fita de cor, enfeitados com flores artificiais. "Sua aparência geral era maliciosa e faceira". Como tinham poucas oportunidades de se comunicar com o outro sexo, sempre que surgia oportunidade, usavam dela com ansiedade.²⁵

²² O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 05.08.1837, p. 5.

²³ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1980, p. 78-94.

²⁴ O AMERICANO, Alegrete, 09.11.1842, p. 2.

²⁵ LUCCOCK, op. cit., p. 75, 76 e 127.

O redator Cláudio Dubreuil, do jornal *O Artilheiro*, que defendia a causa legalista, condenou os penteados das mulheres, numa linguagem jocosa:

vem os crespos, feitos de cabelo ou caídos ao tihoso, ou cortados aos defuntos e à laia de malas de conduzir roupas em viagem, põem uma mulher o seu crespo de cada lado e parece-lhe estar tão bonita, que nem uma deusa: não para ainda aqui o apuro da moda, lá vem os tão decantados trepa moleques, em fim são tantas as modas de compor as ocas cabecinhas, que difícil seria enumerá-las todas; e o caso é que todas dependem ou mais ou menos, e quem sofre prejuízo e atura as loucuras? O pai ou o marido.

Pensam as mulheres que por ser moda todas lhe ficam bem: como se enganam! Há tais que se são feias requintam em fealdade com certas modas ao ponto de tornarem-se ridículas e alvo de zombarias. Uma que tem uma carinha de cinco réis e uma testa tão pequena, que nem lugar tem para uma pulga dançar um minueto afandangado, que parecerá com uns crespos?... Com as modas dos pentes nem todas podiam impor; porque nem todas tinham meios para comprar os pentes, apesar de os haver de tartaruga da charqueada, isto é, de chifre, mas com a moda dos crespos e dos trepa moleques, não há ninguém que não ande à moderna; até as já calvas estimaram a moda para encobrir suas mazelas. De todas quantas modas tem aparecido, nenhuma mais cômoda, nem mais econômica do que a tal chamada à chinesa: poupa-se o pente, crespos ou malas e trepa moleques, e só se gasta a indispensável pomada. Há tal, cujo cabelo embebe mais gordura do que as botas do Artilheiro, e se não fora o aroma de jasmim, cravo, etc., que disfarça o mau cheiro da pomada, quem pararia ao pé? Era o mesmo que estar ao pé da graxeira de uma charqueada.²⁶

No mesmo jornal, em outro artigo, há a crítica satírica sobre o uso de chapéus pelas mulheres, que sendo feitos de papelão ou de palhinha, servem apenas de enfeite, não resguardando a cabeça da chuva ou do sol. Ironizou os chapéus emplumados das velhas que quando caminhavam pareciam corvos batendo asas.²⁷

O pequeno semanário *O Artilheiro* atacou os *petits maitres*, homens que se enfeitavam como as mulheres, que pensavam pouco e falavam muito, considerando que seu comportamento moral trazia grandes danos à sociedade. Os *petits maitres* com seus ditinhos mordazes difamavam as mulheres, mas calavam-se diante dos homens honrados e sisudos, sabiam apenas pentear suas melenas com os dedos, estufando-as para cima como dois chifres, repartidas ao meio, tudo indicando que em breve tais tipos de homens andariam vestidos como mulheres.²⁸

²⁶ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 12.08.1837, p. 2-4.

²⁷ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 26.08.1837, p. 3-4.

²⁸ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 20.09.1837, p. 3-4, idem de 14.10.1837, p. 2-3.

Neste artigo há clara referência a homens efeminados, embora o mesmo redator indignou-se contra a referência de homossexualismo na província, feita por Arsène Isabelle.

O maior escândalo era dado por barbadões que se banhavam nus nas praias do Guaíba, impedindo que as famílias do Caminho Novo (Voluntários da Pátria) e do Riacho (João Alfredo), chegassem à janela. Aconselha que esta malandrina que incomodava a polícia e corrompia a moral pública deveria ser recrutada para o 8º Batalhão. Malandros reuniam-se nos bilhares, desde o amanhecer até altas horas da noite, junto com pais de família, oficiais, soldados, marinheiros e filhos de família, estes deitando fora o que roubavam dos pais. O redator de *O Artilheiro* aceitava o jogo de bilhar como divertimento quando se passava no máximo duas horas jogando. Condenou a multidão de rapazes que, armados de paus e fundas, divagavam pelas ruas de Porto Alegre, formando partidos em guerra uns com os outros, de onde se retiram rotos ou de cabeça quebrada.²⁹

Estariam os rapazes nus, quando tomavam banho no Guaíba e no Riacho? Ou apenas de ceroulas e sem camisa, conforme relatam crônicas do fim do século XIX e que a polícia prendia estes imorais por ofensa às famílias, que não podiam mais chegar à janela.

No conto *Pilungo*, de Apolinário Porto Alegre e na crônica Tinteiros e Bagadus, de Achilles Porto Alegre, a quadrilha de menores dos bagadus reunia meninos pobres e moradores na margem Sul do Guaíba e para a ponta do Arsenal, enquanto a dos Tinteiros, formada por meninos da classe média e rica, estudantes e moradores junto à praça da Matriz, lutavam nas ruas da cidade, no período Farroupilha.³⁰

Cláudio Dubreuil considerou a mocidade do período Farroupilha debochada e corrompida. Crianças bebiam cachaça contra escarlatina, fumavam cigarro ou charuto a conversar com sua manceba ou a jogar. Os velhos tafuis praticavam ações piores que os rapazes de 18 anos, metendo-se a rabequista com arco de taquara, ora namorando quantas viam, ora sendo uns rufiões adamados, que se pavoneavam de o ser. Os velhos raspavam os cabelos ou pintavam-nos para parecerem mais moços. Outros calçavam quatro pares de calças a fim de ficar com as pernas mais grossas, aquele usava espartilho para ocultar a barriga, aqueloutro tinha dentes artificiais. Novamente *O Artilheiro* refere-se a homens adamados que viviam como rufiões, confirmando as acusações de Arsène Isabelle, que tanto feriam os sentimentos machistas dos sul-rio-grandenses. A imoralidade e a libertinagem dos filhos, segundo *O Artilheiro*, eram causadas pelo abandono da religião pelos pais. Os patrões se queixavam dos caixeiros infiéis, mas se esqueciam que viviam mofando da religião.³¹

Uma testemunha ocular observou que "quanto às questões sexuais cabe à Igreja, aqui, lutar mais do que no Prata, para enfrentar as dificuldades que encontrava. A tendência religiosa dos habitantes era muito menor. O trabalho da

²⁹ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 30.12.1837, p. 3.

³⁰ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Pilungo*. In: *Paisagens*. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1987, p. 43-70. PORTO ALEGRE, Achilles. *Tinteiros e Bagadus*. In: *Noutros Tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 127-31.

³¹ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 09.12.1837, p. 1-2.

Igreja, na instrução religiosa do povo, deveria ser norteadada pela moralidade, atacando o modo de vida. No entanto, faltavam ao clero conhecimentos precisos e boa vontade".³²

O oficial alemão, que usou o pseudônimo de *Uma testemunha ocular*, informou que o ofício religioso transformou-se em uma cerimônia puramente ritual, a missa servia para exibição da opulência, o templo local de combinação para encontro de casais enamorados.³³

Isabelle criticou violentamente a Igreja ao contar que o cura de São Borja, pouco prudente, provocou sua própria expulsão da região, em 1833, afirmando: "há muita imoralidade entre os padres brasileiros", ao ponto de os legisladores pensarem seriamente no casamento dos padres e na supressão da confissão, medida da mais urgente necessidade.³⁴

Barran, em seu estudo da sensibilidade uruguaia, considerou a gargalhada desenfreada e a brincadeira de ações burlescas, que invadiam as festas, as reuniões familiares, as procissões e até a santa missa, como o viver pelo instinto com escasso sentimento de culpa, que caracterizava a cultura "bárbara", predominante no período de 1830 a 1870. Os jovens gargalhavam, gritavam ou davam tiros dentro da igreja, para que as mulheres gritassem e desmaiassem. Apesar da separação de homens de mulheres no interior do templo para evitar a sensualidade e a corrupção, as senhoras e senhoritas ouviam palavras obscenas quando atravessavam as portas e o átrio do templo "de la Merced", em Buenos Aires.³⁵

Isabelle apontou que a educação dos jovens é muito descurada, os rapazes destinados à advocacia ou ao sacerdócio estudavam em São Paulo. Em Porto Alegre existiam apenas escolas primárias, no entanto um português de nome Gomes e um belga chamado Mr. Giélis, instalaram uma escola primária superior, que divulgaria o gosto pela instrução, geralmente afogado por uma paixão desenfreada pelo jogo e pelo deboche. Quanto ao deboche, entre os rio-grandenses, classificou "como vício horrroso que atraiu outrora a cólera ceLeste sobre a impudica Sodoma, é confessado publicamente pelos brasileiros".³⁶

Esta informação provocou violenta reação de seu patrício Cláudio Dubreuil nas páginas de *O Artilheiro*:

Pelo que se vê, o célebre viajante é homem de pouco critério e bastante precipitado no seu juízo a nosso respeito, ou conserva alguma animosidade contra nós para nos deprimir tão aleivosamente; se nós fossemos tão injustos a respeito da sua Nação, quanto ele é a respeito da nossa, por certo que diríamos que as damas francesas são mui pouco escrupulosas a respeito da honra se julgarmos do corpo da Nação por algumas das que têm vindo para cá". "Ainda supondo (o que é uma atos calúnia) que esse

³² *CONTRIBUIÇÕES...*, op. cit., p. 105.

³³ *CONTRIBUIÇÕES...*, op. cit., p. 106.

³⁴ ISABELLE, op. cit., p. 87.

³⁵ BARRAN, José Pedro. *História de la Sensibilidad en el Uruguay*. Montevideo, Banda Oriental, 1991, tomo I, p. 93-95.

³⁶ ISABELLE, op. cit., p. 62-94.

vício hediondo predominasse nos brasileiros, como poderia acontecer o contrário, se a escória das outras Nações, isto é, das que não falam a mesma língua que nós, vem para o Brasil continuamente? O que é bom, também extração na Europa e o que para cá vem, já se sabe ou é para se subtrair à polícia, ou porque lá não tem saída alguma: muita moral têm os brasileiros e muito cuidadosamente tem sabido conservar os costumes dos seus maiores, vivendo inundados da escória das outras Nações e cercados de tanto debochado e dissoluto! Onde se imprimiram tantos livros libertinos, onde se gravaram tantas estampas obscenas que para cá nos vêm? Na França e na Itália. De que Nação serão os introdutores desses livros e gravuras? Franceses e italianos. Para nos desmoralizar, logo os brasileiros têm boa moral ainda à vista do gérmen desmoralizador que se esforçam os estrangeiros por introduzir no seu país.³⁷

O redator Cláudio Dubreuil esqueceu que em seu jornal criticou os *petits maitres*, jovens de aparências feminis, e os velhos adamados, registrando indiretamente o homossexualismo em Porto Alegre.

Nicolau Dreys registrou que os gaúchos, como grupo social, formavam uma sociedade *agine*, isto é, sem mulheres. O fato destes gaudérios não gostarem de mulheres era a salvação das moças de famílias nas estâncias e povoados.³⁸

Outros males apontados nas relações sociais é o provincialismo e os empregos públicos. Estes fatos são explorados pelos farrapos a fim de atraírem partidários. O emprego público era uma mania do tempo por causa do ordenado e da leveza do trabalho. Às nove horas abriam a repartição, arrumavam as penas e papéis, já eram dez horas, dois dedos de seca, liam o jornal e já eram onze horas, começavam o trabalho, fumavam tomavam ar e finalmente às quatorze horas fechavam a repartição. Os pais desejavam dar um emprego público ao filho, que saía da escola e ficava no ócio até os vinte e um anos, à espera de cargo público. Não queriam aprender ofício, todos se envergonhavam de ser caixeiro. Desprezavam os ofícios por ser trabalho de escravos. Finalmente, graças ao provincialismo, havia vinte pretendentes para uma vaga no serviço público.³⁹

Os raros anúncios de empregos livres e assalariados justificavam-se porque o homem livre sofria a concorrência do escravo. O pobre livre, branco ou negro, era taxado de vadio ou preguiçoso porque não tinha emprego. Entretanto, não podemos encerrar o desemprego como simples falta de iniciativa.

Locke já escrevera que as rebeliões que nascem das reivindicações da consciência são particularmente terríveis.⁴⁰

A consciência revolucionária rio-grandense lutava pela liberdade do cidadão dispor suas ações. Esta liberdade estava garantida pela lei, mas quem governava o Império do Brasil, usava o poder despoticamente, contrariando as leis

³⁷ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 16.09.1837, p. 1.

³⁸ DREYS, op. cit., p. 122.

³⁹ O ARTILHEIRO, Porto Alegre, 20.01.1838, p. 1-2.

⁴⁰ MICHAUD, op. cit., p. 20.

da natureza e do contrato social. As 19 proclamações de Bento Gonçalves desenvolvem essa temática, sem preocupação com as relações sociais salvo para repelir o apelido que lhe deram de "caudilho de fascinosos", ou para negar que os revolucionários sejam "bárbaros, pobretões e proletários".⁴¹

A utópica sociedade de igualdade, liberdade e humanidade atingia apenas os cidadãos, sem que em nenhum momento a igualdade política foi cogitada para libertos e mulheres.

A criação da Guarda Nacional, em 1831, contribuiu para a formação de poderosos chefes locais, eleitos pela Câmara Municipal, que mantiveram as relações existentes baseadas na propriedade, excluindo os deserdados. A própria idéia liberal de que a propriedade se adquiria através do trabalho estava prejudicada com a existência da mão-de-obra escrava.

Sem escolas e com poucos padres para instrução religiosa, os moralistas da época construíam os sinais exteriores de civilidade através do comportamento da mulher na intimidade do lar. A elegância e o luxo eram sinais exteriores de um íntimo malicioso que mentia e enganava engenhosamente.

A sensibilidade no campo era guiada pelos instintos, sem maiores aprendizagens, misturando valores de índios, negros e brancos. O compadrio era uma forma de expressão de afeição entre famílias, que gerava a ajuda mútua.

As características das relações sociais entre os diferentes segmentos não criaram a identidade nacionalista capaz de exigir a formação de uma nova nação sob a forma republicana.

⁴¹ SILVA, op. cit., p. 265-297.

SONETO.

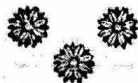


Vai retrato fiel viver unido
Ao peito, a quem meu peito unir quizerá,
Vai, que meu coração sómente espera
Achar remedio no final gemido ;

Romper o laço, que amor tem urdido
Não pode a humana força : ah ! se eu podera !
A causa se extinguiu, que em mim gera
Hum mal, que o meu valor tem abatido.

Dize, oh copia fiel do meu semblante,
Quando chegares de Filena ao peito :
Que por ella suspiro a cada instante,

Que será por mim sempre satisfeito
O protesto que fiz de ser constante,
Sobre as aras de amor, por ella aceito.



Acervo IHGRCS

POESIAS OFFERECIDAS ÀS SENHORAS RIO-GRANDENSES POR SUA PATRICIA
D. DELFINA BENIGNA DA CUNHA.

Porto Alegre: Typographia de Fonseca & Companhia,
Rua de Bragança Nº 58. 1834. pp.142 (Soneto p.14)

O COMPLÔ DO CENTRO REPUBLICANO DE PORTO ALEGRE

Coralio Bragança Pardo Cabeda

- 1 -

Um dos casos mais curiosos da Revolução de 1923, foi o chamado Complô do Centro Republicano de Porto Alegre, no qual elementos aliciados por figuras de destaque do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) seriam enviados para alistarem-se nas forças revolucionárias. Aproveitando-se da confusão reinante nos combates, esses indivíduos deveriam assassinar os principais chefes militares revolucionários, especialmente os generais Honório Lemes e Zeca Netto.

Os dois caudilhos mencionados estavam entre os mais populares e bem sucedidos cabos-de-guerra com que contava a oposição. Ambos vinham dos tempos da Revolução Federalista, quando militaram em campos opostos, mas, em 1923, obedeciam à liderança de Assis Brasil contra a **eternidade** de Borges de Medeiros no poder. Ambos eram profundos conhecedores do terreno em que atuavam e, também, sagazes guerrilheiros, responsáveis por alguns feitos de armas que ajudavam a manter viva a chama da revolução, enquanto não chegava a esperada intervenção federal no Estado.

No caso específico de Honório Lemes, a quem se referem os acontecimentos a seguir, sabe-se que gozava de simpatias dentro do próprio Exército Brasileiro, tanto entre a oficialidade como entre os praças, de quem recebeu alguns auxílios, principalmente munições. Esse, aliás, era artigo de que muito carecia, sendo o remuniamento problema de difícil solução, estando a sua Divisão do Oeste dotada do mais heterogêneo tipo de armamento imaginável.

Em carta ao Comitê Assis Brasil, de São Gabriel, dizia:

“... preciso, também, que empreguem o máximo de esforço que possam, a fim de obterem o maior número possível de munição para mosquetão, que necessito muito; toda munição dessa arma que conseguirem será pouca.”(1)

Ora, munção desse tipo só seria possível obter-se contrabandeada do Prata, ou na guarnição local, o que foi conseguido, possivelmente com a conivência dos oficiais do 5º RAM, pois o 3º BE era comandado por borgista declarado...

Algumas vezes, as demonstrações de simpatia assumiam feições perigosas, como as tentativas de levantes nas guarnições de Alegrete e de São Luís Gonzaga.

Ainda que esperançosamente aguardadas por muitos revolucionários, o certo é que sua eclosão poderia alienar essas mesmas afeições, criando embaraços para o governo federal e para o Exército. Pelo menos no caso de São Luís, o próprio Honório encarregou-se de desestimulá-la.

Ora, com tudo isso, é possível que a eliminação física do caudilho tentasse alguns membros mais extremados do Partido Republicano.

- 2 -

Com base em documentação existente no Museu João Pedro Nunes, em São Gabriel, tentaremos reconstruir os eventos do citado complô.

Em julho de 1923, na então vila do Rosário, apresentou-se o indivíduo Oscar Moreira Paz, natural de Quaraí, desejando ingressar como voluntário na Divisão do Oeste do Exército Libertador.

Tendo sido informados das verdadeiras intenções do **voluntário**, os responsáveis pela segurança da coluna passaram a vigiá-lo de perto, até o momento em que se decidiu pela sua prisão.

Em sua bagagem foram encontrados um uniforme das forças governistas e um passe oficial da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Submetido a conselho de guerra, constituído por alguns dos oficiais de mais elevada posição e responsabilidade, coronel João Batista Lusardo, Assistente-Geral da Divisão; coronel Virgílio Viana, comandante da 1ª Brigada; coronel Áfrico Serpa, comandante da 2ª Brigada; coronel Hortêncio Rodrigues, comandante da 3ª Brigada; tenente-coronel Dr. Francisco Paula Mendonça, comandante do 4º Corpo da 2ª Brigada e major Dr. Heitor Guimarães, médico e secretário, foi Oscar Moreira Paz condenado à morte.

Na manhã de 18 de julho, nas Pontas do Caverá, iria ser executada a sentença.

Após a divulgação da ordem do dia, o coronel Batista Lusardo procedeu à leitura da sentença perante a tropa formada.

Foi, então, que Honório Lemes, dirigindo-se a seus soldados, pronunciou um pequeno discurso:

“ Soldados!, a vida deste homem já não me pertence. O Conselho de Guerra já proferiu o seu veredito e eu devo acatamento ao nobre tribunal. Entretanto, há poucos momentos, prometi que salvaria a vida a este homem uma vez que ele me revelasse a verdade. À minha palavra, até hoje, jamais faltei. As minhas armas só matam no campo de luta. Meditai, senhores e atendei ao meu pedido: que seja comutada a pena!” (2)

O que ocorreu fora que, percebendo a iminência de ser passado pelas armas, Oscar Moreira Paz pedira para falar com o general, prometendo-lhe revelar a trama em troca da vida.

Logicamente, seria muito mais proveitoso para os revolucionários o conhecimento do presuntivo plano, do qual poderiam utilizar-se contra o governo de Borges de Medeiros, do que a vida de um criminoso vulgar.

Aceita a troca, Oscar assinou a declaração abaixo, testemunhada por alguns moradores da localidade:

“Declaro que tive conhecimento de ciência própria que, no Centro Republicano de Porto Alegre, organizou-se um complô para enviarem emissários com o fim de alistarem-se nas forças revolucionárias, e, uma vez nelas incorporados, procurassem assassinar em ocasião de combate, alguns dos chefes revolucionários, entre os quais e com especialidade, o general Honório Lemes da Silva e o general Zeca Netto.

Para tomar parte nessa trama, isto é, nesse complô, fui convidado para comparecer ao Centro Republicano, às 8 horas da noite, pelo capitão Hermógenes Bacelar. Lá chegando, encontrei os coronéis Dr. Montauray Leitão,

intendente de Porto Alegre, Francisco de Paula Louzada, Genes Bento, Hermógenes Bacelar, Dr. Alberto de Brito, promotor público, um redator de A Federação, cujo nome não sei, e um intendente da campanha, que presumo ser o de São Jerônimo. E como não quisesse assinar como voluntário, o capitão Bacelar disse-me que calasse o bico, porque sendo ordem do governo, visto como o Dr. Borges de Medeiros tinha ciência disso, eu poderia imaginar o que me aconteceria no caso de revelar o fim de tal complô. Sei, também, que, na reunião do Centro Republicano compareceu o Sr. Luiz Alves, conhecido pelo apelido de Lulu, proprietário do cabaré Centro dos Caçadores.

Esta declaração foi por mim feita e assinada livremente, sem coação e em presença de diversos senhores, alheios completamente ao atual movimento revolucionário, quer de um lado, quer do outro.

Pontas do Caverá, 18 de julho de 1923.

(assinado) Oscar Moreira Paz

A presente firma pode ser reconhecida nos cartórios do major Graciliano, em Porto Alegre, e Fonseca Hermes, no Rio de Janeiro.

Declaramos que ouvimos a narrativa acima declarada pelo senhor Oscar Moreira Paz.

Pontas do Caverá, 18 de julho de 1923.

(assinado) Deocleciano Meireles – Alcibíades Meireles – João Francisco de Azevedo – Bonifácio José de Azevedo – Manuel Vargas.

Os cinco que aqui assinamos somos todos moradores das Pontas do Caverá.” (3)

Quem eram as pessoas acusadas por Oscar Moreira Paz?

O engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão era intendente de Porto Alegre desde 1897 e nesse cargo permaneceria até 1924. Exerceria a deputação estadual de 1925 a 1928, isto é, acompanharia toda a administração Borges de Medeiros.

Francisco de Paula Louzada era auxiliar direto de Montauray, subintendente do 1º distrito da capital e chefe da polícia administrativa municipal, os conhecidos **ratos brancos**.

Genes Gentil Bento fora intendente de Canguçu de 1905 a 1917, sub-chefe de Polícia no ano seguinte, chefe de Polícia de 1919 a 1922 e era, na ocasião dos fatos narrados, 3º notário de Porto Alegre.

Dr. Alberto de Brito fora promotor público em São Gabriel de 1917 a 1920 e exerceria a 1ª Promotoria de Porto Alegre de 1920 a 1930. Foi, mais tarde, deputado estadual pelo Partido Republicano Liberal, de 1935 a 1937.

Coronel João Rodrigues de Carvalho, conhecido pelo apelido de **João Menino**, foi intendente de São Jerônimo de 1908 a 1911 e reeleito até 1923. Exerceu, novamente, esse cargo de 1930 a 1932.

Finalmente, Luiz Alves de Castro, o **Lulu dos Caçadores**, era o proprietário da mais famosa casa noturna da capital, o Centro dos Caçadores, que funcionava na rua Andrade Neves.

Quanto a Hermógenes Bacelar, o indigitado autor do convite a Moreira Paz, nada foi possível apurar.

Como se pode ver, quase todos eram pessoas da maior confiança do Presidente do Estado, exercendo ou tendo exercido importantes funções públicas no interior e na capital.

E quanto à figura do acusador, quem seria ele?

João Batista Marçal, historiador do movimento socialista rio-grandense e também natural de Quaraí, como Oscar Moreira Paz, informa que era homem violento e irrequieto. Sua vida, até ali, decorrera bastante movimentada: nascera em 1887, freqüentara a Escola Militar de Rio Pardo; fora sargento do 4º BE, que tentara

sublevar em 1912, sendo transferido para a fortaleza de Santa Cruz (Rio de Janeiro). Deixando o Exército, matriculara-se na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, cujo curso não completara. Casou em Rio Pardo, em 1915, separando-se em 1921. Em 1923, alistara-se em um Corpo Provisório, quando foi preso pelos revolucionários. (4)

Realmente, um retrospecto de indivíduo inquieto, emocionalmente instável e dado a envolver-se em confusões.

Mas, o mais grave, eram os seus antecedentes criminais no Uruguai, como denunciou a Tribuna Salteña (5), tendo como palco a localidade de Artigas. Nesses crimes, nomeadamente o assalto ao Matadero Iturbe, Oscar Moreira Paz também denunciou estar a mando de personalidades políticas da fronteira, como os coronéis Miguel da Cunha Corrêa, Francisco Flores da Cunha (Chico Flores) e Candoca Silva, os dois primeiros respectivamente primo e irmão do Dr. José Antônio Flores da Cunha.

- 4 -

Ora, todos esses fatos seriam de difícil apuração, não só por se passarem em período revolucionário, como pela confrontação – se possível fosse – dos depoimentos das partes envolvidas. Seria palavra contra palavra: a de cidadãos importantes e prestigiosos do oficialismo rio-grandense contra a de homem com passado turbulento de crimes e desordens. Por outro lado, quem, senão indivíduo dessa classe, aceitaria tal empreitada, se é que ela realmente existiu? Mas, nas circunstâncias em que ocorreu, o incidente podia e foi explorado pelos revolucionários com fins propagandísticos.

Logo após a confissão do prisioneiro, o comando da Divisão do Oeste decidiu dar-lhe ampla divulgação através dos jornais do interior e da capital, como Correio do Povo, Última Hora, Correio do Sul, Redenção, Correio da Serra, Jornal da Manhã, A Nação e outros. David Barros Cassal e Batista Lusardo encarregaram-se da redação da matéria, remetida aos órgãos de informação.

Sua divulgação, entretanto, não se limitou às fronteiras do Estado, pois Honório Lemes, em mensagem ao Deputado Maciel Junior, pedia que fosse lido da tribuna da Câmara dos Deputados o longo telegrama que endereçara ao Presidente Artur Bernardes:

"Presidente República

Palácio Catete. Rio.

Levo conhecimento V. Exa. que à força minha apresentou-se Vila Rosário, voluntariamente, indivíduo Oscar Moreira Paz, sobre quem havia denúncia. Preso quando pretendia asilar-se força federal, visto ter sido descoberto e conhecido plano, submeti-o conselho guerra, que ante provas esmagadoras condenou-o pena capital, qual seja fuzilamento. Vendo-se iminência fuzilamento, resolveu revelar toda maquinação tramada minha pessoa, uma vez que a vida lhe fosse perdoada. Garanti-lhe a vida, declarando, então ter sido formado Centro Republicano Porto Alegre um complô do qual fazem parte Montauray Leitão, intendente Porto Alegre, Genes Bento, Francisco Paula Louzada, Dr. Alberto Brito, Luiz Alves de Castro e João Menino, intendente São Jerônimo, cujo fim é eliminar por assalariados e covardemente os chefes revolucionários, especialmente General José Netto e o signatário deste. Acrescentou mais que a este complô não é estranho o ilegal presidente Borges de Medeiros.

Oscar Moreira Paz é o famoso empreitado que a mando dos coronéis Miguel Corrêa, Francisco Flores da Cunha e Candoca Silva, assaltou à frente de força armada uma charqueada em Santo Eugenio, República Uruguai, com o fim de assassinar seu proprietário Iturbe, conforme me declarou agora. Oscar, além de vários outros crimes, que cinicamente confessa, é o mesmo que a imprensa do país tanto se ocupou, dizendo-o enviado para eliminar V. Exa., sendo então preso pela polícia de Santos.

Veja V. Exa. dos processos infames de que lança mão o governo do ditador agonizante para combater os seus irmãos que pelem respeitando as leis do cavalheirismo pela

libertação e integração do Rio Grande na Federação. Já não bastando a praga dos assalariados mercenários estrangeiros manda agora os profissionais do crime. Creia V. Exa. nada conseguirá salvar a personalidade política do tirano, pois que o seu desprestígio aumenta na razão direta da simpatia da causa da Liberdade, e breve com a força das armas e escudados na força do direito sacudiremos o jugo que há 30 anos nos infelicitava, para honra nossa e glória da terra brasileira. E tanto essa causa é nobre, justa, generosa e boa que temos por nós a opinião da maioria dos Estados, a V. Exa. manifestada pelas Câmaras Municipais e a quase unanimidade da imprensa do país.

Respeitosas saudações. General Honório Lemes.” (6)

Por sua vez, recebia Honório este telegrama, do qual também se deu ampla divulgação:

“ General Honório Lemes. Rosário.

Fundamente comovida generosidade seu gesto, perdendo vida meu filho Oscar, testemunho valente, abnegado guerreiro toda minha gratidão.

Possa Deus conceder-lhe prêmio seu ato generoso.

Alzira Barreto Paz.” (7)

- 5 -

A repercussão, como não poderia deixar de ser, foi bastante grande entre a população, que acompanhava os sucessos ligados à revolução e, principalmente, entre os simpatizantes da causa oposicionista. Quanto aos setores governistas, tratou-se de minimizá-los ou de ridicularizar a acusação, o que também seria de esperar. O fato é que Oscar Moreira Paz acabou por dar a sua contribuição à guerra de informação, travada paralelamente àquela que se desenrolava na campanha.

Depois de ter a vida perdoada e devidamente escoltado, foi entregue às autoridades uruguaias, com quem tinha contas a arreglar. Diz-se que estas, em sinal de gratidão, teriam entregue aos revolucionários 30.000 cartuchos de mosquetão, regalo sempre muito bem-vindo...(8)

Ao que parece, sua estada na República Oriental não foi muito longa, tendo em vista os crimes de que era acusado, pois, já em 1924, ei-lo de volta à sua Quaraí natal, onde fundou um jornal cujo nome era, no mínimo, irônico, levando-se em conta os antecedentes do seu fundador: A Ordem ... (9)

Como nos informa João Batista Marçal, era “ *um panfleto violento como ele mesmo e revolucionaria a então pacífica Quaraí a ponto de, em poucos meses, verem-se as autoridades municipais na contingência de intimarem-no a abandonar o território do município.*” (10)

O irrequieto e incorrigível fronteirista transferiu-se, então, para a capital do Estado, de onde havia saído para a sua abortada missão em Rosário.

Associando-se a um certo Antônio Soveral, proprietário do jornal A Lanterna, voltou à sua vocação de panfletário.

Sua vida teria um fim trágico na tarde de 14 de abril de 1925, no recinto da Confeitaria Colombo, quando foi assassinado por Antônio Soveral, com quem se inimizara.(11)

Chegava, assim, ao seu término, a tumultuosa carreira do ator principal do chamado **Complô do Centro Republicano de Porto Alegre**. Quem sabe, levando para o túmulo alguns segredos da política rio-grandense da época.

NOTAS

- (1) Carta de Honório Lemes ao Comitê Assis Brasil de São Gabriel, datada de 14.08.1923 (arquivo do Museu João Pedro Nunes, São Gabriel)
- (2) Cassal, David Barros – “Valente e Magnânimo General”, artigo publicado na imprensa gabrielense, em 28.07.01923; original no arquivo do Museu João Pedro Nunes
- (3) Museu João Pedro Nunes
- (4) Marçal, João Batista – “Quaraí, Terra de Intelectuais e Guerreiros”; Porto Alegre, s/ed., 1995
- (5) Museu João Pedro Nunes
- (6) Idem
- (7) Idem
- (8) Lamb, Dean Ivan – “The Incurable Filibuster” ; New York, Farrar & Rinehart, 1934
- (9) Marçal, op. cit.
- (10) Marçal, op. cit.
- (11) Marçal, op. cit.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

81 anos de História



*(Mas) quem fez profissão de
lealdade incorruptível deve falar
de cada um sem amor e sem ódio -
Tácito*

NÚMEROS DA REVISTA DO IHGRGS disponíveis para venda:

6-7,8,11-12,36,42,51,52,60,63,64,66,67,68,70,81,83,84,85,86,87-88,89,90,
91-92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105-108,109-112,113-116,
117-120,121,122,123,124,125,126,127,128, 129,130,131,132,133, 134, 135 e Índice.

A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E O TRIGO

Raphael Copstein

A agricultura, no período anterior à Independência, não apresentava grande importância na vida do Rio Grande. Os açorianos, apesar do destaque que se lhe tem dado no referente às lides da terra, estiveram longe de alcançar o resultado esperados pelos responsáveis pela imigração insular. À pecuária coube absoluta preponderância na economia gaúcha.

Entre os cultivos de então, aparecia o do trigo. Quantitativamente é mais conhecido pelas estatísticas de exportação do que pelos números de produção. Ambos, os volumes obtidos e os negociados, não se destacaram por algarismos avantajados e nem, mesmo significativos. E nem poderiam, em um conjunto agrícola de importância minguada.

Da pauta de exportação, o cereal desapareceu no ano seguinte à libertação nacional. Varela (1897, p. 438), entre muitos estudiosos, afirma que em 1823 *não se plantava mais absolutamente trigo no Rio Grande do Sul*. Abreu (1923, p. 66), entre outros, repete àquela afirmação. Consequentemente, não poderia haver excedentes exportáveis.

O motivo do abandono da cultura varia conforme o gosto de cada um dos estudiosos do assunto. As causas foram analisadas em trabalho anterior (Copstein, R, 1998 p. 80 segs.)

Pretende-se a seguir abordar a triticultura gaúcha no período dado como o do seu desaparecimento, isto é, durante o regime imperial. Não é somente por isso que o período se delimita no regime político. A triticultura desses 67 anos distinguiu-se tanto da colonial como da sucessora.

Se a cultura do cereal extinguiu-se após 1822 como afirmam os autores citados, não será um paradoxo estudá-la no tempo subsequente? A pergunta contrapõe-se outra, deixou-se realmente de cultivar o trigo nos sessenta e sete anos de monarquia?

Antes, porém, um raciocínio elementar diz que entre não produzir e não comerciar uma determinada mercadoria a distância é grande. Inexistir excedentes ou consumir o todo é compreensível. Menos oferta do que exige o mercado, estimula a importação.

Inserindo-se a triticultura no conjunto agrícola provincial, a compreensão de seu desenvolvimento implica na apreciação, mesmo sucinta do todo.

As fontes informadoras, as vezes particularizando o trigo, símbolo da civilização européia, encontram-se principalmente nos Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, nas manifestações do Legislativo onde conceitos conflitantes em discursos, por vezes aparecem. A essas, acrescentem-se relatórios de inspetores coloniais, documentos outros e bibliografia diversa. A sua utilização se fará acompanhada de transcrições pertinentes, mesmo enfadonhas, com as devidas apreciações críticas.

A quantificação do todo produzido ou do comercializado é difícil em virtude da escassez de elementos. Os poucos obtidos nem sempre são comparáveis e nem se lhes podem afixar a fidedignidade. As vezes até a fonte duvida da suas verdades. Sob a forma de farinha ou de grão há registros quantitativos que não se acanham de discordar quando as fontes diferem.

A triticultura colonial implantava-se em uma agricultura pouquíssimo desenvolvida, carente de mão-de-obra em uma sociedade onde o trabalho braçal era desprezado. A gramínea, devido principalmente à inadequação ambiental oferecia uma produção reduzida e pouco compensadora, o que não impediu a persistência do cultivo.

Em decorrência da orientação imperial, o território de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu apreciáveis contingentes europeus destinados ao cultivo do solo. A superfície agrícola aumentou com o amanho de terras virgens do Vale do Sinos (1824) e da Encosta da Serra (1874) Nesse engrandecimento, o trigo buscou espaço. Com sucesso? A resposta à interrogação anterior também contemplará a esta última,

Os contingentes migratórios iniciais provieram da Alemanha do Noroeste, (1824) Hamburgo, Holstein, Mecklenburg, Hanover e após 1827 da região do médio Reno e do Mosela (Rambo, p. 82). Foram localizados principalmente no Vale do Sinos. O Litoral e Missões também os receberam. Uma parte considerável deles não era de agricultores. De um total de 42 homens imigrantes chegados entre 25 de julho e 6 de novembro de 1824, apenas doze eram lavradores (Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, p. 550). *A maior parte dos colonos nem ao menos sabem cortar um pau*, escreveu José Thomaz de Lima, inspetor da colônia leopoldense, em um ofício, a respeito dos colonos levados às Missões (1825). Esses não deveriam diferenciar-se do conjunto imigrante.

Posteriormente, chegaram os italianos, camponeses de técnicas pouco evoluídas, expelidos do Vêneto e da Lombardia em virtude dos contratos leoninos impostos pelos grandes proprietários, o extremo fracionamento de uma terra de baixa fertilidade, irregularidades climáticas, aliados à alta natalidade, além de outros fatores. Reunidos contribuíam para a miséria geral e conseqüente expulsão (Azevedo, 1975, p.48).

Nos braços destes colonos, repousavam as esperanças das autoridades relativamente à produção e produtividade do solo. Diante dos escassos frutos da terra obtidos pelos pecuaristas, os governantes e seus prepostos animavam-se com as safras dos colonos. Quase ao fim do terceiro decênio do século, José Thomas de Lima, informava ao Presidente Lopes Gama o progresso dos imigrantes devido às muitas plantações com variados tipos de grãos e batatas para o seu sustento, oito *moinhos d'água para moenda de trigo, cevada & (...)* e igual número de curtumes (R.A.P.R.G.S., nº 15/16, p.231)

No vale do Sinos o trabalho agrícola dos recém-vindos iniciou-se com derrubada da floresta e queimada à moda indígena denominado por Waibel de *Rotação de Terras Primitivas* que evoluiu para o de *Rotação de Terras Melhoradas*. Avé-Lallement deixou do fenômeno esta magistral descrição ocorrida no que denominou *Serra de Hamburgo*:

Estamos à margem de um vasto campo de batalha. Centenas, milhares de troncos carbonizados jazem na inclinada encosta. Alguns ainda de pé, tostados pelo incêndio, estendem os galhos súplices, clamando a vingança do céu até que o machado se junte ao fogo que já o precedera, e o tronco ferido pelo ferro se precipite no abismo. E no meio deste caos de aniquilamento ondulam víçosos milhares e feijoads; em volta, esplêndidos laranjais; em verdejantes encostas pasta o gado e à orla da mata relincham os cavalos; ladram os cães e chega-se a uma genuína casa de colono (P.109/10).

Não foi diferente a técnica usada pelos italianos como testemunhou o imigrante Júlio Lorenzoni, em 1878 (1975, p.67):

Um espaço de terreno de uns dois hectares, já pronto, onde, em seguida, seria semeado o milho, circundado pelo bosque que mostrava, ao redor, uma larga faixa branco-acinzentada produzida pelas enormes chamas do fogo que, na sua obra de destruição, deixava marcadas as verdes frondes daquelas maravilhosas árvores que, qual espectadores, pareciam admirar o esforço colossal de nossos fortes e tenazes pioneiros.

Mesmo considerando a época, não dispôs a agricultura gaúcha, de plantadores que trouxessem inovações à atividade. O mesmo Lorenzi, relembra (p. 67/8) como plantavam em Silveira Martins em uma terra cheia de detritos não queimados totalmente.

Foi fácil, isto é, adotando o costume da terra. Armado, o plantador de um, grosso pau, praticava, no terreno, buracos da largura de uns quatro centímetros, com uns cinco de profundidade, longe um metro mais ou menos um do

outro, depositando uns três ou quatro grãos de milho (...) e com o pé, ia cobrindo-o com a terra (...)

No primeiro lustro da chegada dos germânicos, o Presidente Lopes Gama, (1830) destacou a prosperidade da agricultura e de ramos de indústria de São Leopoldo, frisando a superioridade da mão-de-obra livre sobre a escrava por ele constatada *in loco* no Vale do Sinos (in Roche, 1961 correspondência, p. 78). Houve quem atribuisse à comparação das mãos-de-obra exemplo de racismo o que, salvo melhor juízo, não procede. O pior braço livre, independentemente de competência, é mais produtivo do que o do melhor escravo.

A eclosão e a duração do movimento farroupilha paralisou a agricultura segundo Varela (op. cit. P. 440), porém a área de colonização não parece ter sido muito afetada. Continuou produzindo e apresentando excedentes. Os preços dos produtos agrícolas eram muito elevados segundo o Presidente Galvão (1847) que confiava na colonização para fazer *desaparecer este mal*. (Roche, op. cit. p. 221). Dessa época, há uma relação não quantitativa em Hillebrand, diretor da Colônia de São Leopoldo (Relatório, p. 369) onde constam os produtos obtidos no Vale do Sinos. Entre eles, o trigo, café, chá etc. Na mesma fonte há quatro tabelas (p. 481/496) reunindo todas as exportações da Colônia. Delas extraiu-se os elementos constituintes da tabela n.º 1, abrangendo os anos 1842/1845, quadriênio marcador dos primeiros vinte anos da colônia. A sua apreciação mostra um aproveitamento reduzido da indústria extrativa. Um pouco de erva-mate, - os ervais nativos, como lamentou Hillebrand (op. cit. p. 410) tiveram o mesmo destino da floresta em sua maior parte - alguma produção de madeira, pinhão, lenha e carvão. A exportação agrícola identificadora do esforço do colono, denota, pela variedade, uma certa insegurança e uma busca de rumo. Há dominância de produtos da agricultura tradicional brasileira como o feijão, milho, batatas e mandioca que na tabela n.º 1 vem transformada em farinha. Os cereais europeus comparecem com quantidades inexpressivas em relação ao conjunto. O todo, não impressionando pelo excedente, não deixou de deslumbrar as autoridades que o comparavam com a atividade agrícola da área luso-brasileira, império do gado.

Dois anos após a Paz de Ponche Verde, o Presidente Galvão, referiu-se a uma agricultura escassa na Província, aos altos preços dos produtos agrícolas, mas, pôs muita esperança na colonização alemã para *fazer desaparecer este mal*. (Roche, op. cit. p. 221).

Quase ao findar da década, o panorama da agricultura gaúcha é dado pelo Presidente Andréa como atividade abandonada por falta de exemplos e de estímulos em Rio Grande, Pelotas e outras povoações ao sul do Ibicuí. Porto Alegre favorecida pelos resultados da Colônia de São Leopoldo constituía a exceção. Na Província, havia grandes áreas sem uma árvore plantada e a pobreza da agricultura encontrava razão nas grandes propriedades, algumas, maiores do que *pequenos Estados da Alemanha*, onde vicejava uma pecuária mal cuidada. Nessas áreas, famílias pobres e errantes não encontravam abrigo. Preconizou a fixação de colonos estrangeiros nesses ermos e prêmios aos agricultores como incentivo à produção que se refletiria na prosperidade da Província.

Tabela nº 1
Colônia de São Leopoldo
Exportação de produtos de origem vegetal *in natura* e transformados

PRODUTO	UNIDADE	EXPORTAÇÃO ANOS			
		1842	1843	1844	1845
Abóboras	N.º	1 200	625	518	570
Aipim	Sc.	8	4	2	-
Algodão	@	4	-	-	-
Amendoim	Sc	18	11	17	2
Arroz	Sc	17 ½	9	27	-
Barrotes	Nº	-	-	8	-
Batatas	Sc	3 198	4 899	8 169	4 855
Batatas doces	Sc	2	2	15	9
Cachaça	Pipas	53¾	7	4	16 ¾
Cachaça	Barris	2	-	-	-
Cana-de-açúcar	Dz	6	3	-	-
Charutos	Milheiros	-	-	3	4
Carvão	Barris	-	4 305	5 040	8 889
Casca p/curtume	Carradas	6	-	-	-
Cebolas	Sc	17 ½	40	2	1
Centeio	Sc	-	-	1	-
Cevada	Sc	65	161	87 ½	55
Erva-mate	@	8	24	-	393
Ervilhas	Sc	22	14 ½	5	13
Farinha de centeio	Sc	5	75	29	12
Farinha de mandioca	Sc	4 437	6 751	6 647	11 153
Farinha de milho	Sc	762	1 755	1 585	596
Feijão	Sc	2 493 ½	3 164	4 362	5 322

Feijão Branco	Sc	-	-	-	12
Feijão verde/conserva	Barril	1	-	-	-
Fumo	@	16	10	26	44½
Junco	Feixe	67	-	-	-
Laranjas	Nº	6 800	1 800	-	-
Lenha em lanchão	Nº	1	-	-	-
Lenha	Carrada	1	-	-	-
Lenha	Talha	-	30	-	30
Lentilha	Sc	25	17 ½	-	16
Linhaça	Sc	37	34	10 ½	7
Madeira em pedaços	Nº	14	-	-	-
Madeira p/embarcações	Pedaços	-	-	80	-
Melancias	Nº	316	300	300	775
Milho	Sc	5 248 ½	5 422	11 710	8 340
Milho verde	Sc	-	90	-	-
Morangas	Nº	316	300	-	-
Mostarda, semente	Quarta	-	-	1 ½	-
Pepinos	Nº	50	-	-	-
Pêssegos	Alq.	42	-	-	-
Pêssegos em passas	Alq.	6	-	-	-
Pêssegos em passas	Sc	-	2 ½	9 ¾	9
Pinhão	Sc	-	-	10	16
Polvilho	Sc	-	6	3	7
Pranchões p/barcos	Dz	25 ½	-	-	-
Pranchões de grapiuna	Dz	-	16 ½	26	9
Rapaduras	Nº	550	-	-	-
Repolhos	Cabeças	17 933	27 160	8 050	13 585
Repolhos em conserva	Barris	2	4	-	-
Ripas de coqueiro	Dz	12	-	-	-
Tábuas de lei	Dz	29	6	32 ½	15 ½
Vinagre	Pipas	-	3	-	-
Vinho	Medidas	-	40	-	-

O descrito pela autoridade pintava a situação da lavoura nas áreas de pecuária. Para modificá-la o poder público aconselhava o exemplo a ser dado por pequenos produtores que ali deveriam ser inseridos. É difícil concordar-se com essa solução. A economia rege-se pelo maior lucro.

As informações estatísticas de produção agrícola à disposição do Presidente, deixavam a desejar. Quanto ao número de lavradores, também não eram das melhores como se constata na tabela 2, qualitativa, pouco esclarecedora e não menos confusa.

Tabela nº 2

Mapa 13 Demonstrativo das fábricas e produtos de alguns municípios da Província e suas riquezas naturais (*)(**)

Nº de lavradores

PRODUTO	PORTO ALEGRE	RIO GRANDE	PELOTAS	RIO PARDO	S.J DO NORTE	SÃO LEOPOLDO	TRIUNFO	SÃO GABRIEL	CAÇAPAVA
Feijão	S/Nº	Poucos	Alguns	Vários	Poucos	Muitos	Muitos	-	127
Mandioca	Indeterminado	-	Poucos Alguns	- Alguns	ários	Muitos	Muitos Ha.	-	170 +alguns
Milho	Peq.número	Alguns	Poucos	Poucos	lguns	Imensos	Bastantes	Muitos	127
TRIGO	Mui poucos	-	Poucos	Mui poucos		Alguns	Poucos	Alguns	127
Arroz						⊗			
Batatas						⊗			
Cevada						⊗			
Centeio						⊗			
Linhaça						⊗			
Amendoim						⊗			

(*) Fonte: Relatório Presidente Soares Andréa, 184..

(**) Conservou-se o título da fonte. Só se coligiu o referente à agricultura.

⊗ No original, esses produtos constam na coluna São Leopoldo sem qualquer apreciação

As opiniões de Soares Andréa calaram fundo, tanto que, quase no fim da década seguinte, ao falar da agricultura, em seu relatório, Moniz Ferraz (1858, p. 21) transcreveu e confirmou parte do preconizado.

A expansão da área colonial alemã, como não poderia deixar de ser, aumentou a produção agrícola como registra o relatório do Presidente Provincial Antão Fernandes Leão. (1860, p. 57) À semelhança do comércio e da navegação, dizia, a agricultura tem feito progressos. Duas das observações chamam a atenção, o *emprego do arado e da grade para amanho a terra* e as referências ao cultivo da cana-de-açúcar. No primeiro caso, se os instrumentos significavam melhoramentos, pode-se ter uma idéia do pouco desenvolvimento da atividade agrícola existente.

Quanto à cana, suas manifestações nem sempre procedem. Destacando a produção de cachaça com aceitação em Porto Alegre e Rio Grande, lastimou a inexistência de instalações próprias para o fabrico do açúcar. A preocupação, bem intencionada, esqueceu a exigência de condições naturais apropriadas à obtenção de caldo com teor de sacarose necessário ao preparo de um açúcar apto a concorrer com os provenientes de outras províncias.

Destacou-se o aproveitamento da cana-de-açúcar, apenas para mostrar que os dirigentes, muitas vezes, apesar de boa vontade, desconheciam a realidade ambiental.

A crítica de Andréa, também, não se justifica plenamente. A importância econômica da pecuária era incomparavelmente superior a da agricultura. Ademais, os iniciadores da pecuária rio-grandense e seus herdeiros não eram agricultores. A atividade era mais extrativista do que propriamente criatória, o que, muitas vezes, não tem sido levado em conta. O sistema exigia grande extensão de terra por cabeça de rês alçada; em compensação não pedia muito esforço. A viação existente era extremamente precária. Um barco singrando os *sinus* do Sinos levava de São Leopoldo a Porto Alegre, seis horas (Hillebrand, op. cit. p. 399) o que dificultava o escoamento e encarecia a produção agrícola. Enquanto isso, o criador, cujo maior trabalho era reunir periodicamente o gado e marcar os novilhos, produzia uma mercadoria autotransportável aos locais de abate. Como se tal não bastasse, a atividade pecuária exigia pouquíssima mão-de-obra, ao contrário da agricultura, e essa não era abundante em uma população reduzida dispondo de uma superfície pouco menor do que a da Itália. Não se trata aqui de engrandecer uma pecuária atrasada, mas, simplesmente constatar uma realidade.

As tabelas números 3 e 4, sem pretenderem valores de generalidade, podem dar uma idéia de como se repartia a produção de uma área colonial.

Tabela n.º 3
São Leopoldo - 1854

PRODUTO	PRODUÇÃO sacos	EXPORTAÇÃO sacos	VALOR UNIT. saco/réis	EXPORTAÇÃO valor /réis
Batatas		17 417	3\$000	52:251\$000
Feijão	37 126	20 000	8\$000	160:000\$000
Farinha/mand.	28 062	16 000	5\$000	80:000\$000
Milho	45 000	25 000	5\$000	125:000\$000
TRIGO		375	6\$000	2:250\$000

Fonte: Hillebrand, D. - *Relatório da Câmara Municipal de São Leopoldo* in
R.A. P.R.G.S.Nº15/16 -1924

Tabela n.º 4
Colônia Santa Maria da Soledade - 1860

PRODUTO Alqueire	AREA CULTIVADA Alqueire	PRODUÇÃO Alqueire	COMÉRCIO Alqueire	COMERCIO Preço/alqueire mil réis	CONSUMO Alqueire	EXCEDENTE alqueire	EXCEDENTE % produção
Batatas	821	3265	1 128	2\$000	1 126	877	26,86
Feijão	110	3 057	810	2\$800	286	1 231	40,27
			511	3\$000	-	-	-
			219	2\$200	-	-	-
Fumo(libra)	-	1 410	820	\$160	355	235	16,67
Milho	159	18 584	362	1\$280	7 232	9 318	50,13
			518	1\$400	-	-	-
			1514	1\$500	-	-	-
TRIGO	15	287	156	1\$600	70	51	17,77

Fonte: Relatório Presidente Fernandes Leão/Insp. Geral das Colônias - 1860

Os produtos arrolados eram os mais importantes da economia colonial daquele decênio, e esta é uma generalização que se pode fazer sem errar. O trigo compareceu com reduzida produção. Feijão e milho foram os mais rendosos tanto em relação à área cultivada (Soledade) como em resultados pecuniários. As diferenças de preço apresentadas na comercialização em Soledade (Tabela 4) relacionam-se, certamente, com a variação de época e procura. Uma parte apreciável da produção apresentou excedentes mas não há elementos que autorizem apreciar o seu destino.

Pouco menos de um decênio mais tarde, houve preocupação governamental em melhorar o conhecimento da produção. A falta de funcionários encarregados de coletar dados eram, de acordo com o relatório do Presidente Francisco de Assis Pereira Rocha, (1862, p. 77) responsável pelas *parcas informações (...)* O Poder Central manifestara-se a respeito pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através de dois avisos, mas, em 1864, a situação não era muito melhor como se pode concluir pela tabela nº 5.

Essa tabela assinala a omissão de 13 municípios. Infelizmente não os relaciona, o que impede saber se o conteúdo reflete apenas a realidade colonial ou se é geograficamente mais abrangente. A apreciação mostra não ter se alterado qualitativamente a produção agrícola gaúcha. Continuaram destacados em volume os produtos tradicionais.

Tabela n.º 5
São Pedro do Rio Grande do Sul
Produção Agrícola 1862/1863 *

PRODUÇÃO	ALQUEIRES
Arroz	6 980
Batatas	4 314
Centeio	3 898
Ervilhas	3 943
Favas	4 936
Farinha de mandioca	76 780
Feijão	121 564
Lentilhas	60
Milho	374 507
TRIGO	46 612

*2º a fonte, exceto 13 municípios.

FONTE: Relatório do Presidente Barros Pimentel - 1864

As práticas rotineiras preocuparam o Presidente Patrício Corrêa da Câmara (Relatório 1861, p.48) que tratou e conseguiu do Governo Imperial, pelo decreto de 8 de agosto de 1861, a criação de um Instituto de Agricultura à semelhança de existentes em algumas províncias nordestinas. O Conselho Diretor e Fiscal dessa entidade, dependente de nomeação do poder criador, só se materializou em 10 de dezembro de 1861 (Pereira da Rocha, Relatório p.77). O Presidente Barros Pimentel, (1864) em seu relatório ao Legislativo, lastimava o não funcionamento do *Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura* escrevendo: - e nem se pode dizer que esteja organizado, e lamentava que a idéia:

pareça estar ameaçada de morte prematura pelo indiferentismo desconhecedor das vantagens reais que de semelhante instituição deviam provir ao desenvolvimento da agricultura.

Na antevéspera da chegada dos italianos, propunha-se o Governo Central, através do Aviso datado de 22 de julho, a auxiliar a agricultura nacional através de fornecimento de sementes e importação de máquinas agrícolas indicadas pelos cultivadores, ouvidas as Câmaras Municipais. A repercussão da medida na Província foi a mais decepcionante possível. O Presidente Figueira de Mello, na Fala de 1872, registrou a divulgação da proposta através de circular as municipalidades e o resultado do proposto através das seguintes palavras:

Até o presente nenhuns agricultores se têm dirigido ao Governo Imperial, por intermédio da Presidência, e nem me consta que o tenham feito diretamente para se aproveitarem dos benefícios que o mesmo Governo deseja proporcionar-lhe.

Essa informação parece minimizar a responsabilidade governamental. Mostra uma agricultura, apesar dos freqüentes elogios recebidos, conservadora e refratária a melhoramentos. A ela contrapõe-se uma interrogação sem resposta – houve a necessária e indispensável divulgação?

A garimpagem, nas fontes, sobre o estado agrícola da Província no período fixado, mostra rara alteração quanto aos processos empregados. Revela, porém, uma ampliação na área cultivada, em consequência da localização de novas remessas de braços. Essa moderação tecnológica permite um salto no interior da cronologia possibilitando revoada a outra área aberta a uma nova colonização.

O ano de 1875 vai marcar a chegada da primeira leva dos imigrantes italianos. Estabelecidos em Dona Isabel e Conde d'Eu, entre eles predominavam camponeses. A técnica utilizada para tornar aráveis e produtivos os respectivos lotes encontrou justificativa na substituição da enxada, instrumento de trabalho conhecido, pelo pau cavador. Seria este mais expedito e evitava que os pássaros desenterrassem as sementes (Lorênzoni 1975, p.68). Explicada ou não, a terra, com o tempo sofreria as consequências.

O camponês transplantado semeava ao acaso, ignorava, inicialmente, serem as estações locais, opostas às italianas (Condes, in Costa Rovílio, 1992, p. 73). Conseguia na terra desmatada, resultados compensadores como informou Perrod, (Costa Rovílio, p 17). Colhia, cada família, em média, em Conde d'Eu (Garibaldi), em 1881, 300 sacos de milho, 150 de feijão, 25 de batatas, 50 de trigo, 12 kg. de cânhamo, 25 kg. de linho, trinta sacos de arroz. e em Dona Isabel (Bento Gonçalves) 55 sacos de milho, 10 de feijão, 40 de batatas, 20 de trigo, 30 de centeio, 10 de cevada, 2 de arroz, 60 kg de linho, 10 Hl de vinho e 50 kg de fumo.

Essa produção, evidentemente, apresentava excedentes destinados ao mercado da Capital. Chegavam através de rede precária de transportes alimentada por tarifas muito onerosas.

Os resultados obtidos pela colonização estrangeira e respectiva produção continuavam entusiasmando os políticos responsáveis pela Província. O deputado Antunes Ribas em discurso na Assembléia Provincial em 1881, proclamava:

Presentemente as nossas colônias já nos colocam na vanguarda do país; pois em província alguma do Império vê-se núcleos importantes coloniais como os nossos

Suas palavras identificam opinião generalizada.

O relatório provincial, datado de 1888, exaltando as virtudes do clima e a fertilidade dos solos, repetiu o juízo há muito aceito pelos governantes. Perguntava o seu autor, o Vice-Presidente Azambuja Villanova, por que a produção local não podia concorrer, nos centros consumidores, com os importados obtidos em condições climáticas e edáficas inferiores. Ele mesmo respondeu com a imperfeição do escoamento, faltas de crédito, de estabelecimento de instrução profissional agrícola entre outras. Justas algumas dessas razões, não omitiam o desconhecimento das situações tanto da agricultura local como, e principalmente, a dos concorrentes. Estes possuíam condições de solo e clima mais favoráveis do que as imperantes na Província e empregavam tecnologia superior.

Num contexto, onde muitas vezes os mandatários estabeleceram confrontos incompatíveis entre o pouco cultivado na Campanha - região de criação extensiva - e a agricultura das áreas de pequenas propriedades, a triticultura buscava o seu espaço.

O exame dos elementos disponíveis, nos 67 anos de Império, destacam a lembrança, de uma triticultura anterior, muito rendosa, praticada pelos açorianos, a existência de condições mesológicas não só adequados como até superiores aos dos grandes produtores de trigo, o grande interesse da autoridade no plantio do cereal e medidas governamentais destinadas a incentivar a lavoura.

A triticultura açoriana, cuja produção persistiu exagerada na memória da Província, durante o século XIX, impressionou políticos nacionais e foi transmitida a viajantes estrangeiros. Como amostras dessas reminiscências, eis algumas das abundantes manifestações publicadas.

Segundo o belga Baguet (1997, p.53) que por aqui andou em 1845,

Há cerca de trinta anos, ali [RS] cultivava-se o trigo que era exportado para países estrangeiros; (...)

A exportação para *países estrangeiros* corre por conta do provérbio popular *quem conta um conto...*

Aparteando o deputado Ubatuba, o seu colega Caldre Fião (sessão do Legislativo de 21/10/1854) assim manifestou-se:

Tantos apartes que não vêm provar nada. Tem-se plantado trigo; mas quando se mandou plantar trigo mandou-se buscar homens próprios desta lavoura; mandou-se buscar os açorianos e homens daquela parte de Portugal onde se planta trigo.

Os açorianos, como atesta a documentação, não imigraram para o Rio Grande por causa do trigo, mas, sim pela superpopulação do Arquipélago. As técnicas usadas não produziam o suficiente para o sustento do povo. Plantaram o cereal no Rio Grande porque o seu cultivo pertencia a sua bagagem agrícola.

No Relatório em que Soares Andréa passou o governo provincial, em 1850, consta

O trigo, que em outro tempo, fez a sua [da Província] prosperidade atacado da ferrugem, tem desanimado os lavradores (...)

O *outro tempo* refere-se ao do domínio português e o trigo, então, como produto rio-grandense, muito pouco fez pela prosperidade do Continente onde dominava de longe, a pecuária. O desânimo, porém, não implicou em desistência.

Hillebrand, em uma passagem do relatório que apresentou ao Governo Provincial, datado de 1854, escreveu:

É o trigo um artigo de tanta importância para esta Província (...) tanto mais que temos a prova que há cinqüenta anos mais ou menos o trigo era plantado nesta Província e cultivado com muito proveito a ponto que era um artigo importante de exportação para Portugal(...)

Quanto ao alcance da exportação para Portugal, a informação colhida por Hillebrand deve ser debitada a conta das muitas fantasias que acompanharam a trajetória histórica do cereal no Rio Grande do Sul. Foi enviado um único e pequeno volume para Lisboa em 1787. Manifestando-se sobre a remessa, o Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos assinalou como consequência o encarecimento do produto na colônia por *falta de trigos*. (Copstein, R. op. cit. p. 68)

O mais exagerado de quantos se manifestaram sobre o assunto deve ter sido o Dr. Domingos Francisco do Santos que (1894, p. 18) lembrou a dependência dos americanos ao trigo gaúcho até a eclosão da Guerra dos Farrapos. A impossibilidade de atendimento, em virtude do conflito, levou-os a tentar a cultura com o sucesso que é sabido. Ignorava o doutor, o pedido de auxílio à independência do Brasil solicitado pelo estudante José Joaquim da Maia ao embaixador americano na França, Jefferson, em 1785. A resposta fora favorável, desde que *pagassem os [revolucionários] os saldos e recebessem seu bacalhau e trigo*. (Calmon, 1944, p. 31 nota 22). E mais, em 1830, portanto antes da Revolução, entraram pelo porto do Rio Grande 27 863 barricas de farinha provenientes dos Estados Unidos. (1 barrica = 88,134 kg.) (Despachos dos Cônsules dos E. Unidos no Rio Grande do Sul, p. 103/104.

Independentemente da importância dada à contribuição do açoriano como agricultor, ele não foi o único plantador de trigo no Rio Grande. Saint Hillaire registrou o cultivos em algumas das estâncias por onde passou. O que não se pode, por falta de elementos, é avaliar a porcentagem dessa agricultura, na grande propriedade, em relação ao total do grão produzido na Capitania e menos ainda ao do grão contrabandeado. Não há porém, razão plausível para julgar terem esses "pequenos" produtores estancieiros, abandonado a triticultura da qual não deveriam ter maior dependência econômica.

Verdade fácil de constatar foi a preocupação das autoridades provinciais com o grão.

Nos fins de 1830, um lustro após a chegada dos alemães, o Presidente Lopes Gama (Roche, 1961, p. 68) ligou o crescimento de uma futura prosperidade do interior provincial à continuação dos resultados esperados pela sementeiras daquele ano. Entretanto, um mês antes, em despacho ao Marquês de Caravelas (4/09/1830) atribuiu a falta de boas sementes, como uma das causas responsáveis pela decadência da cultura (Roche, op. Cit. p. 74).

A ferrugem, flagelo da triticultura colonial continuava a prestar o seu desserviço. Para combatê-la, o O POVO, *jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense*, impresso em Caçapava, na edição do dia 26 de fevereiro, coluna Artigos Econômicos, transcreveu fórmulas para evitar o mal. Duas delas, empregam cal, a primeira, acompanhada de flor-de-enxofre e acetato de cobre. Na outras, a cal é misturada a ferrugem de chaminé (sic). A que não emprega cal, é baseada em sulfato de cobre dissolvido em água e acrescido em uma das fases do preparo de *bosta de boi e estrume de pombo ou de galinha*. A eficiência das fórmulas parecem ter deixado muito a desejar, a observações sobre o mal continuaram.

Na segunda metade dos anos quarenta, houve redução do tributo sobre a farinha de trigo importada (Relatório de 1847 apresentado a Assembléia, p. 31.) O ato teria desestimulado a produção nacional esperançosa de proteção tarifária. Soares Andréa em 1849, registrou *ser raro o lugar em que um ou outro semeia [trigo] para o gasto da casa*, em virtude do desânimo dos agricultores diante da ferrugem. Opinava pela dedicação de cuidados especiais às sementes para evitar o mal arrasador e a instituição de recompensa a quem conseguisse meios de eliminar os flagelos da agricultura, particularmente o do trigo (Relatório, 1849, p.10)

O sucessor de Andréa confirmou a situação por esse descrita. Nem por isso, houve desânimo governamental diante das decepções tritícolas e nem falta de iniciativa para modificar a situação reinante. A Assembléia Provincial aprovou e o Presidente sancionou a lei N.º 202 de 12 de dezembro de 1850, cujo artigo 36 referia-se especificamente a cultura da gramínea com a seguinte redação:

Ficam as Câmaras autorizadas a despende o saldo de suas contas até a quantia de 500\$000 com a aquisição de trigo estrangeiro de boa qualidade para ser distribuído por lavradores de conceito com a obrigação de o plantar e restituir igual porção, quando se realizar a colheita, para poder ser distribuído por outros lavradores

A aplicação do artigo 36, em Porto Alegre, foi imediata. Spalding (Boletim Municipal, 1941 - p.316/317) refere-se a proposta do Vereador Antônio Joaquim Mariante, aprovada na Câmara de Vereadores, em 30 de abril de 1851, para remeter quatro alqueires e uma quarta de trigo candéal, recebido da América do Norte, a fim de serem distribuídos, conforme preceituava a citada lei. Foram encarregados da repartição das sementes, em Belém, o Reverendo Vigário, em Viamão, Amâncio Gonçalves Viana, na Aldeia [dos Anjos] André Machado de Moraes Sarmento e em Dores [do Camaquã], Patrício Vieira Rodrigues. Em 9 de fevereiro do ano seguinte, a ata da Câmara registrava a comunicação de Gonçalves Viana sobre o fracasso da lavoura em Viamão devido à ferrugem.

A distribuição, note-se, realizou-se em parte da área onde se dizia ter o cultivo do trigo, no início do terceiro decênio do século, desaparecido. Será que se tentaria uma nova semente onde há cinquenta anos não se praticava a cultura? Não é provável.

Por essa mesma época, anunciava-se cultura do trigo na colônia de Monte Bonito, município de Pelotas, (Relatório Oliveira Bello, 1852. Pp 14) outra porção da antiga e decantada área de cultura.

A respeito da situação tritícola na área colonial o depoimento de Hillebrand (Op. cit. p.401) em 1854, traça um quadro bastante realista de São Leopoldo. Os colonos, dada a experiência acumulada, tentavam uma melhor preparação das sementes tradicionais antes de plantá-las. Cultivavam as fornecidas pelo governo na esperança de boas colheitas. Na maior parte das vezes, em vão. Tentavam em solos idênticos, lavrados da mesma maneira, com semente iguais, plantios no mesmo dia, em terrenos pouco distantes (os afastamentos variavam entre 200 ou trezentas braças - 440 a 660 metros), com resultados opostos. Obtinham compensações satisfatórias em umas lavouras e nada colhiam em outras. A doença denominada ferrugem continuava fazendo das suas, desanimando os plantadores. As variedades distribuídas através da Diretoria Geral das Colônias deveriam constar no mapa n.º onze do relatório de 1854 conforme o autor, (op. cit. p. 402) mas tanto na Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, onde foi publicado, como no original existente no Arquivo Histórico do Estado, o mapa citado refere-se à população evangélica de Três Forquilhas.

Hillebrand (op. cit p. 411) relata distribuição de sementes pelo poder público *chegadas muito fora de tempo ou em época imprópria para a plantação* - como se vê, nada de novo - e menciona melhores resultados quando o plantio foi efetuado em época certa, inclusive de trigo espelta que chegou a *nascer* mas sofreu os efeitos da ferrugem.

Confirma-se a desídia governamental no relatório de 1857, (p. 64). Quando foi aprovada a lei do orçamento, aproximava-se a época do plantio do trigo. No parágrafo 90 da sessão 18, estava programada a compra de sementes de trigo nos Estados Unidos e no Uruguai. Destinavam-se aos agricultores de Piratini que as receberiam pelo custo. Como não houvesse possibilidade de chegarem a tempo Corrêa da Câmara, vice-presidente que assinou o relatório, encomendou na Alemanha 60 alqueires de dois tipos de sementes e pretendeu conveniente ampliar a distribuição para agricultores de outros municípios.

A tabela n.º 6, extraída do Relatório Ferraz (1858, p. 21), reorganizada em ordem decrescente de produção e acrescida de uma coluna com equivalência em quilogramas,

engloba apenas treze dos municípios, os únicos que enviaram dados. Os elementos apresentados são muito interessantes, não apenas pelas reduzidas quantidades de grãos colhidos, mas, também, pela relação das áreas produtoras. Das constantes, seis apareceram na tabela das localidades produtoras do cereal no ano 1780, (Copstein, R. op. cit p. 61) e nove tiveram o povoamento iniciado no século XVIII. o que, salvo melhor juízo, permite, mais uma vez, duvidar da repisada afirmativa do sumiço da triticultura na primitiva área de cultivo. A tabela parece confirmar ter sido conservada a tradição embora sofrendo os efeitos da ferrugem.

É essencial, porém, que se tenha em conta a existência de providências do Governo Central incentivando a cultura. Essas se consubstanciaram na remessa de sementes e no artigo 29, parágrafo 14, da lei n.º 939 de 26 de setembro de 1857 que concedia prêmios aos lavradores.

Tabela n.º 6
Produção de trigo - 1858 **

MUNICÍPIO	ALQUEIRE	Kg*
Encruzilhada	12 585	3 39 795
Santo Antônio da Patrulha	10 833	292 491
Canguçu	8 990	242 730
Piratiní	8 662	233 874
Santana do Livramento	6 000	162 000
Taquari	5 474	147 798
Rio Grande	5 414	146 178
Porto Alegre	4 138	111 726
São Borja	2 000	54 000
Camaquã	1 200	32 400
São Leopoldo	750	20 250
Conceição do Arroio	701	18 927
Sta. Maria da Boca do Monte	224	6 048
TOTAL		1 808 217

*Conversão: 1 alq. = 27 Kg.

** Fonte: Relatório do Presidente Ângelo M. S. Ferraz

A *pequena porção* de trigo procedente de Jerez de la Fronteira (Espanha), recebida em 12 de maio de 1858 (Ferraz, Op. cit. p 21), foi distribuída *pelas Câmaras de Vereadores de Rio Pardo, de Caçapava, de Cachoeira e pelo Barão de Jacuí*. A repartição abrangeu apenas localidades mais próximas em virtude de terem chegado *já no fim da estação própria*.

Amparados na lei citada que premiava com dois contos de réis os que colhessem cem alqueires de trigo, os plantadores Manoel Fialho de Vargas, Maurício Antônio Fernandes, ambos de Porto Alegre, Moisés Pereira Soares e Laurindo Teixeira Brasil, de Bagé, candidatam-se à recompensa. *O Presidente Ferraz* mandou proceder verificação das colheitas. Confirmadas as declarações, foi solicitado, a cada produtor um relato dos meios empregados e qualidades do obtido a fim de comunicar ao Governo Imperial. Não se conseguiu apurar se os requerentes tiveram a pretensão atendida, o parágrafo 14 da lei 939 só seria regulamentado pelo Decreto 2573 de 14 de abril de 1860, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João de Almeida Pereira Filho. Esse dispositivo legal exigia que o candidato fosse de profissão agricultor, possuisse terras próprias ou garantidas por título legítimo, em território nacional atestado pela Câmara Municipal e pela Polícia do local de produção. A solicitação do prêmio era feita ao Governo através do Presidente da Província

que deveria ajuizar o pretendido amparado em diligências e informações necessárias. Vir acompanhado de atestado da Câmara Municipal obtido por comissão cujos membros seriam por ela escolhidos, podendo fazer parte vereadores. A Comissão seria composta logo que o benefício fosse solicitado. Deveria examinar todo o processo de plantio, colheita e qualidade do trigo colhido, assessorada por peritos. Pediam-se, também, informações sobre a qualidade do solo com detalhes quanto a variação do rendimento na área cultivada, preços de comercialização e quaisquer elementos favoráveis conseguidos. Com isso, o Governo pretendia incentivar informações que possibilitassem sucesso a outros produtores. Nenhum premiado poderia receber a recompensa mais de uma vez.

O relatório de 1862, registra solicitações daquela vantagem feitas por agricultores dos municípios de Pelotas, Caçapava, Piratini e Bagé. Nove deles foram premiados e mais não o foram por ter estourado a verba. Chama a atenção e confirma-se, mais uma vez, o que se tem dito: a triticultura não tendo a importância atribuída pela tradição, não foi abandonada na porção sul da província.

Na presidência de Ferraz, (1858) o governo provincial recebeu proposta de Eduardo von Borowski, de Santa Cruz, para fornecimento, durante três anos, de 60 a 80 alqueires de sementes de trigo egípcio, a razão de 8\$000 o alqueire, frete e embalagem incluídos. Seriam as ditas sementes as mais apropriadas para distribuição entre os plantadores, afirmava, o vendedor por experiência própria. A proposta não vingou, apesar da asseveração, por carecer de informações sobre a bondade das sementes.

Von Borowski, foi incentivador de novos cultivos. Compareceu à Exposição Nacional de 1861, selecionadora dos exibidores brasileiros à exposição de Londres, (1862) onde foi premiado com medalha de prata. Entre as diversas amostras por ele apresentadas constavam trigo e farinha. (Paulo Xavier, 1973)

Grafado Burowch, e também de Santa Cruz, o que leva crer seja o mesmo senhor Borowski, em 1863, propôs ao Presidente Barros Pimentel, a compra de sementes de trigo espanhol *Xerez de la Frontera*. Repetiu a justificativa anterior. Somente o preço alterou-se para 9\$000 o saco. A proposta foi encaminhada ao Legislativo.

O Presidente Joaquim Antônio Fernandes Leão (1859/1861) não destoou do comportamento usual em relação à triticultura. Os seus relatórios contêm a opinião e as providências tomadas em relação a cultura. Recebeu as trinta barricas de sementes de espelta encomendadas por antecessor. Júlio Knorr foi o importador através de Martin Valentin e a Alemanha a fornecedora. O custo total atingiu a 534\$000. (Relatório 1859, p. 81).

As sementes foram postas a venda a 5\$000 o alqueire posto em Porto Alegre. Em virtude da procura reduzida por ter chegado fora da época do plantio (não há informação sobre o mês do recebimento).

Na Capital tinham sido comprados apenas 11 alqueires. O governo remeteu para venda: 4 barricas para Rio Grande, duas a São José do Norte, quatro para Rio Pardo tendo como destino Santa Cruz e oito destinaram-se a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* com sede no Rio de Janeiro. O envio de sementes a Rio Grande e a São José do Norte parece confirmar a teimosia gaúcha em cultivar trigo nas primeiras áreas de ocupação. Por que? é uma incógnita.

Fernandes Leão atribuiu a algumas pessoas o abandono da cultura em virtude da falta de maquinaria destinada a moagem e propugnou pela inclusão de verba destinada a introdução das mesmas. Iludiu-se, porém quando escreveu aos deputados: *O trigo, como sabeis, promete ser o produto mais importante da lavoura desta província(...)* (Relatório 1859, p. 81).

Dando conta da pouca procura do espelta proveniente da Alemanha e para que não se perdesse totalmente, o Presidente mandou distribuí-lo pelas câmaras e colônias (Relatório 1860, p.57/58). Registrou o envio, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria, de sementes de trigo *Príncipe Alberto*, variedade inglesa e *Gigante*, italiana, que não vingaram, talvez por vir mal acondicionado (...).

O Governador. Barros Pimentel, em 1863, salientava, em seu documento maior enviado ao Legislativo, que os lavradores, além dos gêneros que produziam até então, *hoje se ocupam na plantação de trigo* acrescentando o informe com a decantada importância da exportação de trigo no passado. Deu conhecimento ainda sobre o recebimento de sementes de trigo *Nurvey* (sic; provavelmente Nursery, (cultivar de origem inglesa,), *Golden-Drop*, (cultivar australiano,) *Rouch-Choff* (não foi localizado nenhum cultivar com esta denominação, a de maior semelhança é do cultivar *Redchaff*) e *Chidhan* (cultivar da Grã Bretanha) enviadas pelo Governo Central para distribuição aos agricultores (p. 60). Estes ainda tinham a disposição, pelo custo, moinhos mandados buscar nos Estados Unidos por Fernandes Leão.

Dessa época data a tabela de número 7. Das 13 localidades produtoras, oito aparecem na anterior. Entre as localidades comuns, duas praticamente conservam a mesma produção, Santana do Livramento e Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha; Encruzilhada, Canguçu, Taquari Conceição do Arroio (Osório) sofreram apreciável redução. As diferenças de nominatas nas relações, antes de serem atribuídas a inexistência de produção devem ser imputadas, com mais acerto, a não remessa de dados por parte dos municípios ausentes.

Tabela n.º 7
Província do Rio Grande do Sul
Produção de Trigo 1862/63

LOCALIDADE	QUANTIDADE	QUANTIDADE
	Alq.	Kg
Sto. Antônio	11 008	297 216
Encruzilhada	6 606	178 362
Canguçu	6 521	176 067
SantanaLivramento	6 100	164 700
Jaguarão	6 000	162 000
Rio Grande	5 824	157 248
S. José do Norte	1500	40 500
S. Jerônimo	1115	30 105
Cachoeira	850	22 950
Passo Fundo	500	13 500
Taquari	272	7 344
Santa Maria	222	5 994
Conceição Arroio	100	2 700
TOTAL	46 612	1 258 686

Organizada com elementos extraídos de Gomes do Carmo, p. 26.

P.ª conversão ao Sistema Métrico Decimal, considerou-se o
alqueire = 27 quilogramas.

O relatório seguinte, (1864) diz terem sido plantadas sementes de *trigo sarraceno* enviadas pela secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Os resultados teriam sido satisfatórios por ser este *grão de fácil aclimação, como provaram as primeiras experiências*. Às Câmaras dos municípios recebedores foram as distribuidoras, como de hábito. A colheita do ano anterior foi mais abundante do que a precedente. Não individualizando os proveitos obtidos pelas sementes citadas anteriormente, a participação não esclareceu praticamente nada. Vaticinou à Província, em *futuro não muito remoto*, o destaque tritícola do passado. Atribuiu como maior dificuldade ao crescimento da triticultura a inexistência de máquinas produtoras de uma boa farinha que possa concorrer com a importada. Era uma opinião. Corresponderia a uma realidade?

Agricultores, em número de 39 (o relatório não os localizou) pleitearam a vantagem prescrita pela já citada lei de 1857 mas nem todos haviam preenchido as imposições legais do decreto N.º 2 573 de abril de 1860, para a concessão do prêmio. Não há informações sobre, as exigências não cumpridas, porque os deputados conheciam o referido dispositivo legal. Em discurso pronunciado no Legislativo Provincial, o deputado Manoel Lourenço do Nascimento, (sessão de 9 de novembro de 1866) referiu-se às tentativas de fraude com suspensões de pagamentos atingindo inclusive merecedores da recompensa.

A má-fé consistia no fato de vários lavradores juntarem as respectivas produções perfazendo a quota necessária à premiação. O trigo-papel da segunda metade do século seguinte teve predecessores. O resultado da desonestidade, conforme o orador, prejudicou um agricultor de Pelotas, Manoel Barbosa de Menezes. Havia colhido mais de cem alqueires constatados, devido exigência do governo, por uma comissão nomeada pelo subdelegado e pela Câmara de Municipal. Comprovada a veracidade do volume produzido, nem assim o agricultor pelotense levou o merecido. A Presidência da Província mandou ouvir o Juiz de Direito que confirmou o parecer da Comissão. Novo requerimento do agricultor aos governo da Província e ao Imperador dormitavam em algumas repartições tirando a esperança do contemplado.

A falta de cumprimento das normas legais não seria uma forma gentil da burocracia impedir a fraude de alguns dos requerentes?

A escassez de estatísticas dificulta uma apreciação quantitativa do decênio.

Tabela n.º 8
Rio Grande do Sul Produção de Trigo- Alqueires

LOCALIDADE	ANOS									
	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866
Estrela		53		47						
Lajeado**		00		00			72			
M. Casseros						6				
N. Petrópolis						15	20	6	00	
St Cruz			c. 30	0		400		5		
STª Maria		40								
Soledade	922	100	30	287		20				
Stº Ângelo		c. 8	c.213/4	1		659	0	97	73	
S.Lourenço			9	155	10					0

*Tabela organizada pelo autor. Fonte Relatórios dos Presidentes da Província

A tabela n.º 8 organizada com elementos buscados em vários relatórios serve apenas para localizar a triticultura em alguns dos municípios coloniais.

Com eles, não se pode dizer se as lacuna apresentadas são devidas à desistências de plantio, pragas ou a falta de coleta de dados em certos espaços de tempo. De toda maneira, com exceção de 1858, ano que pode melhorar a informação da tabela anterior, os números mostram a fraqueza de colheitas locais.

O crescimento da produção revelado pelo trigo em Nova Petrópolis (27 vezes entre 1862 e 1865) deve ter despertado um entusiasmo descomunal. Participa o relatório de 1867 serem ali desconhecidas a ferrugem e outras pragas do trigo; a produção extraordinária, candidatou-a a celeiro da província. As linhas Olinda e Imperial foram os destaques. Nova Petrópolis teria brilhado nas exposições, provincial de 1866 e na Universal de Paris onde compareceu com trigo de todas as qualidades e conquistou prêmios e menções. Infelizmente para o Rio Grande, Nova Petrópolis não correspondeu, no tempo, à pretensão das autoridades. Dez anos depois (1875) uma estatística dessa Colônia, constante do Catálogo da Exposição da Província, o trigo, entre nove produtos comestíveis, era o sétimo, mesmo com aumento expressivo em relação ao início do decênio, 9000 alqueires.

Uma informação a destacar sobre o trigo rio-grandense, na sétima década do século passado, é dada por Xavier (Suplemento Rural, 1977) no artigo sobre a IIª Exposição Nacional. Entre os participantes sobressaem-se pela exibição de *cereais*, o já citado Borowski contemplado com medalha de prata e premiados com menção honrosa, respectivamente: Carlos Bus, Frederico Gustavo Bartolomei e Leonídio Antero da Silveira. É de presumir que entre esses *cereais* se encontrasse o trigo. Expondo especificamente trigo, os seguintes expositores receberam menção honrosa: Augusto Becker e João Catrein com cultivares não identificadas; com trigo do *Baixo-Danúbio*: Pedro Neutzling, V. Bau er, Barão von Kahlden (de Agudo?), e finalmente Luiz Schroeder.

Não há especificação do(s) país(es) de procedência do(s) trigo(s) do *Baixo Danúbio* e nem individualização de cultivares. A expressão *Baixo-Danúbio* deveria indicar, provavelmente área banhada pelo curso inferior daquele rio europeu donde proviriam as referidas sementes. Deveriam, esses trigos, provir da Hungria, dona de terras negras não menos fecundas do que o chernosen, segundo Reclus, (1878). Lá, principalmente, no Banat danubiano (posteriormente a 1ª Guerra Mundial, dividido entre Yugoslávia e Romênia) os compradores europeus localizavam o melhor trigo do mundo e por ele pagavam mais. Já Ganeval & Groffier (1895) chamam a atenção sobre o baixo rendimento obtido pelos agricultores húngaros. Enquanto o trigo francês rendia entre 22 e 38 hectolitros, o do Banat alcançava apenas 13 hectolitros. Os autores não dizem a unidade agrária desse rendimento, o que não invalida o informe.

O presidente Costa Pinto (1868-1869) ao término de seu período, anexou à informação de praxe à Assembléia, o relatório do agente intérprete Von Koseritz onde se verifica que

A nossa província (...) rica de todos os dotes de Ceres e Pomona (...) os cereais da Europa como o trigo, o centeio a cevada a aveia dão com extraordinário viço e grande vantagem. As colônias alemãs produzem anualmente centenas de milhares de alqueires de trigo e centeio e em todas as colônias é a grande quantidade de pão para o consumo feito de cereais plantados nas mesmas colônias que além disso exportam grandes quantidades.

O culto Von Koseritz ainda acrescentou com exagerado entusiasmo

que nas linhas coloniais colocadas no alto da cordilheira (sic) (...) os cereais da Europa, como o trigo, o centeio, a cevada, a aveia que dão com extraordinário viço e grande vantagem. (...) produzem anualmente centenas de milhares de alqueires de trigo e centeio em todas as colônias,

O sucessor, João Sertório, (1870) falando sobre a produção colonial (Relatório, p. 49) salientou a prosperidade dos cereais em todas as colônias. Aconselhou a substituição periódica de sementes e a distribuição em períodos regulares, donde pressupor-se a continuação da má entrega das mesmas, como já se fez referência.

Especificamente sobre o trigo, esse Presidente abordou a produção e a importação. Não destoando da opinião generalizada, salientou a facilidade com que medrava por aqui esse grão, acrescentando com muita propriedade, *sentir não ter sido possível uma a cultura cerealífera sair da velha rotina*.

Avaliou a importação da província em três mil contos de réis o que parece um exagero. Em 1869, Nova Petrópolis exportou trigo a 6\$000 o saco. Tomando por base esse preço, o Rio Grande do Sul teria importado 500 000 sacos do grão. Considerando que a população registrada no censo de 1872 foi de 434 800 habitantes, cada gaúcho consumiria, então, mais de um saco por ano.

Nova Petrópolis (1869) exportou pela linha Olinda, 4 sacos a 6\$000 a unidade e Linha Imperial, pelo mesmo preço, remeteu 18 sacos de um total de 182 alqueires colhidos, ultrapassados por Santo Ângelo com 262 alqueires.

No catálogo *Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* de 1875, as unidades constantes da tabela n.º 9 aparecem relacionadas como produtoras de trigo.

Tabela n.º 9
Produtores/Expositores – 1875 (¹)

MUNICÍPIO COLÔNIA.	N.º ORDEM	(²) PRODUTOR	EXPOSITOR	TIPO DE TRIGO
Conde d'Eu	312	Luiz Feijó	Idem	Trigo sem barba
Conde d'Eu	314	Luiz Feijó	Idem	Trigo com barba
Encruzilhada	425		Comissão mun.	Próprio p.ª sopa
Encruzilhada	426		Comissão mun.	Comum
Encruzilhada				
Mont'Alverne	238	Frederic Richter		
Nova Petrópolis	217	Carlos Bratz	Idem	
Nova Petrópolis	223	Antônio J. Castro	Idem	Trigo novo
Passo Fundo	133			
Picada Feliz	320	Vicente Beckrugil	Idem	
Santo Ângelo	263	Barão von Kalden	Idem	

(¹) Fonte Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1875

(²) na fonte.

A mesma fonte científica produções de trigo na colônia particular *Rio Pardense*, (Rio Pardo) e a sua não comparação por falta de grãos maduros e na povoação de Germânia da Costa da Serra (atual Candelária) onde a colheita reduzida destina-se ao autoconsumo.

Os informes sobre a Encruzilhada registram a tradição tritícola, os maus efeitos da ferrugem no passado acrescentando: *só a sua grande persistência [do agricultor] se deve haver hoje semente no município para plantio*. A falta de instrumentos para a moagem limitava a produção ao consumo próprio.

O exame da tabela n.º 9 não traz maiores surpresas. A presença da colônia de Conde d'Eu, porém merece esclarecimento. Não se tratava de trigo exposto por imigrantes. O expositor, Luiz Feijó, era proprietário de terras antes de 1870 (Enciclopédia dos Municípios,

1959). Uma dúvida surge com *uma espécie de grão maior* destinada, segundo a fonte, a feitura de sopas. Que trigo seria?

No mesmo ano dessa exposição chegaram os primeiros colonos emigrados da Itália. Com eles abriram-se novas terras ao trigo com as mesmas esperanças das autoridades quanto a uma independência do pão gaúcho e talvez brasileiro, da sujeição alienígena. Os novos colonos eram, também, na origem, plantadores de trigo. Dona Isabel, Conde d'Eu, Caxias e Silveira Martins, a última pouco mais tarde, deveriam, segundo o pretendido, ser as redentoras da triticultura nacional. O entusiasmo por Nova Petrópolis começara a arrefecer. O relatório governamental de 1873, diz, a seu respeito, quando aborda a produção: *algum trigo*. Outro ídolo começava a se erguer.

A realidade dos anos seguintes mostraria que a nova colonização, merecia o bastão. Apesar de não se ter conseguido uma série estatística satisfatória, a tabela seguinte dá uma idéia da situação após o primeiro quinquênio da chegada dos peninsulares.

O total das três colônias em 1885 (tabela 10) atingiu 3 673 980 quilogramas. Comparando-os com a soma da produção de 1858 1 808 217 quilogramas (total da tabela 6) e a registrada em 1862/63, 1 258 524 quilograma (Tabela 7) mostra-se o progresso tritícola provincial e a transferência da principal área de cultura para a Encosta da Serra.

Tabela n.º 10
Produção de trigo na área colonial italiana –1881/1885 (°)
Kg (°)

ANO	COL CAXIAS.	COL. D. ISABEL	COL. CONDE D'EU	COL. S. MARTINS
1881	71 400			1 500
1883		1 444 480	794 500	
1885	1 517 040	1 244 400	912 540	

(°) Fontes diversas

(°) Conversão do autor para o sistema internacional de pesos e medidas.

A comparação, sem dúvida, deixa a desejar, pois não se tem as respectivas áreas plantadas nem os rendimentos por unidade agrária, mas são esses os dados disponíveis e além disso a evolução tritícola posterior confirma o que foi dito.

No ano em que os italianos ultrapassavam a colheita de trigo das regiões até então produtoras, um autor alemão (apud Roche, T.1 p 57) afirmava que *a agricultura é exclusivamente nossa*. Seria uma resposta ao cônsul italiano Perrod? que dois anos antes escrevera em relatório:

De fato as colônias alemãs já com 40 anos de idade permaneceram pobres com relação às nossas, e não souberam tirar proveito do solo a não ser os produtos já conhecidos pelos brasileiros (...) (in Costa, Rovílio et Alli)

O mesmo cônsul, na apreciação, prometia *emancipá-la* [a Província] *da importação de (...) trigo (...)* promessa que a posteridade não verificou.

Complemento indispensável a uma triticultura que almejava significativa produção, seria a existência de um parque moageiro apropriado.

A existência de moinhos, em solo gaúcho, é testemunhada em documentação antiga. Em uma planta da atual cidade do Rio Grande, datada da primeira metade do século XVIII – original pertencente ao Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa – (Macedo, 1970) o desenho de um moinho marcava o local onde se erguia o engenho, originador de um topônimo *Campo do Moinho de Vento*. Foi ali que se ergueu em 1751, o pelourinho. Ainda em 1850,

anunciava-se a venda de água para embarcações na *Chácara do Moinho de Vento*. Em Porto Alegre, a toponímia urbana conservou até hoje duas lembranças da antiga moagem, Azenha e Moinhos de Vento. O caminho da Azenha, no século XVIII, era o caminho que ligava o núcleo urbano ao negócio de Francisco Antônio da Silveira, o Chico da Azenha, um moinho de roda, movido a água destinado a triturar trigo, desde 1760. Sua clientela abrangia produtores da localidade e da freguesia da Capela Grande(Viamão) (Porto Alegre, A. 1994, p. 10, Franco, 1998, p. 50). Moinhos de vento erguiam-se no cruzamento das atuais ruas Independência e Barros Cassal, no século passado. Pertenciam a Antônio Martins Barbosa. Esses engenhos desapareceram em 1836 em virtude da Revolução Farroupilha (Franco,1998, p. 276).

No regime imperial, a nova área tritícola desenvolvida pelos alemães criou pequenos estabelecimentos moageiros. Em 1829, o inspetor José Thomaz de Lima informava ao Presidente da Província haver na Colônia de São Leopoldo, *oito moinhos d'água para moenda de trigo*. (R.A.P.R.G.S., n.º 15/16)

A colonização alemã não criou uma indústria de moedura suficiente. Já em 1859, o Presidente da Província alegava à Assembléia Legislativa ser a falta de estabelecimentos moageiros uma das causas do abandono da cultura do trigo, Recomendava a conveniência de se consignar no orçamento, verbas para a compra de maquinaria. Um quinquênio após, a situação não se modificara. Justificava outro Presidente provincial a dificuldade da cultura do trigo pela falta de maquinaria aperfeiçoada. O fato impedia a farinha rio-grandense de concorrer com a importada e, conseqüentemente, não animava os agricultores. Em 1866, foi motivo de discussão no Legislativo, a compra de moinhos.

No catálogo da *Exposição Brasileira-Alemã* realizada em Porto Alegre (1881) constam expositores gaúchos de farinha de trigo. Entretanto, somente Canalli & Cia foi citado explicitamente como moleiro, proprietário do melhor estabelecimento colonial, capacitado a moer 100 sacos de trigo (7 254 litros) em 24 horas. A mesma procedência informa possuir a Colônia 30 moinhos, alguns produzindo excelente farinha. Em vista da quantidade de moendas, não será de se presumir que os expositores de farinha de trigo, acompanhados do termo *produtor*, seriam proprietários de pequenos engenhos? A suposição encontra fundamento ao se examinar o caso do expositor Vaccari Cia. Compareceu à exposição com um saco de amostra de farinha de trigo. Em 1866, Vaccari consta como proprietário de moinho onde trabalhou Aristides Germani, pioneiro da moderna indústria moageira caxiense (Campos Netto, 1978,p. 35). Quem expôs farinha de trigo de três qualidades como José Joss, não seria proprietário de moenda? Corroborando com o presumido, o Catálogo, referindo-se a Passo Fundo, compara a farinha fornecida por Felipe Dreher com a importada, afirma que apesar de não ter a mesma aparência daquela, em qualidade *não lhe é certo inferior*. Nesse caso, é óbvia a existência de estabelecimento moageiro.

A tabela n.º 11 relaciona os que tomaram parte no evento de 1881 como produtores e expositores de farinha de trigo, exceto os já citados.

Tabela n.º 11
Exposição de 1881

EXPOSITORES	LOCALIDADE
Credeíndio Marcelli	Col. Caxias
João Chreck	Lomba Grande
José Alves dos Santos	Montenegro
José Joss	Col. Caxias
Júlio May	Teotônia
Ph. Dreher	Campo do Meio
(')	Bento Gonçalves

2º a fonte, não foi possível identificar os expositores das Colônias D. Isabel e Conde D'Eu por terem perdido os rótulos.

Na década de oitenta, o problema da escassez de estabelecimentos moageiros avultou. Manifestações a respeito e iniciativas de instalações apareceram com certa intensidade. Provavelmente, influenciadas pela maquinaria apresentada na Exposição Brasileira-Alemã.

Em 1883 houve uma iniciativa de estabelecimento de moinho no sul da Província, em Canguçu, segundo informam os anais do Legislativo. Na sessão de 27 de dezembro, foi mandado imprimir um requerimento de Juvêncio da Silva Leivas solicitando garantias de juros sobre 200 contos de réis, privilégio de 15 anos, para ereção de um engenho central de trigo em Morro Redondo, onde pretendia fundar uma colônia.

Dois anos após, o Deputado Villa Nova, em discurso pronunciado na sessão da Assembléia de em 19 de novembro, refere-se a recente instalação de um moinho a vapor por iniciativa dos senhores Freitas Valle e Jacques (?), no Alegrete. Aquelles pecuaristas tinham em mira a expansão da triticultura no município. Havia pretensão semelhante em Arroio Grande. Na sessão seguinte, foi apresentado ao plenário da Assembléia e logo enviado à *Comissão de Comércio e Indústria*, um substitutivo apresentado pelo Deputado Villa Nova, autorizando o Presidente da Província a criar moinhos centrais para moer trigo e descascar arroz nas seguintes localidades: Montenegro, Conde d'Eu, Taquari, Encruzilhada, Canguçu, Caçapava, Alegrete e em outros locais a escolha da administração, num total de dez unidades. O governo ofereceria garantia de 8% de juros sobre o capital, por um tempo não superior a dez anos. Os moinhos não teriam custo superior a 20:000\$000. Os beneficiários gozariam de isenção de direitos municipais e provinciais sobre o material importado, exigido para a criação do estabelecimento. Em contrapartida, comprometiam-se adquirir moinhos *aperfeiçoados*, 200 000 braças de terras, nos respectivos municípios e cultivá-las, inicialmente, com 800 litros de trigo e aumentar anualmente o plantio de modo a atingir, no décimo, vinte mil litros. Deveriam, ainda, fundar uma escola primária de agricultura manter, gratuitamente, cinco alunos em cada ano e difundir as culturas de trigo e arroz através propaganda e no quarto ano, distribuírem sementes.

Os moinhos e terras anexas seriam hipotecados à Província e os contratos aprovados pelo Legislativo.

O moinho proposto por Juvêncio Leivas, pelo visto, deveria enquadrar-se no projeto que previa nominalmente, *caso quisessem*, a inclusão dos proprietários de moinhos do Alegrete e de Conde d'Eu.

Gomes do Carmo registra a fundação de dois pequenos moinhos em 1888. O primeiro, fundado por Ramiro Moreira Brito, em Cacimbinhas, moeu naquele ano 15 000 kg. Em São Sepé, Jorge Echard estabeleceu o seu moinho empregando um capital de dez contos de réis (1911, p.52 e 55 respectivamente).

Apesar da boa vontade do Legislativo, o problema da triticultura não encontrava o seu único óbice na falta de indústria moageira compatível. Esta era uma consequência da lavoura que se utilizava de sementes inadaptadas e cujos produtos sujeitavam-se a um escoamento extremamente precário e custoso. A realidade espelhava uma produção insuficiente à demanda do mercado.

A carência de produção necessária fomentou a importação; a de moinhos, maior opção pela farinha de trigo. O trigo em grão foi pouco importado. O fenômeno não era só rio-grandense, era nacional. No conjunto, farinha e trigo em grão atingiam valor bastante elevado na pauta de importação brasileira. No ano fiscal 1847/1848, o país pagou 3 382:430\$826 pela farinha e somente 11:008\$289 com o grão ou seja 0,32% do total.. Da farinha, ao Rio Grande, o custo atingiu 13,4% do total.

Os fornecedores dos brasileiros não eram muito numerosos. Aos Estados Unidos cabia a parte de leão. No ano fiscal 1847/1848, das 1 665 463 arrobas (24 4463 986 quilogramas), o citado país forneceu 1 490 460 arrobas (21 893 366,940 quilogramas) ou sejam 89,5% do total. O restante dividiu-se entre nove países europeus e dois sul-americanos.

(informações decorrentes da consulta à *Coleção dos Mappas Estatísticos do Commercio e navegação do Imperio do Brasil – 1847/1848*).

Séries estatísticas de importação, à semelhança das de produção, são escassas e não são muito confiáveis. As poucas fontes apresentam dados divergentes.

Os mais antigos dados quantitativos sobre importação gaúcha do período referem-se apenas à farinha e ao trigo provenientes dos Estados Unidos. Constatam nos relatórios consulares que detalham as cargas dos navios americanos entrados nos portos de Rio Grande e Porto Alegre. (*Estados Unidos e Rio Grande – Negócios no Século XIX*, 1998, pp. 101/137). Com eles, organizou-se a tabela n.º 12.

Tabela n.º 12
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL
Importação de Farinha de Trigo dos Estados Unidos

ANO	BARRICAS(¹)	QUILOGRAMAS
1829	3 161(1)	278 591,574
1830	27 863	2 455 677,642
1831	16 540(2)	1 457 736,360
1832	- (3)	-
1833	16 139(4)	1 422 394,626
1834	13 837(5)	1 219 510,158
1835	5 930(6)	522 634,620
1836	5 134(7)	452 479,956
1837	-	-
1838	1 044	92 011,896
1839	900(8)	79 320,600
1840	(9)	
1841	(10)	

1 barrica = 88,134 Kg.

somente 1º sem.; (2) + 3 entradas s/ especificação de peso; (3) 10 entradas idem; (4) + 2 entradas s/especificação de peso; (5) + 7 entradas idem; (6) + 13 entradas idem; (7) somente 1º sem + 1 entrada sem especificação de peso, não registra entrada no 2º sem.; (8) + 9 entradas s/especificação de peso; (9) 10 entradas s/ especificação de peso; (10) somente 1º sem., 6 entradas s/ especificação de peso.

Não há registro de entrada de trigo em grão. Tabela organizada com elementos extraídos de *Estados Unidos e Rio Grande – Negócios no século XIX*.

A quase totalidade da farinha constante nessa tabela foi desembarcada no porto do Rio Grande. Em Porto Alegre, segundo a fonte, os navios americanos, desembarcaram farinha, no segundo semestre de 1835 e no primeiro do ano seguinte. Os elementos expostos não revelam os totais recebidos pelos dois portos. A falta de elementos quantitativos completos como, por exemplo em 1836, onde 13 desembarques não são avaliados, impedem uma idéia, mesmo aproximada, do aportado, que foi bem maior.

Na Collecção dos Mappas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil, ano financeiro 1847/1848 encontrou-se os elementos para a constituição da Tabela n.º 13.

Tabela n.º 13
Província do Rio Grande do Sul
Importação de Farinha de Trigo – 1847-1848

PROCEDÊNCIA	DESEMBARQUE	QUANTIDADE	VALOR/RÉIS	QUANTIDADE K
E. Unidos	R.Grande	215 367 bar(°)	430:743\$000	18 981 155,710
E. Unidos	S. José Norte	11 245 @(')	22:489\$066	165 177,80
Entrec-Rios	S. Borja	570 @	1:078\$600	8 372,73
Corrientes	S. Borja	72@	144\$000	1 057,60
TOTAL			454:435\$066	19 153 763,30

Fonte: Coleção de Mappas Estatísticos(...)1847/1848.

Essa tabela mostra a procedência da importação naquele ano, confirma a supremacia norte americana e informa a desigual importância dos portos de desembarque.

Sobre os dados, a fonte esclarece : *segundo os parciais organizados pelas Alfândegas e Mesas de Consulado* e mais nada. Ao se comparar esses dados com os revelados pela fonte americana, mesmo considerando as falhas existentes, nos chamou a atenção a disparidade entre as respectivas quantidades. Não havia justificativa para um aumento tão grande no volume de farinha importado mesmo levando em conta o fim da Revolução Farroupilha. Em vista disso apelou-se para o Relatório da Comissão encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor. Nessa fonte, as importações são reveladas em custos e não em quantidades. Havendo o Brasil, em 1847/1848, importado da Bélgica uma arroba de farinha ao custo de 2\$000, pôde-se, considerando esse valor constante para o decênio 1839/1849, constituir a tabela n.º 14.

Comparando o total da tabela n.º 13 com o mesmo ano da seguinte, constata-se um enorme disparidade entre as importações registradas em ambas, porém a última pareceu mais consentânea com a realidade de então. Infelizmente, não se tem estimativa do total de população. Com ele, se poderia obter o consumo aparente per capita e ter melhor avaliação sobre os números das importações.

Tabela n.º 14
Província do Rio Grande do Sul
Importação de Farinha de Trigo

ANO	ARROBAS (°0)	VALOR 1\$000	QUILOGRAMAS
1839/40	32 500	65:000\$	477 392,500
1840/41	80 500	161:000\$	1182 464,500
1841/42	96 100	192:200\$	1411 612,900
1842/43	65 350	130:700\$	959 926,150
1843/44	113 200	226:400\$	1 662 794,800
1844/45	122 500	245 000\$	1 799 402,500
1845/46	174 246	384:512\$	2 559 646,380
1846/47	164 596	329:192\$	3 417 750,638
1847/48	298 900	597: 801\$	4 381 736,044
1848/49	205 414	410: 828\$	3 017 328,240

(°)Calculadas considerando o valor de cada @ =2\$000. A fonte forneceu o valor total.

Tabela organizada com elementos extraídos do Relatório da Comissão Encarregada da Revisão das Tarifas em Vigor referentes aos portos de Rio Grande, São José do Norte, P.Alegre e S. Borja.

Procurando-se o a causa da desigualdade das quantidades expostas, e considerando que somente a correspondente à importação por Rio Grande, em 1847/1848, (Tabela n.º 13 em negrito) era expressa em barricas e não em arrobas, como a dos outros portos, pensou-se considerá-la como arrobas. Nessa consideração, a medida, somada as provenientes dos outros portos provinciais, totalizou 227 254 arrobas, peso inferior ao expresso na tabela n.º 14 em 71 646 arrobas.

A quantificação dos pesos expressos pela tabela n.º 14, como foi explicado, foram computados sobre os valores totais declarados quando da importação da farinha. Sobre eles, as autoridades alfandegárias calculavam os impostos. É preciso, porém, não esquecer a existência de sonegação e a possibilidade dos mesmos terem sido subestimados

O valor adotado pela arroba de farinha de trigo é consentâneo com a realidade. Testaram-se pesos e valores totais de importações de várias procedências, obtidos em outra fonte. As variações foram pequenas, entre 1\$998 e pouco acima de 2\$000.

A tabela n.º 14 mostra que a importação de farinha esteve em crescimento durante a Revolução Farroupilha. Os dados não discriminam os portos de importação mas é óbvio que o produto não seria consumido apenas na área de influência do porto do Rio Grande. Com a paz, a importação dobrou.

As importações posteriores apresentam carência de dados. São de diversas fontes os elementos constantes na tabela 15 e, infelizmente, apresentam lacunas.

Tabela n.º 15
Porto Alegre
Importação de Farinha de Trigo

ANO	BARRICA* (A)	SACOS** (B)	KG. (A+B)
1868	10 780,5	8 841	1 339 133
1873	16 823	7 603	1 817 210
1874	20 998	37 773	3 512 650
1876	21 483	34 401	3 407 027
1880	19 201	40 454	3 472 237
1885	23 347	48 851	4 207 108

* Barrica = 88,134kg. **Saco = 44kg

A tabela n.º 14 mostra uma discrepância muito grande entre os dois primeiros dados e os restantes. Poder-se-ia dizer, tendo-a como base, que nos últimos trinta e cinco anos teria havido uma estabilização nas importações de farinha, mas a confiabilidade dos seus componentes torna a afirmativa arriscada.

As estatísticas transcritas no trabalho servem mais para dar a ordem de grandeza dos fenômenos que representam. O fenômeno não abrangeu apenas a produção e o consumo de trigo e derivados, compreendeu, também, outros os setores. As faltas e as imprecisões numéricas constituíram uma das deficiências com que contaram os antigos presidentes provinciais no desempenho das suas tarefas. Entre eles houve aqueles que salientaram a carência de documentação estatística como Joaquim Antão Fernandes Leão no relatório de 1859: *Na deficiência de dados estatísticos, não vos [Deputados] posso dar conta minuciosa do desenvolvimento desse ramo da riqueza pública [agricultura] nesta província. O mal transcendia do âmbito provincial.* O relatório da Comissão da Revisão da Tarifa (1853), no segundo parágrafo da primeira página, registra a falta de dados estatísticos e de informações precisas no âmbito imperial.

O conteúdo desenvolvido responde de sobejo à questão posta inicialmente. No Rio Grande do Sul, a triticultura iniciada com as sementes enviadas pela Câmara de Curitiba em 1738 (Copstein, op. cit, p.36) varou o regime imperial sem interrupção. Conservou-se, no

litoral, impróprio para plantio, e no sul da Província, áreas iniciais da cultura. Estendeu-se, posteriormente, pelas terras coloniais, alemã e italiana. Os resultados alcançados, particularmente, nas regiões coloniais, não foram os esperados. Vários fatores se fizeram sentir, uns abrangendo a agricultura em geral outros atingindo particularmente a triticultura. Na pequena propriedade, imperou, por certo tempo, o desconhecimento das condições naturais. Provenientes de áreas de clima e solo diferentes, os que eram cultivadores, ignoravam essa diversidade. Sua experiência era de uma agricultura rotineira na terra de origem, a qual foi incorporada a queimada indígena. Os considerados bons resultados iniciais iam minguando no decorrer do tempo e a produção obtida era compatível com a técnica usada. Os encômios recebidos das autoridades expressavam o resultado de uma comparação improcedente – a lavoura da área de criatório. Não se pretende desmerecer o esforço da gente colonial, os seus conhecimentos não lhes permitia comportamento diferente. Não havia condições para explorar a madeira. Sem o fogo, a agricultura teria sido muito mais difícil do que foi. Sem um sistema de escoamento eficiente e barato não havia porque explorar o arvoredo ou aumentar a produção.

Reduzir ou eliminar os inconvenientes apontados sucintamente, competia às autoridades. Essas, centrais ou provinciais não deixaram de tomar medidas que se postas em prática de maneira eficiente, teriam trazido resultados compensadores. Uma das iniciativas de relativo sucesso foi o incentivo à imigração de agricultores. Nas instruções aos presidentes provinciais baixadas por Feijó, em dezembro de 1835, o Regente preconizava a vinda de colonos (...) de países de agricultura adiantada (Calógeras, v. III p.337). Ocorria, porém, que as ditas áreas européias eram as que se haviam industrializado e portanto absorvido a mão-de-obra excedente do campo. Os camponeses das que forneciam imigrantes não conheciam a agricultura moderna.

O Vice-presidente Correa da Câmara ratifica o afirmado no Relatório de 1861 (p. 48) quando diz:

Era de crer que a emigração européia trouxesse consigo os sistemas aperfeiçoados de cultura que conseguem no velho mundo (...), mas assim não foi : os contratos celebrados (...) não atraíram ao Brasil homens adestrados nessa espécie de trabalho.

No caso específico do trigo, várias medidas foram tomadas como a importação de sementes, prêmios em dinheiro à lavouras bem sucedidas como anteriormente aludido. Borges do Carmo (op. cit. p. 129) afirma que a partir de 1867 arrefeceu o interesse ministerial pelo trigo. Seria retomado pelo Conselheiro Afonso Pena em 1883 ao mandar publicar e distribuir instruções sobre a cultura do trigo. O conteúdo não era satisfatório e poderia ser responsável por insucessos ocorridos, (Borges do Carmo). Àquelas instruções foram substituídas por outras quando o Conselheiro Antônio Prado esteve à testa dos negócios agrícolas.

Especificamente, a lavoura tritícola não contava com sementes apropriadas às condições ambientais rio-grandenses. As importações de várias procedências pareciam querer resolver o assunto através do ensaio e erro o que não se mostrou uma técnica eficiente. Havia consciência de que não era assim que se resolveria esse problema e os da agricultura em geral e sim através da pesquisa e do ensino.

Corrêa da Câmara no seu relatório (p.48) cita a criação do Instituto de Agricultura Rio-grandense, em 8 de agosto de 1861, graças aos seus esforços junto ao Poder Central. Esperava a nomeação dos membros dos Conselho Diretor e Fiscal a quem competia a feitura dos estatutos, pelo decreto criador. Pretendia-se com esse instituto, a semelhança de outros já existentes em algumas províncias, estabelecer o ensino prático de aparelhos e aperfeiçoados sistemas de cultura modernos. Quatro anos depois, o Presidente Barros Pimentel lamentava não estivesse o Instituto em funcionamento e nem mesmo organizado. Ao que parece, nunca o foi, pois, em 1870, o Presidente Miranda e Castro (p. 48) falando sobre trigo, pregou a

instituição de uma sociedade agrônômica a semelhança das existentes nos Estados Unidos, *que se esforçasse em derramar noções úteis sobre agricultura e de cuja competência fosse a mencionada renovação de sementes.*

Boas soluções, não faltavam. Pô-las em prática esbarravam na falta de recursos – crônica na vida brasileira desde tempos recuados – na ineficiência dos serviços públicos assistenciais. Idéias arraigadas como as superioridades climática e edáfica do Rio Grande comparativamente a outros países dificultavam a compreensão de problemas agrícolas.

A descontinuidade administrativa nos âmbitos central e provincial também deveriam cooperar para as dificuldades. O Rio Grande, entre 1846, término do governo do Barão de Caxias e 15 de novembro de 1889, teve, entre interinos e efetivos, 72 presidentes.

A triticultura brasileira e em particular a gaúcha só iria ter um desenvolvimento compatível com as peculiaridades nacionais, quando, no século XX, a ciência e a tecnologia reuniram uma plêiade de homens competentes para resolver os problemas que se antepunham ao sucesso do cultivador. Uma nova triticultura surgiu na paisagem rio-grandense com os entendimentos do céu, da terra e do homem.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Florêncio - *Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul*. In Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil 1922. Porto Alegre, Of. Graphics d' A Federação, 1923

AVE-LALLEMANT, Roberto - *Viagem pelo Sul do Brasil [Reise Durch Süd Brasilien]* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZEVEDO, AZEVEDO Thales de - *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre, A Nação/IEL, 1975.

BAGUET, A - *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, UNIDISC; Florianópolis, Paraula, 1997;

BERTASO, HENRIQUE & LIMA, Mário A. (org.) *Álbum comemorativo ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Pub. Revista do Globo S.A. 1950.

CALMON, Pedro - *Brasil e América*. Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1944.

CALÓGERAS, J. Pandiá - *A Política Exterior do Império*. (Ed. fac-similar). Brasília, Senado Federal, 1989.

CAMPOS NETTO, *O Cavaliere Aristides Germani*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1878.

Colecção das Leis e Resoluções Provinciais de São Pedro do Rio Grande do Sul - 3º vol. 2ª sessão da 2ª Legislatura - [ver o ano que na anotação está errado] Porto Alegre, Typ. De F. Pomatte, 1850.

COPSTEIN, Raphael - *Pelas Águas do Rio Grande*. Porto Alegre, Magister, 1993

_____. *O trigo no Continente de São Pedro*. In Revista do IHGRS Nº 132. Porto Alegre, Corag, 1998.

COSTA, Rovílio et Alli - *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1992.

_____. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, 1992.

FAUCHER, Daniel - *Geografia Agrária*. Barcelona, Omega, 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa - *Porto Alegre : Guia Histórico*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1988.

_____. (org.) - *Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RS: Instituto Histórico e Geográfico do Estado do RS, 1998.

GANEVAL, M.J.A & GROFFIER, V.P. – *Dictionnaire de Géographie Commerciale*. Lyon, Lib. Emmanuel Vitte, 1895.

HILLEBRAND, João Daniel - *Relatório apresentado ao governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand ex-diretor das Colônias*, 1854. In Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Of. Graph. Escola de Engenharia, set/dez, 1924.

I.B.G.E – *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XXXIII vol. Rio de Janeiro, 1959

I_____ – SERVIÇO NACIONAL DE RECENTEAMENTO - *Estado do Rio Grande do Sul*, Vol. XXVIII, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1955.

LORENZONI, Júlio - *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre, Liv. Sulina Ed., 1975

MACEDO, F. Riopardense – *Nascimento da Vila*. in *Correio do Povo* – Caderno de Sábado, 7/11/1970. Porto Alegre, Emp. Jornalística Caldas Júnior, 1970.

PORTO ALEGRE; Achylles – *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sec. Municipal de Cultura, 1994.

RAMBO, Balduino S.J - *A zona da colonização italiana - estudo geográfico*. In Album comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Publ. da Revista do Globo, 1950.

_____. - *A imigração alemã*. In *Enciclopédia Rio-grandense*, vol. 1. Ed. Regional Ltda. Canoas 1956.

RECLUS, Elisée – *Nouvelle Géographie Universelle*. Vol. III L'Europe Centrale. Paris, lib. Hachette, 1878.

ROCHE, Jean – *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969

_____. - *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da URS, 1961

S/A – *Catálogo da Exposição Brasileira-Allema em Porto Alegre – 1881*. Porto Alegre, Typ. Deutsche Zeitung, 1881.

S/A – *Colecção dos Mappas Estatísticos do Commercio de Navegação do Império do Brasil, com Suas Províncias e paizes estrangeiros – 1847-1848*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1854.

S/A - *Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul - 1824/1924*. Porto Alegre, Tip. Do Centro, 1924.

S/A – *Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor*. Rio de Janeiro, Typ. Dous de Dezembro, 1853.

S/A *Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. em 1875*. S/data, s/ editor.

S/A – *Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1875*, s/local, s/e.

SANTOS, Domingos Francisco dos - *Cultura do trigo*. Rio de Janeiro, s/e, 1894.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - *Legislação agrícola do Brasil*. Volume I, 1º período – Império. 1ª parte, Agricultura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1910

VARELA, Alfredo - *Rio Grande do Sul*. Pelotas, Echenique & Irmãos, 1897

WAIBEL, Leo - *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro, I.B.G.E./C.N.G., 1958.

XAVIER, Paulo J. – *Rio Grande na Iª Exposição Nacional*. In *Correio do Povo*, Suplemento Rural, 8/6/1973. Porto Alegre, Cia. Jornalística Caldas Júnior, 1973.

_____. - *Rio Grande na II Exposição Nacional*. Idem Idem., 10/12/ 1976. Cia. Jornalística Caldas Junior, 1976.

RELATÓRIOS e ANAIS

Relatórios apresentados à Assembléia Provincial pelos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos Anos.

Anais da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos Anos.



Barão de Caçapava

MÚSICA E SOCIEDADE NA PORTO ALEGRE DE ANTANHO

Lothar Hessel

O título inicialmente imaginado para este trabalho era Música Urbana na antiga Porto Alegre. Urbana, indicando uma posição intermediária entre a música erudita registrada pelo músico e professor Antônio Corte Real no livro Subsídios para a História da Música no Rio Grande do Sul (1980) e a música popular, entendida como a que se praticava na Colônia Africana, conforme escreveu Aquiles Porto Alegre em sua História Popular de Porto Alegre (1940) e na Ilhota, de onde emergiria um talento maior, com Lupicínio Rodrigues.

Música com compositores e intérpretes, ora valendo-se de elementos clássicos, ora privilegiando instrumentos populares de menor prestígio na época, como o violão, o cavaquinho e mesmo a flauta e o bandolim.

Música tocada no saguão de teatros e cinemas, nos bons cafés e confeitarias do Centro, à frente e nas salas de visitas de casas de família daquela tranqüila Porto Alegre das primeiras décadas do século XX.

Entretanto, à medida que foram sendo relidos os depoimentos prestados pelo músico Omar Fonseca em 1971, nos veraneios na praia de Santa Teresinha, o elemento humano, a sociedade, foi tomando vulto com seus músicos, suas aptidões, seus defeitos e seus modos de viver, de maneira que se tornou imprescindível incluir no título definitivo o termo *sociedade*.

Os porto-alegrenses não se descuidaram de historiar a prática musical em sua cidade. Além do importante livro do professor Corte Real com suas 352 páginas, são dignas de registro duas publicações menores editadas pela Secretaria Municipal de Cultura, quais sejam: As Origens, de Arthur de Faria, e Erudito I, de Maria Luísa Paim Teixeira, cada qual com 16 páginas no formato de 14 x 30 centímetros. Merece também ser mencionado o extenso artigo de Dante Pianta, "Otávio Dutra – a Música Popular de uma Época", publicado no CORREIO DO POVO. Dante privava com músicos remanescentes daquele período, daí resultando o valor de seu depoimento.

Este trabalho se insere, portanto, nessa bibliografia, porém com uma feição complementar, revelando dados inéditos, conferindo a alguns de seus personagens facetas que vão além do nome próprio e recriando uma atmosfera hoje pouco imaginável, cercados que estamos por inúmeros sons e ruídos, por vezes desagradáveis, mormente quando potencializados por caixas de som; isso sem falar na barulheira dos veículos.

Nessa re-criação, nosso cicerone será um dos próprios participantes da música de então, o qual em sucessivas e descontraídas conversas nos foi propiciando a matéria básica

deste artigo. Eram recordações de sua mocidade e que em 1971 foram captadas, não por um gravador, mas por uma caneta esferográfica.

Omar Fonseca nasceu a 28 de janeiro de 1898, filho do português Ponciano Joaquim da Silva Fonseca e da porto-alegrense Zulmira Martins (Fonseca)

Foi alfabetizado no colégio particular de meninas de Dona Mariquinha, na Rua da Ponte (hoje Riachuelo) entre a Confeitaria Rocco e a Rua do Rosário (hoje Rua Vigário José Inácio), tendo sido sua professora a aluna-mestra Nora Montanha, filha do professor Inácio Montanha, o qual de vez em quando visitava a filha e a escola.

A seguir ingressou no Colégio Anchieta, nele permanecendo seis anos até completar o 4º. ano ginasial. Sobreveio então a Lei Maximiliano, revogando a Lei Rivadávia; segundo aquela, quem terminasse o 6º. ano ginasial, poderia entrar em Escola de Ensino Superior ou Faculdade.

Passou então para o Colégio particular do professor Emílio Meyer, à Praça da Matriz, entre a Rua Jerônimo Coelho e a atual Riachuelo, defronte ao antigo Tribunal de Justiça. Após os exames vestibulares, fez a 1ª. série do Curso de Engenharia, na qual estudava Português, Francês e, por opção, Italiano. Na época o ensino estava organizado diversamente do de 1971 e, obviamente, do de 2001.

Mas o trabalho e o emprego já batiam à sua porta. Passou a trabalhar no escritório do Sr. Carlos Bina, no ramo de artigos dentários. Carlos era tio de Maria Anunciação Bina Machado, professora na UFRGS, em 1967.

Omar foi então convidado pelo Sr. Arthur Brockmann para trabalhar na firma Brockmann & Cia., cuja sucessora foi Carlos Herrmann & Cia. Ltda, casa especializada em artigos para dentistas e que ficava na esquina da Rua dos Andradas com a Rua Uruguai, à direita de quem desce. Os sócios eram Carlos e Arthur. Este faleceu em 1930 e com a mudança operada na firma, Omar entrou como sócio. Em 1936 entrariam novos sócios: Bruno Winckler e Ademar Braga, tio do político e jornalista Manoel Braga Gastal.

Paralelamente, Omar ia estudando música. Com a mãe, pianista, aprendera solfejo e as primeiras noções de música. Seu 2º professor ensinou-lhe violino: era Camilo Fossati, tio do também músico, mais conhecido, Romeu Fossati. Continuou o violino com um alsaciano, Eduardo Martin. Já o violão, Omar aprendeu com o afamado Otávio Dutra, o qual não ensinava por música escrita. Só por ouvido e prática.

Após uns quatro meses de aprendizado, Otávio convidou-o para seresteiro e então - disse ele - “caí no mundo das serenatas”. Passava noites sem dormir. Na casa comercial era ele o “chaveiro”, que de manhã devia abrir as portas da firma. Nunca falhou, afirmou com uma pontinha de satisfação pelo dever cumprido.

Estudou canto com a professora Sibila Fontoura, que morava nas vizinhanças.

O grupo de seresteiros de Otávio Dutra chamava-se “Terror dos Facões”. Facão, na gíria da época, era a pessoa que “se perdia” ao acompanhar alguém ao violão, o que permite supor que junto a Otávio não vingava nenhum facão. A certa altura, o grupo constava de sete componentes:

Violão : Nandinho, Omar Fonseca e Valtrudes Paes (que “empurrava” um pouquinho; empurrar significava tomar uns tragos de bebida alcoólica).

Cavaquinho: Dr.Arinaldo Dutra,irmão de Otávio e cunhado de Valtrudes Paes.

Bandolim: Otávio Dutra.

Flauta: Fernando Feijó, bageense.

Violino: Alfredo (sobrenome alemão) taquarense e que tinha o apelido de *Bengalinha*.

Também tocaram no “Terror dos Facões” o coronel Creso de Barros Monteiro, flautista, especializado em sons graves; um certo Cazuzza, flautista de admirável agilidade; e ao violão, Honorinho.

Otávio Dutra era inteligente, mulato, um tanto “cheifinho”. Casou-se com uma senhorita de nome Celina, num amor que o motivou a compor a valsa *Celina*. Dormia até as 13 horas; depois compunha alguma coisa ou se exercitava, e à noite voltava aos cabarés ou outras casas de diversão.

Seu irmão, Dr.Arinaldo Dutra era formado pela Escola Médico-Cirúrgica, mas não clinicava. Casou-se com uma mulata bonita

Sua irmã, Adelina Dutra, casou-se com o supracitado Valtrudes Paes que, por seu turno, era irmão do professor Elplídio Ferreira Paes. Filho desse casal foi um professor de música em tempos mais recentes, o sr. Voltaire Dutra Paes.

- Serenatas

Nas ruas os seresteiros eram seguidos discretamente pelos policiais que, sob pretexto de os vigiar, iam ouvindo e apreciando as músicas. De sua parte os seresteiros, depois de acolhidos nas casas de família, ao receberem alguma bebida, tratavam de “defendê-los”, passando-lhes algo para beber.

A fronteira entre a moçada e a polícia era assaz tênue. Como tênues eram também os limites entre a “gente bem” e as “meninas”, isto é, as mulheres da vida, em algumas partes

da cidade. Em 1930 a Rua da Varzinha (hoje Rua Demétrio Ribeiro) já não abrigava mais essas meninas, mas a quadra da Rua Espírito Santo, entre a Rua Duque de Caxias e a Rua do Arvoredo (hoje Rua Fernando Machado), defronte à Cúria Metropolitana, era toda delas, lado esquerdo de quem desce.

- A acolhida

Os seresteiros saíam por volta das 23 horas. Sua zona predileta eram as ruas do Arvoredo, da Varzinha, da Olaria (hoje Rua Lima e Silva), José do Patrocínio e mais algumas nas redondezas.

As famílias, sabendo que a rapaziada era de boa índole, abriam-lhes as portas ou janelas, obsequiando os seresteiros com algo gostoso de comer ou de beber. Quando os mandavam entrar, não havia baile, como ocorria em algumas cidades do interior.

- Outros grupos

Além do “Terror dos Facões” havia em Porto Alegre outros grupos similares como, por ex., “Os Turunas”, pernambucanos que aqui estiveram e aos quais se juntaram elementos locais como Levino Albano da Conceição, mato-grossense de Corumbá; Coimbra, o melhor cavaquinista da cidade naquela época; o flautista Damasceno, mulatinho, e o próprio Omar Fonseca, ao violão. Levino era cego, mas mesmo assim bom concertista de violão. Era formado em Música no Rio de Janeiro, no Instituto Benjamim Constant, na Praia Vermelha. Quando bebia, tornava-se violento; assim sendo seus colegas de república (casa com hóspedes mensais, geralmente moços, estudantes e comerciários) por brincadeira serviam-lhe a caninha em conta-gotas. Levino deixou Porto Alegre por volta de 1923. De navio.

- Orquestras

As melhores atuavam no Café Colombo, aberto na década de 1920, na esquina da Rua da Ladeira (hoje Rua General Câmara) com a Rua da Praia (oficialmente Rua dos Andradas), do lado do rio, e que depois passou para a esquina fronteira, com melhor espaço e com coreto; era próspero e bem freqüentado na década de 1930 a fora.

- a de Alexandre Gnattali (pai do Radamés). Na década de 1920 tocava à tarde, no tradicional chá das cinco, e à noite. Seus componentes eram: ao piano, Alexandre; no violino, o professor Camilo Fossati; e na flauta, um Sr. Marconato, famoso pelos gorjeios que fazia e que era apelidado de *Fantoma*.

- a de Paulo Coelho, famosa, da qual alguns octogenários de hoje ainda se lembram. Paulo Coelho foi o autor da música Alto da Bronze, com letra de Plauto Azambuja, o *Foquinha*.

- a de Radamés Santos, que atuava no Café Rosicler. Radamés Santos era barítono, estudara com a professora Sibila Fontoura e cantava em festivais. Após ser comerciante no ramo de fazendas, fundou sua orquestra para atuar no citado café, propriedade da professora Sibila. Esse café situava-se na esquina da Rua da Praia com a Rua Marechal Floriano, lado do rio. Na década de 20 tornou-se o ponto de encontro da elite porto-alegrense para o chá das cinco. Era um café só para famílias. Nele havia música à tarde e à noite.

- a Orquestra Dinamite, regida por Balduino Fuchs, flautista regular e dentista prático licenciado. O grupo reunia violinos, violões, flauta e, às vezes, contrabaixo. Balduino vez que outra convidava a Omar Fonseca que então comparecia munido de um cavaquinho de corda dupla.

Em outros cafés e confeitarias normalmente as orquestras constavam de piano, violino e flauta. Por vezes entrava algum outro instrumento. O compositor Armando Albuquerque, nosso colega de trabalho na Secretaria da Escola de Engenharia da UFRGS (1949-1953) era um dos bons pianistas a atuarem nessas casas, com assistência bem educada.

- Professoras de Canto

As mais notáveis foram Olinta Braga, Amália Ferrari, esposa de Jacinto Ferrari, e Sibila Fontoura, a qual em 1971 ainda vivia, residindo no bairro Ipanema. Tinha enorme clientela. Era irmã de Bolívar Fontoura, o “Duque de Antena”, e que foi um dos funcionários ou organizadores da Rádio Sociedade Gaúcha, a qual, como se sabe, foi ao ar a 19 de novembro de 1927, no 6º andar do Grande Hotel, na época o mais alto prédio da capital, defronte à Praça da Alfândega.

Sibila mais adiante casou-se e foi para a Bahia, onde também lecionou. Enviuvando, retornou a Porto Alegre.

Olinta Braga, de estatura baixa, reforçada, foi noiva de José de Araújo Viana e era a mais famosa das três.

- Músicos diversos

O saxofone, invento do belga Antônio José Sax no século 19, fez-se ouvir em Porto Alegre por volta de 1920, integrando alguma banda ou orquestra. Três saxofonistas são dignos de memória:

- Sizino, que tocava na Banda do 10º. Regimento de Infantaria, com o qual foi transferido para São João del Rei. Foi então criado em Porto Alegre o 7º. Batalhão de Caçadores, o qual

se instalou no grande prédio no início da Av. João Pessoa e que mais tarde foi demolido para a construção do Viaduto Loureiro da Silva.

- Sargento Fernando, exímio no instrumento. Trabalhava no Quartel General do Exército, sendo mais adiante transferido para Cruz Alta.

- Ladário (Jardim ?). Natural de Minas Gerais, cego. Apareceu nesta capital lá por 1920.

A professora Sibila Fontoura pediu a Omar que o visitasse no Hotel Bianchi, à Rua Clara, (hoje Rua General João Manoel). Omar foi. E parou diante da porta do quarto, encantado com os sons daquele instrumento novo às voltas com uma peça toda enfeitada com cromáticos, modulações, etc. Depois se apresentou, obviamente.

Em casa de D. Sibila, Ladário tocava acompanhado por ela ao piano. Certa vez tocou 32 compassos sem tomar fôlego. Em sua mocidade estivera na França para aperfeiçoar-se. Lá lhe disseram que ele poderia matricular-se para o estudo de qualquer instrumento, exceto o de saxofone no qual ele já era mestre. Aqui tornou-se concertista, apresentando-se inclusive no Teatro São Pedro. Com certo artifício na palheta conseguia notas fora da escala do instrumento. Em outras ocasiões fazia trepidar o saxofone, fazendo-o emitir sons semelhantes ao de um contrabaixo.

- Blocos

Os mais destacados eram integrados por elementos da sociedade local. Entre eles :

- o Bloco dos Tigres, formado por volta de 1917. Carnavalesco. Nele apareceu a figura do 1º. remelexo em Porto Alegre na pessoa de Waldemar Cezar, despachante da Mesa de Rendas. Foi ele o criador do Bloco e naturalmente seu sócio fundador.

Quem fazia as letras para as músicas dos Tigres, era o renomado médico Dr. Mário Totta. Houve um ano em que os “Tigres” saíram à rua com nada menos do que 40 músicos. Foram ensaiadores desse Bloco, em 1919 o supracitado Levino; em 1920, Otávio Dutra; e em 1921/1922 o maestro João Pena de Oliveira. Após uns dois anos, o Bloco se extinguiu.

- o Bloco dos Tesouras, contemporâneo do dos Tigres, Era constituído por gente de cor e mais ou menos aliados daqueles.

- o Bloco dos Fidalgos, rivais do Bloco dos Tigres.

- o Bloco dos Batutas, fundado por Otávio Dutra. Este atraiu o notável flautista e compositor Dante Santoro, “ explorando-lhe” a agilidade nos instrumentos. Recordem-se dessa época a valsa *Palmira*, na qual Dante “enxertava” na hora tons cromáticos; e a peça *Fantasmagórica*.

- Clube dos Caçadores

Era um cabaré “de linha”, ali na Rua Nova (hoje Rua Andrade Neves). Omar ia lá para falar com o sr. Bólfvar Fontoura ou com o músico Marconato. Havia diversas salas: uma grande, para diversões, com palco sobre o qual atuavam cantores, cantoras, músicos, etc., e outras, para jogos. Por vezes Omar quase não conseguia passar pela de diversões, de tão cheia que estava. Numa das salas de jogos encontrou certa vez um tio seu jogando. Noutra ocasião viu o médico Dr.Rasmussen perder uma parada de 3.500\$000 para o Flores da Cunha.

Rasmussen fora colega de Omar no Curso do professor Emílio Meyer. Depois de formado foi clinicar no município de Pelotas, onde se casou com uma pelotense rica. Em 1971 já era falecido.

Dos muitos espetáculos a que assistiu no Clube dos Caçadores, o informante salientou os trazidos pela Companhia Pinto Filho em 1921.Sua artista dramática era Maria Lima, mulata clara, bonita, alta e elegante; a orquestra era regida pelo maestro Bicalho e seu cantor, o renomado tenor Vicente Celestino que pela primeira vez cantou aqui a canção *Dainéia* de Catulo da Paixão Cearense.



Anúncio, de página inteira, publicado na revista *MÁSCARA* de Porto Alegre, A.1, n.10, 13.4.1918 - composição

- Baile Azul

Assim ficou denominado o pomposo baile realizado no Clube Caixeiral em homenagem ao embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Camelo Lampreia, mais ou menos em 1912. O Dr. Artur Pinto da Rocha foi quem o saudou brilhantemente.

- Primeiros Cinemas

Sem ordem cronológica de fundação, foram os seguintes:

- Cinema Ideal, sito à Praça da Alfândega, ao qual sucedeu o Cinema Guarani. No saguão do Ideal tocava o professor Barros, pianista, o qual integrou a orquestra brasileira que acompanhou a comitiva do Rei Alberto, da Bélgica, em seu regresso (1930). Depois das sessões de cinema, Omar e outros chegavam-se a ele que então os brindava com magníficas execuções de músicas de Ernesto Nazareth. Barros era gordo e moreno. Transferiu-se depois para o Rio de Janeiro, prestou concurso e tornou-se catedrático. Em 1971 já era falecido.
- Cinema Odeon, à Rua da Praia, lado leste, demolido quando se rasgou a Avenida Borges de Medeiros. Nele tocava o violinista alsaciano e professor Eduardo Martin.
- Cinema?....., à Rua da Ladeira (Rua General Câmara), na parte plana, à direita de quem desce..Era de propriedade de um tio de Athos Damasceno Ferreira.
- Cinema Apolo, no começo da Avenida Independência e que octogenários de hoje ainda conheceram.Era de propriedade da família Grecco. Arthur Grecco herdou-o de seu pai.

- Lendo Dante

Dante Pianta, escritor e professor nascido e falecido em Porto Alegre (1929 – 1991) publicou importante artigo sobre o assunto no CORREIO DO POVO, sob o título *Otávio Dutra e a música popular de uma época*, focando o ambiente musical porto-alegrense no 1º. quartel do século XX.

Omar Fonseca leu esse artigo na praia de Santa Teresinha onde costumava veranejar e sobre ele fez as seguintes considerações:

Violonistas:

- Pedro Neves, o “Zanaga”, tinha um olho retorcido; Fernando Andrade seria o muito conhecido *Nandinho*; era um rapaz modesto, empregado na firma Gomes, Ribeiro Bastos & Cia, a qual trabalhava com o “Sal Mossoró”; Brasil Brandão, Gomercindo Amaral e Tupi não tocavam no grupo “Terror dos Facões”, de Otávio Dutra; “Gorgulho”, Nei Orestes, Tati e Vítor Albano, Omar não os conheceu.
- Omar Fonseca, aí dado como cantor, afirmou ter sido violonista de Otávio Dutra e bem raramente cantor. Já Gustavo Ribeiro era conhecido por “Mosquito” (era magrinho) e

excelente violonista de ouvido, além de pontear com muita facilidade; estudava sempre e associou-se a Levino da Conceição. Mais adiante foi para o Rio de Janeiro, onde conseguiu emprego, tornou-se concertista apresentando-se na antiga capital federal como ainda excursionando por outras cidades brasileiras.

- Levino da Conceição, acima citado, não tocava com Otávio Dutra.

Cavaquinistas: “Eurico Leão” chamava-se em verdade Eurico Cidade, funcionário da Escola Militar, e era apelidado de “Leãozinho”. De Setembrino, Omar não se lembrava. Nesse e em outros casos análogos pode ter ocorrido que eram músicos de menor expressão ou então haverem entrado no “Terror dos Facões” após Omar ter abandonado o grupo de Otávio, isso por volta de 1920.

Bandolinistas: de Ostelino Pantoja, Omar não se recordava, mas de Amador Pinho, sim: ótimo tocador de bandolim, era paulista e aqui aportara em 1921 com a Companhia de Pinto Filho. Não era do grupo de Otávio, mas em algumas serenatas chegou a tocar com ele. Era difícil alguém tocar bandolim nesse grupo, já que Otávio Dutra era quem tocava esse instrumento

Flautistas: Creso de Barros Monteiro, tenente, depois coronel, além de compositor, era instrutor da Banda da Escola Militar. Antes dele era o “Cazuza” quem dava conta das peças de Otávio que tivessem muitos floreios e repincados. Dante Santoro, que a partir de 1921, conquistaria renome nacional; nascera em Porto Alegre a 18 de junho de 1904. José Batista Lobato era casado com Alda, irmã de Otávio, e tinha pele mais escura do que este; se tocou no grupo, foi bem mais tarde; na vida, era porteiro do Tribunal do Júri e era quem fazia a chamada em leilões de hasta pública. Luís Amábile era irmão do célebre *Piratíni* (Antônio Amábile), o qual mais tarde iria atuar como animador na extinta Rádio Difusora; os dois colaboraram com Otávio Dutra em anos posteriores. Aliás, este faleceria em 1937, nascido que fora em 1884.

Pianistas: Otávio Dutra jamais teve orquestra com piano.

- Raul Moraes viera do Norte e casou-se com uma porto-alegrense. Pianista e regente de orquestra, tocou no Coliseu, no Teatro São Pedro, em festivais, etc. De outra parte, Augusto Vasseur, nascido no Rio em 1899, amigo de Omar, foi além de pianista, compositor e violino *spala* do Teatro Municipal da então “cidade maravilhosa”. De outra fonte se sabe que integrou a orquestra que foi à Europa com a missão de trazer o Rei Alberto, da Bélgica, em 1930. No artigo de Dante Pianta não foi citado um exímio pianista, de sobrenome Pinheiro e que era funcionário da Alfândega local.

Cantores: Benjamim Borges, engenheiro da Viação Férrea do RGS; um Sr. Pezzi, porto-alegrense, artista de uma Companhia de Variedades; Otávio de Jesus, funcionário do

Banco da Província e que não tinha ligações com Otávio Dutra; Januário de Sousa, mulato, funcionário do *Colis-Postaux*, na Alfândega, onde o conhecemos mais tarde, e que tinha o apelido de *Pita*. De voz e desempenho regulares, cantava inclusive no Bloco dos Batutas, fundado por Otávio.

- Composições de Otávio Dutra

Dante Pianta opina que o maestro, entre os vários gêneros que abordou, foi mais feliz na composição de valsas sentimentais; e citando uma dúzia de composições, ressalva que vez por outra Otávio plagiava como, por ex., no chote *Ada* e na 1ª parte da valsa *Palmira*. Afirma que a valsa *Corações chorando*, típica da produção de Otávio, é uma de suas melhores criações, como também a *Saudades de Darci*. Essa valsa foi composta em atenção a um amigo seu, cuja noiva, de nome Darci, falecera.

Otávio fazia as músicas, e às vezes também a letra, para artistas de cabaré da cidade, cobrando-lhes, naturalmente. Para atestar o fato, Omar Fonseca cantarolou para nós uma dessas composições, feita para uma francesa jovem aqui estacionada..

Com a morte de Otávio em 1937, seu acervo teria ido parar nas mãos do artista e compositor *Piratíni*, ou seja Antônio Amábile (nascido na Itália em 1907 e aqui falecido na década de 1960). Dentre suas composições, lembre-se *Carreteiro*. Piratíni foi o fundador da Casa do Artista Rio-Grandense.

Em suma: nesse amplo relato percebe-se como que um quadro, necessariamente parcial, da atmosfera musical e social daquela Porto Alegre descuidosa e quase poética que não tomava conhecimento das tricas e futricas políticas, por vezes armadas, dos políticos da época. Quadro que aqui é exposto, para confronto com outros textos congêneres, para eventuais correções e, quiçá, para enriquecer a visão geral que se tem daquele período. Tudo isso valorizado por ser o depoimento de um dos participantes ativos, tanto da música como da sociedade desta nossa hoje perigosa Porto Alegre.

O CHOQUE CULTURAL DO CONTESTADO

Davis Ribeiro de Sena⁴²

A revista nº 134, referente ao ano de 1999, publicou a 1ª parte do artigo sobre a Guerra do Contestado, de autoria do pesquisador Davis Ribeiro de Sena, sócio correspondente deste Instituto. Agora, complementamos o citado trabalho com a matéria a seguir. A bibliografia consultada consta na 1ª parte.

2ª PARTE

TEMPO DE LUTAR UM BRADO DE ALERTA

Ao atingirmos o terceiro milênio da era cristã, acelera-se o processo da chamada globalização, no planeta Terra. O Estado-Nação brasileiro ingressou no século XXI vivendo a continuidade da trajetória que percorrera nestes cinco séculos de existência, isto é, desde a conquista do Mar Oceano pelos brancos europeus. Gerações sucessivas de autóctones e mestiços lograram construir neste espaço físico de enormes dimensões geográficas um mercado interno progressista que sempre contou com um mesmo sistema tributário, além de moeda única. Nunca houve balanço de pagamento entre as unidades federativas da República, a partir das capitanias da Colônia e das províncias do Império. Há 500 anos, o direito de ir e vir de seus habitantes e o livre movimento de capitais prevaleceram no território do Estado-Nação brasileiro, que ainda dispõe de espaço suficiente no interior de suas fronteiras para absorver a expansão da economia interna, como também o crescimento demográfico da população. Existe uma integração física e histórica que certamente fará com que a internacionalização em curso, plena de incertezas, não tenha maiores influências na evolução da nacionalidade brasileira, no terceiro milênio que vivemos.

Feita esta sucinta e despretensiosa análise do Brasil que conhecemos, fica a impressão de que chegamos aos nossos dias vivendo fases de desenvolvimento de modo tranqüilo e harmonioso. Não é exato. Houve períodos em que o Estado-Nação brasileiro esteve à beira da fragmentação ocorrida na vizinhança latino-americana. Foram momentos – particularmente durante as revoluções separatistas deflagradas no saliente nordestino (1817/24 e 1848) e no Rio Grande do Sul (1835/45), além da sangrenta Guerra Civil de 1892/5 (Revolução Federalista ligada à Revolta na Armada) – em que periclitou a unidade territorial mantida pelo “homem cordial brasileiro”, que demonstrou não ser tão gentil como preconizavam os mestres de nossa historiografia. Aqui estudaremos uma das etapas mais significativas da constante luta do povo brasileiro para permanecer unido e indivisível de

⁴² Membro Correspondente do IHGRGS no Rio de Janeiro

forma definitiva, embora ultrapassando instantes de árduo conflito entre irmãos, que deixou marcas indelévels, mesmo porque consolidadas na dor e no generoso sangue que fluiu da incompreensão momentânea (1912/6): o Contestado.

Vencida a exaustiva Campanha de Canudos (1896/7), abalando os alicerces da novel República, que ensaiava seus primeiros passos em terreno acidentado, após impor-se à mesmice de prolongado e anacrônico período monárquico, explodiu outro confronto frontal na região Sul do país, envolvendo área de dois estados da Federação, durante espaço de tempo 4 vezes maior que o anterior e atingindo expressivos segmentos da população brasileira. Esgotadas as ações políticas e judiciárias, novamente o Exército foi convocado pelo presidente – seu comandante supremo – para exercer o papel constitucional, sendo empregado contra irmãos civis que haviam optado pela luta armada, ao visar resolver seus problemas reais de sobrevivência, incompreendidos pelas autoridades estaduais e federal. Mais uma vez o então ministro da Guerra organizou expedições militares para garantir a ordem interna e, em última análise, assegurar as fronteiras ameaçadas, tão próximas da área conflitada e ocupadas definitivamente em razão de arbitragem diplomática recente, já mencionada. Mais uma vez a Igreja Católica Apostólica Romana, sabidamente de grande penetração popular e maior poderio econômico, se omitiu.

A controvérsia vinha de longe. O sargento-mor da Guarda Nacional João da Silva Machado, também tropeiro residente na Vila Nova do Príncipe (Lapa, PR), foi contratado como empreiteiro dos trabalhos de melhoramento do caminho que partia de Campo do Tenente (começo da mata) até Campo Alto (Lages), onde a mata termina, pelo presidente da província de São Paulo Lucas Antônio Monteiro de Barros, barão de Congonhas do Campo (04 Jan 826). A obra foi iniciada no mês de maio do mesmo ano e concluída em meados de 1829, ficando conhecida como Estrada da Mata, atual BR-116. Nesse intervalo de tempo, pequeno destacamento do 18º Regimento de Cavalaria de 2ª Linha (Guarda Nacional) composto por 01(um) cabo-de-esquadra e 08(oito) soldados marcou a presença militar inicial no acidente capital da área (hoje Rio Negro, PR), que mais tarde seria disputada de arma na mão por dois estados da União ainda inexistentes, desencadeando paralelamente cruenta rebelião social sufocada a duras penas, após sucessivas expedições militares enviadas pelo Governo Federal.

A ação desbravadora dos incansáveis pioneiros que tocavam pela Estrada da Mata suas manadas de bois, mulas e cavalos, muitas vezes adquiridas na Argentina e no Uruguai, transpondo toda a região sulina brasileira, vencendo florestas fechadas e íngremes montanhas, tempo inclemente e adversas injunções econômicas e políticas – como a republicana Revolução Farroupilha (1835/45), que envolveu as duas províncias do extremo Sul – para

negociá-las em Sorocaba (SP), em Santana (BA) e – pasmem os leitores – em Caxias (MA), é verdadeira saga nacional pouco conhecida pelos brasileiros.

Assim, consolidou-se a ocupação das terras dos três estados meridionais, de São Paulo e de Mato Grosso (antes da divisão), por meio da abertura de outras estradas fundamentais (Curitiba – Antonina; Graciosa; Paraná – Mato Grosso etc.), da implantação de colônias de imigrantes, do aldeamento dos chamados bugres, que originou importantes cidades como Dourados, Três Lagoas e Ivinhema (MS) e diversos núcleos populacionais às margens dos rios Paraná, Paranapanema, Jutai, Iguaçu, Aquidauana e tantos outros.

Entre 1837 e 1839, o movimento revolucionário separatista alastrou-se por Santa Catarina. Grande parte daquela província foi declarada República, tendo como capital Laguna, que recebeu o nome de Cidade Juliana. Comandava as forças terrestres rebeldes o general David Canabarro e as marítimas o italiano Giuseppe Garibaldi. Era vital para os farrapos a posse do litoral catarinense e seus portos marítimos, mas pouparam a 5ª Comarca de São Paulo (então Curitiba), em razão da resistência oferecida em Rio Negro, ponto-chave da defesa, por tropas regulares vindas da Bahia e voluntários recrutados na própria região conflagrada. Designada “Coluna de Rio Negro”, essa força heterogênea de aproximadamente 2000 homens foi deslocada para o Sul, para combater os revoltosos sob o comando malgrado do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, que pereceu afogado na travessia do rio Pelotas. Após superar percalços militares e epidemias de varíola e de tifo a coluna se dispersou ou caiu prisioneira, perdendo as vilas de Vacaria (RS) e de Lages (SC).

Os imperiais conquistaram o êxito no embate de Forquilha (12 Jan 840), perto de Curitiba (SC), barrando a progressão republicana para o Norte e capturando a guerreira Anita Garibaldi, mas os revolucionários só foram derrotados quando o general Francisco José de Souza Soares d’Andréa (barão de Caçapava) os atacou por terra e a esquadra do comandante Frederico Mariath destruiu a flotilha de Garibaldi no porto de Laguna. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde (RS), o barão de Caxias declarava o término da luta fratricida na província do Rio Grande do Sul, por intermédio da assinatura da paz pelos litigantes. Prossigamos.

O marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas – que arrematou a Guerra da Tríplice Aliança (1864/70), em Cerro Corá – de prestígio nacional semelhante ao de Caxias e de Osório, já falecidos, ao ver-se deposto do Governo do estado do Rio Grande do Sul, por Floriano Peixoto – vice-presidente da República, no exercício da Presidência – não passou suas funções ao sucessor nomeado pelo Governo Federal (general Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro), preferindo fazê-lo por telegrama (17 Jun 892) ao seu correligionário federalista de Bagé (RS), general João Nunes (Joca) da Silva Tavares, ex-barão de Itaqui.

O caótico processo político riograndense – que gerava explosiva situação militar – atingiu nível inconciliável, incentivando a causa federalista embrionária, que só poderia conduzir ao desenlace violento, ao constituir um rápido governo dualista.

O protesto recrudesceu de modo incontrolável: não tardou, e o dissidente João de Barros Cassal (ex-governador) embarcou na canhoneira *Marajó*, sob o comando do capitão-tenente Cândido dos Santos Lara, tristemente famoso por detonar seus canhões-revólver *Armstrong* sobre a indefesa capital gaúcha (24 Jun 1892), estopim da guerra civil que ensanguentaria o país (1892/5), dando tempo a que Júlio Prates de Castilhos – escolhido por Floriano, com base em relatório apresentado pelo major José Caetano de Faria, emissário de confiança enviado àquele estado – pudesse concorrer e ganhar as eleições de 20 Nov seguinte, como candidato único, empossado em 25 Jan 1893. Seu tripé de sustentação era formado pelos seguintes batalhões de Infantaria: 13º e 30º, em Porto Alegre e 29º, sediado em Cachoeira do Sul (RS). Ao desertar das fileiras do Exército, o coronel da ativa Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, ex-comandante do 6º Batalhão de Caçadores (Uruguiana, RS), servindo na capital federal, aderiu ao movimento revolucionário e convidou os almirantes Custódio José de Melo e Luiz Felipe Saldanha da Gama a combater pela causa comum (07 Mar 1893). De atuação pouco destacada como chefe militar, foi anistiado e atingiu o posto de marechal, no retorno à Instituição que desprezara (1).

A sorte estava lançada e a medida precípua para a arregimentação das forças republicanas riograndenses foi a criação da Brigada Militar (15 Out 1892) com a missão de “*zelar pela segurança pública, manter a República e o Governo do estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis*”. A leal e aguerrida corporação era adestrada, paga, armada e equipada pelo Governo Federal, além de ser comandada por oficiais superiores do Exército, até 1915. A seu turno, a Escola Militar de Porto Alegre – único estabelecimento de ensino de nível superior então em funcionamento no Sul do país – foi extinta no ano seguinte (03 Out 1893), preenchendo com ex-cadetes os quadros de oficiais subalternos de ambos os lados hostis. O tradicional “Casarão da Redenção” – precursor da educação universitária no Rio Grande do Sul, pois foram seus professores e ex-lentes que fundaram a Escola de Engenharia, em 1896 – só foi reaberto em 15 Mai 1895. O autor se desvanecia de ter sido seu aluno.

Após o lançamento de um manifesto em que não se saudava a República, as operações terrestres iniciais da Guerra Civil 1892/5 se caracterizaram pela invasão do estado do extremo-sul brasileiro, a partir da vizinha República Oriental do Uruguai – mobilizando várias vias de acesso, em dias diferentes dos meses de Fev/ Mar/ Abr/ 1893, por brasileiros rebelados e aventureiros uruguaios – logo depois da incursão naval irresponsável e sangrenta ao porto de Rio Grande (RS). Por sua vez, a legalista Divisão do Norte reunida no

acampamento do Butuí (RS), sob o comando do general Francisco Rodrigues Lima, iniciava a marcha de aproximação para o combate rumo ao Sul, sem perda de tempo, enquanto o inimigo ao pressentir sua presença, retraía na direção-geral de Uruguaiana (RS). Ao cruzar o passo do arroio Inhanduí, no município de Alegrete (RS), a coluna republicana foi hostilizada no flanco direito pelas forças invasoras, desencadeando a contenda, de curta duração e reduzidas perdas dos dois lados (03 Mai 893). O capitão artilheiro Fernando Setembrino de Carvalho – de quem, no posto de general, falaremos muito neste trabalho – comandava a base-de-fogos legalista em Inhanduí e comentou que houve poucas baixas entre os oponentes, reduzido espírito de luta e praticamente nenhuma disciplina de tiro, resultando em consumo excessivo de munição.

Os *pica-paus* (republicanos) mantiveram o campo de batalha e, em face da retirada dos *maragatos* (federalistas), iniciaram o aproveitamento do êxito, na direção de Bagé (RS). Findara a batalha do Inhanduí, primeiro e principal recontro desse conflito armado, ocasião em que os primeiros assumiram a iniciativa estratégica das operações, para nunca mais perdê-la. Aos revoltosos restou iniciar o combate de guerrilhas, em que se mostraram mestres, mas sem a menor possibilidade de vencer a campanha encetada, com a disponibilidade de meios existentes. Pode-se acrescentar que na refrega citada – onde supostamente pelejaram 6.500 federalistas e 4.000 republicanos – nem todo o efetivo computado foi realmente empenhado, principalmente pelo lado federalista, em razão da inexistência de um comando unificado e da não demarcação de uma região de destino final, a imprescindível *zona-de-reunião*. Frustrados mas não esmorecidos, os liderados de Gaspar Silveira Martins procuraram consolidar os laços que uniram, embora conturbadamente, o levante maragato à revolta nos mares, meta que se mostrou inviável, por força das desavenças dos chefes e diferenças profundas de culturas e de objetivos. É difícil visualizar um relacionamento solidário entre Saldanha da Gama e Aparício Saraiva, por exemplo.

Exceto Inhanduí, os demais refregas entre gasparistas e castilhistas são conceituadas como combates de encontro, no jargão do Estado-Maior do Exército (ocasião em que o objetivo é o próprio dispositivo do inimigo) pois o fracionário Exército Libertador – que na realidade nunca existiu como Exército-de-Campanha, maior peça de manobra a atuar no teatro-de-operações – carecia de organização castrense para oferecer outro tipo de enfrentamento: jamais ocupou localidades ou acidentes capitais no território riograndense, limitando a luta ao emprego de *motoneras*, no estilo platino. O coronel Luís Salgado, comandante tático em Inhanduí – promovido a general-de-brigada pelo general Joca Tavares – entregara suas funções e refugiara-se em Melo, na República Oriental do Uruguai (ROU).

A rebelião tinha suas raízes nas antigas desinteligências herdadas de antepassados, nas tradições de sangue e de família, além das questões de terra e de poder, que envolviam parentes, agregados e clãs rivais. Novas desforras e vinditas surgiam por força da índole viril e da garra, principais impulsores dos corações e mentes dos gaúchos, muitos dos quais desprezavam as idéias-força de *“fecundar com o arado a terra conquistada com a espada”* e a *“glória do triunfo é fruto do heroísmo da resistência vencida”*. A seu turno, as razões marinheiras – mesmo conflitantes entre si – eram essencialmente políticas e ideológicas, embora estigmatizadas pelas ambições pessoais, que impediam a coordenação das ações entre os revoltosos. Júbilo nas fileiras republicanas. Tudo indicava o fim da revolução e o início da paz.

Ledo engano. Gumercindo Saraiva – ex-delegado de polícia do então governador Silveira Martins – achava que não tinha nada o que fazer no Uruguai. Seu destino pessoal seria desvendado aqui, até porque não havia condições de sobrevivência do outro lado. Recebera carta de Salgado considerando-o general e aceitou orgulhoso o tratamento de Vossa Excelência. Retirado no Uruguai, recompôs sua gente, invadiu novamente o Brasil (28 Mai 893) e a ferro e fogo traçou uma trajetória de 4.500 km, através do território de três estados brasileiros até ser morto em ação no Carovi (RS), em 10 Ago 894, na marcha de retorno a seus *pagos*. Estava salva a honra federalista. Através de audaz e célere atuação, conquistaria a Lapa e Tijucas, se apossaria de Curitiba e suas vanguardas atingiriam as imediações da raia paulista (Jaguariaíva, PR) de onde retrocederia, perdido o poder combativo e vencido menos pela atuação do inimigo que pela exaustão, a fome, a desesperança e a imensa distância que o separava de sua base-de-operações, subdividindo seus homens em 3 grupamentos, num verdadeiro salve-se quem puder, cada um tomando itinerário diferente. Durante o retraimento, ao ultrapassar Ponta Grossa (PR), divulgou um documento com teor separatista, no qual concitava Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a formarem uma só República (07 Abr 894), enquanto outros cabecilhas propunham uma utópica união federativa com a ROU(2).

Isolados em área despovoadas e de recursos naturais de difícil coleta, os efetivos minguados, os exaustos retirantes, após contramarcharem sem descanso abrindo picadas na selva espessa, vadeando corredeiras e remansos, alimentando-se de pinhões, de caça e de pescado, desde Ponta Grossa, as 3 colunas dispersaram-se: uns embrenharam-se na Argentina, outros desertaram e grande parte seguiu o chefe Gumercindo, principalmente remanescentes orientais e correntinos, além de imigrantes legais (italianos, poloneses e alemães) temerosos da punição que lhes seria aplicada pelo Governo constitucional brasileiro, que os recebera prazerosamente, mas por eles transformado em alvo de descabida tentativa de deposição pela força.

A falta de suprimentos, a remonta inexistente, o saldo de caixa zerado, as enfermidades e chuvas torrenciais, sem armas e sem roupas, trêmulos de frio, nada mais tinham a sacrificar que as próprias vidas. Anistiados por um Parlamento benevolente logo a seguir, o contingente de desertores e de imigrantes se fixou na região que os acolheu sem preconceitos, vindo a constituir um dos mais combativos segmentos dos futuros insurretos do Contestado, caudilhetes e guerrilheiros acostumados com a luta armada. Seria o “efeito maragato”, de grande influência no espírito de luta dos descontentes e contestadores, dispostos a empunhar armas. Esta é a ligação íntima a ser feita entre as duas rebeliões mais violentas já deflagradas em curto espaço de tempo, no processo de consolidação do regime republicano em nosso país.

No lado dos revoltosos estavam fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos, oficiais da Guarda Nacional e políticos militantes, mas é preciso levar em conta que naquelas paragens desoladas (cerca de 20.000 habitantes), a terra era abundante, tanto que extensas glebas, por falta de desfrute, fazem parte atualmente do patrimônio da União. Aliados aos expedicionários havia os *vaqueanos*, cidadãos paranaenses e catarinenses arregimentados para combater os jagunços. Recrutados no mesmo meio dos rebeldes, não eram menos cruéis no trato com os prisioneiros, nem menos bárbaros ao incendiar e arrasar casas e plantações. Em que pese este lado negativo de suas personalidades rudes, alguns deles prestaram serviços assinalados no campo da luta, como o coronel honorário Manoel Fabrício Vieira, hoje nome de vila paranaense, conhecido como o comandante do 59º Batalhão de Caçadores (3); Salvador Carneiro Pinheiro, o “Dente de Ouro”, que quase sempre atuava na vanguarda das colunas; Pedro Ruivo, auxiliar destacado do capitão Tertuliano Potiguara; Leocádio Pacheco, Domingos Soares, coronel da Guarda Nacional, intendente de Palmas e influente político regional, além de outros voluntários que trocaram tiros e espadeiradas com seus irmãos, neste momento deplorável em que se deparou a jovem República brasileira, sedimentando-se a duras penas, no início do século XX.

NO LIMITE DA RAZÃO

Entre o fim do período colonial e o início do Império – último quartel do século XVIII e primeiro do XIX – surgiram as estâncias e fazendas, já menores que as sesmarias, onde pontificava o sóbrio “coronel” sulino, diferente do opulento “coronel” senhor de engenho nordestino, pois dividia o arroz carreteiro com o peão, cortando com ele o churrasco no mesmo espeto e cavalgando pelas coxilhas e quebradas tangendo o rebanho e correndo riscos idênticos. Ao redor, floresceram madeiras, oficinas, fundições, frigoríficos e dezenas de cantinas desenvolvidas pelo esforço empreendedor do colono bem-sucedido, transformando o

vale do rio do Peixe e os campos de Palmas no celeiro do Sul brasileiro – ao lado dos grandes capitais isolados da Brazil Lumber e da São Paulo Railway, as multinacionais da época – que, pelo sim e pelo não, lançaram a rota do progresso econômico em área plena de recursos econômicos ainda a explorar.

Cidadãos de prestígio residentes na área em ebulição arvoraram-se de dirigentes insurretos. Vemos então o sexagenário Eusébio Ferreira dos Santos, abastado proprietário, que abandonou suas terras e refugiou-se em Taquaruçu com a família, à espera da ressurreição de José Maria; Elias Antônio de Moraes, major da Guarda Nacional, ex-juiz de paz e monarquista; Aleixo Gonçalves de Lima, forte negociante de erva-mate, que se sentiu prejudicado na disputa de terras com seu desafeto Leocádio Pacheco, este tornando-se destacado vaqueano, vindo a morrer em ação; Alexandre Ferreira de Souza (Xandoca), ex-intendente de Perdizes (hoje Videira), que terminou mal visto pelos dois lados; Manoel Alves de Assunção Rocha, o Rocha Alves já citado, fundador da mencionada Perdizes; Miguel Fragoso, caudilhe federalista – que combatera no posto de major ao comando do coronel Antônio Carlos Piragibe – desertor das fileiras de Gumerindo, comandante da resistência em Irani, à frente do séquito do monge, composto de trabalhadores desempregados, de camponeses sublevados, de clavinoteiros celerados, de parentes agregados e de maragatos aventureiros.

Naquelas paragens, onde muitas vezes os operários eram explorados e recebiam os salários com atraso, a terraplenagem era feita “a muque”. Não existindo tratores nem escavadeiras mecânicas ou guindastes, as pedras e o aterro necessários eram transportados em “galeotas” empurradas por dois homens, ou carroças tracionadas por mulas. As fendas feitas na rocha para receberem dinamite obedeciam processo manual: um deles segurava a broca, enquanto que dois mais batiam com marrões. Naqueles tempos, a capital da vizinha Argentina já dispunha de trem metropolitano (metrô), enquanto que no Brasil se discutia fervorosamente a construção do vital tronco ferroviário que uniria por terra São Paulo ao Rio Grande do Sul diretamente – evoluindo o debate acirrado para a revolta armada – desviando o crescente comércio do precário porto de Laguna e aproveitando o caminho natural aberto nos territórios paranaense e catarinense, enfim, integrando toda a região sul-brasileira.

Estima-se em cerca de 8.000 o número do pessoal contratado, entre imigrantes e gente oriunda de remotos recantos do Brasil, particularmente nordestinos, como sempre acontece por ocasião dos grandes movimentos de construção nacional. As terras dos vales dos rios Timbó e do Peixe eram vendidas de preferência aos colonos estrangeiros, que não possuíam recursos financeiros, mas pagavam suas dívidas em prestações, com o suor do rosto e o fruto da persistência. Já os moradores caboclos preferiam o emprego encontrado nos

empreendimentos industriais e comerciais, recebendo dinheiro vivo, pois nada entendiam de valorização futura da pequena propriedade, assunto que o imigrante compreendia claramente. Outros eram posseiros e chacareiros que trabalhavam em seus modestos roçados e pomares, criando porcos alimentados gratuitamente pelo imenso pinhal, vivendo de uma cultura de subsistência. Seus casebres, construídos com costaneiras de pinheiro, à beira de um riacho ou quase dentro do mato, chão de terra batida e cobertura de palha não ofereciam o mínimo conforto e higiene domiciliar. Suas divisões internas apertadas, escuras e mal ventiladas serviam precariamente para a lida caseira e o sono pouco reparador em esteiras ou giraus. Eram mal alimentados e analfabetos em grande maioria e deixavam de encaminhar os filhos à escola.

Seus patrícios de língua enrolada, altos e fortes, agiam de forma diferente: saudáveis, praticavam a higiene, comiam melhor, moravam em pequenas casas de alvenaria asseadas, elevadas do solo, erguidas afastadas dos banhados e da mata virgem, com cortinas nas janelas dos cômodos arejados; plantavam cereais e, ainda que pobres, desfrutavam de utensílios e mobiliários, possuíam vacas leiteiras, cuidavam do galinheiro e das abelhas domésticas. Entre eles o analfabetismo não progredia, mas eram retraídos e desconfiados, evitando o contato mais chegado com os nativos. Às vezes, pegavam em armas para resolver os atritos pessoais e familiares, deixando exposto o caráter belicoso, herdado dos antepassados europeus e moldado em intermináveis guerras através dos séculos. Na crise do Contestado encontraram excelente oportunidade para dar vazão a esse comportamento agressivo. Praticavam rudimentar comércio de trocas entre as aldeias, nos dias de feira e resolviam seus constantes conflitos e rixas a faca e a bala, em face de ausência da autoridade. Esta, quando aparecia, inaugurava uma coletoria e uma delegacia policial, antecedendo a escola pública e o posto de saúde, tão necessários àquela gente desassistida.

* * *

“Cachorro! Retire-se senão apanha!” estas foram as palavras ofensivas com que o frei Rogério Nenhaus – verdadeiro peregrino bíblico, que em lombo de burro atendia enfermos e moribundos pelos lugarejos e picadas – foi recebido pelos fanáticos, ao tentar converter o monge José Maria, em Taquaruçu. Pouco depois (05 Set 914), os fanáticos ocuparam a estação de Calmon, incendiaram-na, juntamente com o vilarejo e depósitos de madeiras da empresa Lumber, repetindo a depredação na vizinha São João dos Pobres, resultando em inúmeras vítimas. Nessa ocasião aconteceu a cilada que matou o capitão João Teixeira de Matos Costa e outros expedicionários, que marchavam em socorro da última

povoação, que hoje tem seu nome. O trem que conduzia a tropa de 60 (sessenta) homens interrompeu seu deslocamento a 312 km de São João para receber a informação de que a localidade de destino fora reduzida a cinzas, por aproximadamente 300 (trezentos) jagunços chefiados por Chico Alonso, havendo muitos moradores mortos. Matos Costa avaliou como exagerada a informação, não se intimidou e prosseguiu no cumprimento da missão. Deu no que deu. É possível que um humanista como o capitão sacrificado não considerasse a hipótese de ser atacado selvagememente a facção por seus adversários. Talvez julgasse que antecedendo o corpo-a-corpo houvesse uma confabulação em que pudesse argumentar com eles. Foi o meeiro José Fabrício das Neves que desferiu o golpe final no comandante do destacamento, já inerte. Não havia misericórdia ou compaixão na mentalidade brutal daqueles homens alucinados pela violência.

Não bastasse o misticismo dessas pessoas de personalidades impressionáveis, o movimento insurgente passou a contar com a participação de aventureiros afoitos como este Chico Alonso incendiário, autor da primeira razia de repercussão nacional; Augustin Perez de Sarabia, o famigerado “castelhano”, dito parente de Gumercindo, famoso pelas atrocidades praticadas e saques indiscriminados, chegando a cercar Lages; o “Alemãozinho” (Henrique Wolland), temível chefe de bando; Manoel Adeodato Ramos, assassino de Eusébio dos Santos, último chefe jagunço, além de outros que se revezavam, às vezes pela eliminação física, tais como Praxedes Gomes Damasceno e Francisco Paes de Faria (Chico Ventura). Assim, foram efetuados audaciosos ataques a Canoinhas, Papanduva e Itaiópolis, culminando com a selvageria incendiária de Curitiba, quando até a prefeitura e a cadeia ficaram em chamas, bem como a residência do coronel Albuquerque e todas as repartições públicas, menos o cartório de propriedade do revoltoso Chico Ventura e o convento franciscano do superior Redempto Kullmann, zelador do prédio, que se mantinha neutro.

A seguir, sob o comando do coronel Francisco Raul d’Estillac Leal, a Coluna Sul sofreu duro revés ao atacar Santa Maria, principal *quadro santo* dos fanáticos (09 Fev 915), retrocedendo com muitas baixas entre mortos e feridos. As notícias desses insucessos militares, depois de três anos de combates, demonstrando certa incerteza na vitória final, alarmaram a sociedade brasileira, esalvada com as conseqüências negativas da revolta de Canudos, tendo à frente o beato Antônio Conselheiro (4). Em nenhum lugar do Brasil surgiram tantos místicos como no Paraná, mesmo antes daquela região tornar-se província autônoma. Até Curitiba teve seu monge, além de Tibagi, com o frei Manoel, que se dizia português de nascimento e que por lá benzeu e curou entre 1862 e 1892, quando faleceu e foi sepultado no cemitério local, onde sua memória é ainda venerada pelos crentes. Esse fenômeno despertou a atenção do visconde Alfredo Maria Adriano d’Escragnoille Taunay –

militar, abolicionista, historiador e romancista, um dos expoentes da literatura brasileira – que escreveu o seguinte comentário em sua obra “Paisagens Brasileiras”:

“Grutas santas não faltam na província do Paraná e não poucas localidades ainda se desvanecem de terem servido de abrigo, mais ou menos demorado, a personagens dignas de veneração, pretendidos milagreiros e varões desprendidos de todos os laços terrenos. Não passavam, contudo, de simples fanáticos, frades de origem duvidosa ou às vezes até meros desertores do Exército, que há um tempo se furtavam à obrigação de ganhar a vida por meio de trabalho honesto e remunerado, conforme seus préstimos e méritos, furtando-se ainda ao serviço das armas”.

No livro “Voluntários do Martírio”, citado na bibliografia, o Dr. Ângelo Dourado, dedicado médico das tropas federalistas e posteriormente político atuante no Rio Grande do Sul – leitura “imperdível” para os estudiosos de nossas desavenças internas – refere-se ao monge João Maria Nº 2, com quem manteve animada conversa. Conta que o beato pediu para tocar com seu pendão sagrado – pedaço de pano branco, contendo ao centro uma pomba esvoaçante de cor vermelha – nos feridos e desvalidos, visando a recuperação sobrenatural. Sem muita convicção, o esculápio baiano permitiu a “cura”, mas não lhe indagou o nome e a origem, mesmo considerando que seria um aliado de peso, em outras situações desfavoráveis, pois os sertanejos nele depositavam indiscutível fé, registrando em seus escritos: *“Esse povo serrano é fanático. Uma questão de religião poderia produzir aqui lutas extraordinárias (...)”* Um profeta do Antigo Testamento não faria presságio mais exato.

Tal penitente partidário da Monarquia, anunciava grandes males trazidos pelos republicanos e estimulava os rebeldes à luta, já sem armas, colocando fitas azuis e brancas ou um raminho de arruda em seus chapelões – as “vassourinhas de São João Maria de Jesus” – como *patuá*, para livrá-los das balas legais, *fechando-lhes os corpos*. Findas as hostilidades físicas da revolução derrotada, proclamava que o general Gumerindo Saraiva não morrera e retornaria com seu exército, deixando-se dominar pelas paixões políticas e mostrando-se muito menos pacífico do que se supõe. Os fiéis presenteavam-no com doces, frutas, fósforos, cigarros de palha, víveres de primeira necessidade e a indispensável “meiota” de aguardente. Gostava de mascar fumo e de cheirar rapé. Tinha um ajudante de confiança, José Clementino, que escrevia as receitas por ele prescritas, copiadas de um caderno de notas, em que registrava as fórmulas mais importantes de seus remédios. Espalhavam que atravessava rios caudalosos envolto em uma simples toalha – que certamente encobria um couro inflado, a “pelota” da

indiada – gerando a crença de que era capaz de repetir o *prodígio* do Messias sobre o mar Morto. Prometera ressurgir dos mortos, ao falecer ...

Atirei um limão n'água

De redondo foi ao fundo

Os peixinhos de lá gritaram

Viva D. Pedro II

(Do cançãoeiro popular)

* * *

Manoel Fabrício Vieira – combativo guerrilheiro da revolução federalista – ofereceu seu apoio ao presidente do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912), cujo irmão Jorge combatera ao seu lado como oficial nas hostes de Gumerindo Saraiva. Carlos Cavalcanti integrara o Estado-Maior do general republicano Francisco de Paula Argolo, no episódio um tanto nebuloso da pífia resistência oferecida em Rio Negro, mas era afilhado do marechal José de Almeida Barreto, inimigo figadal do marechal Floriano Peixoto. Se fôssemos caracterizar a política da época do Contestado em termos da Guerra Civil Brasileira (1892/5), bem como desconsiderar a inconstância de nossos políticos, os governantes paranaenses seriam maragatos e os catarinenses, pica-paus.

A explosão demográfica paranaense dobrara sua população (300.000 habitantes, em 1900) em 12 anos e a zona-de-ação abrangia 48.000 km² de espessas florestas e sertões bravios muitas vezes impenetráveis, sendo que os jagunços ofereciam combate em redutos disseminados ao longo de colinas e de vales quase inacessíveis. Região predominantemente serrana, apresentava vegetação exuberante, campos gerais esparsos e numerosos cursos-de-água. Clima temperado, geadas e temperatura abaixo de zero no inverno e eventualmente ocorrências de neve; chuvas copiosas na primavera e no verão. A ferrovia São Paulo – Rio Grande cortava o teatro-de-operações no sentido Norte / Sul (Porto União – Marcelino Ramos) e outra transversal (Porto União – São Francisco) conduzia ao litoral. A única rodovia de expressão era a que ligava Porto União (5) a Palmas. O transporte fluvial era significativo e já existiam comunicações telegráfica e telefônica entre as cidades com mais de 10.000 habitantes: Porto União, Palmas, Rio Negro e Lages, sem contar a linha telegráfica ao longo das ferrovias. A exploração dos recursos econômicos era promissora: rebanho considerável de 600.000 cabeças de boi chimarrão povoavam os extensos pastos naturais, ao lado de ponderável criação de gado cavalari (15.000 exemplares), de suínos e de caprinos. Na

agricultura, ainda de subsistência (mandioca, milho, feijão etc), já apareciam culturas de maior porte, como tabaco, erva-mate, cana-de-açúcar, propiciando a instalação de emergentes indústrias extrativa, pastoril e agro-açucareira.

Nos dias ofertados aos santos padroeiros mais venerados, havia procissões com virgens, anjos, ramos de palma, cruzeiros, cânticos, ladainhas e muitos “vivas”, cada vez que a bandeira branca com a santa cruz verde ao centro era levantada no meio da multidão, ao espoucar dos foguetes. Nessas festas, os sertanejos aproveitavam o tempo para as mais diversas atividades, desde o batismo de filhos, casamentos, negócios, jogos de truco e de tava; toques de viola, de rabeca e de gaita de boca e de fole; cotejo de trovadores, amarração de carreiradas e de rinhas de galo; cachaçadas, bailantas, até conspirações políticas contra as autoridades, às vezes açalados por elementos estranhos ao meio. De modo que o novo guia espiritual José Maria entrava ali apenas com seu prestígio para reunir o povo, aceitando-se a afirmação de que fora soldado do Exército, desertor de um batalhão que construía a rodovia Guarapuava – Foz do Iguaçu, ou do 14º Regimento de Cavalaria (Curitiba).

O armamento utilizado eram espingardas, garruchas e pistolas antigas, algumas *Winchester*, fuzis recolhidos das forças regulares ou comprados no mercado negro, e o petrecho bélico por excelência dos jagunços: o facão comprido e afiado, manejado com destreza pelos *espadachins*, que para isso se exercitavam. A tiracolo, traziam o *bocó*, mochila em que colocavam as munições de boca e de guerra, as orações, os santinhos e o fumo de rolo; na cabeça, o indefectível chapéu de palha com barbicacho, que os protegia das intempéries; além do mortal porrete de três quinas, cingido à cintura. Organizavam-se em irmandades, imitando as ordens religiosas católicas, mas não tinham um comandante-geral. Inspiravam-se nos monges falecidos – que para eles era único, com várias reencarnações – chefiados por cabecilhas locais, como Antônio Tavares Júnior, promotor-substituto em Canoinhas, antes de ingressar na horda de fanáticos; Henrique Wolland, o alemãozinho já citado, fotógrafo ambulante e aparentemente muito resoluto, mas que se bandeou para o lado do Governo e traiu os antigos companheiros entregando-os tranqüilamente às autoridade e denunciando seus esconderijos; Bonifácio Papudo (sofria do mal de bócio), alcinha de Bonifácio José dos Santos, suplente de delegado de polícia, famigerado chefe de briga e de reza, que deu muito trabalho às tropas legais na área de Canoinhas; Benevenuto Alves de Lima (Venuto Baiano), de cor preta, ex-marinheiro fugitivo de um dos navios amotinados ancorados em portos catarinenses (1894), autor de vários assaltos com mortes; Aleixo Gonçalves de Lima, capitão da Guarda Nacional, ex-ferroviário graduado, revelando-se desalmado facínora, bem como Conrado Grober, temido pela ferocidade, e tantos outros malfetores que se salientaram nessa insurreição inglória, cujo nome a História registrou,

como José Fabrício das Neves, assassino do monge José Nemésio de Medeiros (1917), praticando crime de características hediondas. Os indefesos profetas que apareceram posteriormente foram sendo sumariamente liquidados, uns após outros. O ofício de monge deixara de ser atraente ...

COMBATER É PRECISO

Há certa tendência, entre alguns cronistas atuais da crise que estudamos, em considerar o coronel da Guarda Nacional Francisco Ferreira de Albuquerque o grande vilão do episódio traumático que tantos males causou nas populações locais e, de resto, em toda a nação brasileira. Descrevem-no como portador dos mesmos atributos arbitrários e opressores do barão de Jeremoabo, o poderoso latifundiário arqui-inimigo dos canudenses de Antônio Conselheiro, perverso e intolerante. Há exagero nessa colocação, em ambos os casos (6).

O presidente de Santa Catarina (à época eram assim nomeados os governadores de estado, na Federação) coronel Vidal de Oliveira Ramos Junior encontrava-se hospitalizado na capital federal e seu vice-presidente Eugênio Müller – irmão do senador Lauro Severiano Müller, personalidade de imenso prestígio nacional, ex-ministro da Viação e Obras Públicas, republicano histórico e ministro do Exterior quatro dias após a morte do barão do Rio Branco (1812) – no exercício da Presidência, para resguardar os interesses catarinenses, enviara a Curitiba seu secretário de justiça Sálvio Gonzaga, acompanhado do Corpo Policial estadual, ao comando do capitão Januário Cortes. José Maria, que não se considerava aparelhado para o confronto, retirou-se com sua gente (1º Out 912) com destino a Palmas, levando consigo gado em pé e víveres fornecidos por seus protetores – à frente o fazendeiro Henrique Paes de Almeida, filho do falecido coronel de mesmo nome, ex-superintendente que havia perdido o cargo em disputa eleitoral para seu desafeto – ou furtados nas ricas fazendas das cercanias. Sabedor dessa migração em marcha célere para o estado vizinho, o chefe do Executivo comunicou o fato ao presidente da República marechal Hermes da Fonseca e ao inspetor do XI Distrito Militar general-de-brigada Alberto Ferreira de Abreu, com sede em Curitiba, cuja jurisdição abrangia os dois estados.

Antecedendo a retirada do monge, em 25 Set 912 embarcou via ferroviária, com destino à área em ebulição, um destacamento do 14º Regimento de Cavalaria, com parada na capital paranaense, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Pedreira Franco, veterano de Canudos, reforçado por 02 (duas) seções de metralhadoras, ao todo 160 (cento e sessenta) praças. Sua missão era barrar os fanáticos que, vindos de Taquaruçu – onde se fixara o mago – se internassem no território paranaense de Palmas, o que, afinal, foi evitado. Aqueles retirantes se instalaram no faxinal da fazenda do maragato Miguel Fabrício das Neves, amigo

e correligionário do beato, que ergueu um cruzeiro e reuniu grande turba em torno de si, naquela gleba litigiosa, enquanto Pedreira Franco conferenciava com Sálvio Gonzaga, em Erval (10 Out 912). A I Expedição se dispersou e deu em nada, sem hostilizar o pioneiro acampamento fanático montado por José Maria, no Paraná (Catanduvas).

Partiu a II Expedição (Regimento de Segurança paranaense, forte de 265 homens, sob o comando do capitão do Exército João Gualberto Gomes de Sá Filho, comissionado coronel da Polícia Militar) em 13 de Out do mesmo ano, via Ponta Grossa, que percorreu 148 quilômetros em 51 horas, chegando a Palmas em excelentes condições, de acordo com informações do próprio comandante. A seguir, bivacou numa fazenda a 48 quilômetros adiante.

Não se sabe bem o que aconteceu – as desinteligências com o chefe de polícia e o prefeito de Palmas – mas em 17 Out o comandante João Gualberto reuniu a tropa e escolheu a dedo um destacamento que sob seu comando pessoal investiria o *quadro santo* de Irani: 33 (trinta e três) infantes, 13 (treze) cavalariaos e 01 (uma) metralhadora *Maxim*, a cargo do sargento Cantídio da Costa Moreira, transportada em três cargueiros, além de pequeno trem de munição e víveres. O restante da tropa contramarcharia para Palmas – manobra que, mais tarde, foi classificada pelo general Setembrino como “inexplicável fracionamento” – mas parece que ele pretendia surpreender a posição inimiga com um rápido e fulminante golpe-de-mão. Tempo precioso foi desperdiçado na discussão entre os chefes, na interferência de líderes civis, no oferecimento de armistício aos contrários, na reordenação do apoio logístico, na perda da oportunidade, no marasmo que dominou os expedicionários, enfim, na desconcentração e na perda da confiança entre todos. Finalmente, na madrugada do dia 22, o pequeno contingente avançou sobre o reduto insubmisso.

Sobrava bravura, mas a tropa carecia da organização indispensável à vitória e seus efetivos eram despreparados militarmente, armados de anacrônicos fuzis *Comblain*. João Gualberto assumiu as funções de atirador da metralhadora, atitude insólita na história militar brasileira. A arma engasgou no momento exato do “pega” com os jagunços, armados de facões, deixando desprotegidos os atacantes que ainda ouviram o toque de “armar baionetas”, já inferiorizados no combate pessoal. Os “pelados”, antes do enfrentamento corpo-a-corpo, desafiavam os “baianos” para o “entrevero a ferro branco”, insultando-os aos gritos de “peludos” e de “pés redondos”, entremeados de vivas à Monarquia e ao São José Maria.

O monge liderava seus caboclos montado em um corcel branco, mas logo caiu morto com um tiro de pontaria. Foi luta desigual, sem dúvida, mas equilibrada nas baixas dos contendores: 13 mortos e 04 feridos entre os revoltosos e 11 mortos e 13 feridos do lado legalista, incluindo seu comandante, em entrevero que durou menos de uma hora. A

debandada foi geral de ambos os lados. O campo de batalha ficou juncado de cadáveres, a servir de pasto a porcos, cães e aves de rapina, só restando sepultar os mortos, o que foi feito separadamente, em valas coletivas, no dia 25. Não houve socorro médico aos feridos e o coronel João Gualberto foi enterrado no pequeno cemitério local, ao passo que o místico José Maria foi apenas coberto por achas de pinheiro, em cova rasa, para facilitar-lhe a ressurreição. Dias depois, em 07 Nov 912, os restos mortais inumados dos militares sucumbidos em ação foram homenageados em funerais dignos, na capital paranaense, onde corria o boato de que Vidal Ramos maquiavelicamente livrara-se do problema daquele grupo rebelde armado, transferindo-o para o Paraná.

Os expedicionários retornaram aos quartéis e os fanáticos dispersaram-se, sequer permanecendo na área da sangrenta porfia um destacamento de vigilância e ocupação, enquanto corria a nova de que José Maria não perecera em combate, tendo sido visto em vários lugares e que ele ressuscitaria os crentes sacrificados em defesa da fé. Registravam-se dia-a-dia *prodígios* inexplicáveis e apareceram pessoas obcecadas que reestabeleceram o *quadro santo* do Taquaruçu, à espera de seu iminente regresso do céu e na medida em que crianças, mulheres, homens adultos e velhos peregrinavam e oravam em torno de videntes e emissários do santo e curandeiro desaparecido.

Façamos a indispensável ligação histórica para entender esse lamentável episódio denominado “o morticínio de Irani”. Talvez o primeiro tiroteio que ultrapassou a rotina policial tenha se travado em 1848, ocasião em que catarinenses penetraram no termo de Palmas, sendo repelidos por uma escolta policial paranaense, com feridos dos dois lados e a morte do sargento Manoel do Prado Galvão. Eram chamados “Cristos e Madalenas”, e ao correr do tempo as estrepolias se intensificaram, tornando frequentes os movimentos de indivíduos armados, correrias e arruaças ao longo da fronteira indefinida. A partir da época da Guerra da Tríplice Aliança os atritos em torno da cobrança do fisco se acentuavam, em razão da prosperidade da agro-indústria ervateira. O Paraná, detentor da antiga organização extrativa, via escoar-se a crua em rama pela estrada Dona Francisca em carroças e tropas de mulas para os moinhos de Joinville e o porto de São Francisco – situados no estado vizinho – e daí para o mercado platino. Ao estado dos pinherais interessava criar impostos na área da coleta, enquanto que os *barrigas verdes* estabeleciam barreiras alfandegárias no litoral. Veio o litígio diplomático com a Argentina, trazendo certa trégua (1882/95) até a vitória do grande brasileiro José Maria da Silva Paranhos, apoiada fundamentalmente na doutrina do “*utis possidetis solis*”, portanto, os mesmos argumentos invocados pelos paranaenses.

Desde a revolução federalista, as férteis terras contestadas viraram área de homizos de foragidos da justiça e de perseguidos políticos. Retirados os maragatos para a margem Sul

do rio Uruguai, ressurgiu a luta em 1895, por intermédio da construção de uma ponte de madeira sobre o rio São Lourenço, mandada construir pelos governantes de Florianópolis – nome que recebera a velha Desterro, em homenagem ao líder brasileiro ainda vivo. Populares e trabalhadores paranaenses de outra obra – uma ponte metálica sobre o rio Negro – incendiaram-na e depredaram a colônia religiosa ali existente desde 1827. Os dois governos estaduais enviaram tropas policiais para defender os lados bulhentos, que não chegaram a trocar tiros graças à intervenção oportuna dopositor do estado-de-sítio estabelecido pelo Governo Federal para conter os separatistas insensatos, que chegaram a estabelecer um espúrio Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, tendo por capital a cidade de Desterro: Coronel Antônio Moreira César. Mas essa é outra história...

Nessa evolução dos acontecimentos, vale registrar o relato do historiador Carlos Reverbel, que passamos aos leitores: Logo após o desastre da III Expedição a Canudos e conseqüente morte em combate de seu comandante coronel Moreira César (03 Mar 897) – verdadeira comoção nacional – começou a circular a atoarda sobre o surgimento de um reduto de fanáticos no rincão formado pelos rios Pelotas e Canoas, conhecido como Entre-Rios, então município de Lages. O crescente ajuntamento abrigaria dezenas de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, doutrinadas por um tal de São Miguel ou Miguelito, também desertor do Exército (7). O presidente do Rio Grande do Sul Júlio Prates de Castilhos decidiu tomar providências, visando a dispersar aquela aglomeração inquietante, bem em cima da fronteira estadual, antes que se tornasse permanente, aprendida a lição dos distúrbios sangrentos recentemente provocados pelo mago Maurer e seus *muckers*, no território riograndense, perto da capital Porto Alegre. Para isso, convidou o presidente catarinense Hercílio Luz a realizar uma incursão punitiva com tropas oriundas dos dois estados, entretanto, com a evasiva do último, acabou constituindo a expedição só com a Brigada Militar gaúcha, certamente com a aprovação do correligionário. O comando foi entregue ao coronel brigadiano José Bento Porto, delegado regional de polícia que, cumprindo a missão à risca, destruiu mais de 40 (quarenta) ranchos e “passou a fio de espada os que lhe caíam nas mãos”, voltando, sem alarde, para onde veio. Vejamos os detalhes: Dias antes, o impostor – que impunha a penitência aos fiéis de carregaram à cabeça, por certo tempo, grande pedra, que variava de tamanho de acordo com a gravidade de seus pecados – escapara, em companhia de uma mocinha, explicando que precisava ir a Roma, visitar o papa. Foi preso pouco depois e aí terminam as notícias sobre ele, dando-se por encerrado o episódio tragicômico, que ficou conhecido como “canudinhos de Lages”, em referência aos sertanejos rebelados de Antônio Conselheiro

Embora na madrugada de 02 Set 900 tenha ocorrido grande balbúrdia algures do rio Iguaçu, com várias baixas e incêndios, daí para frente, por força da expectativa das decisões judiciais, houve aparente sossego entre a população local, até que o grupo do maragato Demétrio Ramos, partidário da causa catarinense, justamente na véspera do Natal de 1905, invadiu o arruado de Valões, engalfinhando-se em sangrenta luta com os defensores. A situação se agravou e os ânimos se inflamaram com o mandado de prisão proferido pelo intolerante juiz João Moraes Machado e o duelo telegráfico entre os dois governadores estaduais. Foi a gota d'água para justificar o pedido de Santa Catarina pela intervenção federal. Em Curitiba, realizaram-se comícios exaltados contra a invasão do vale do rio Timbó e principalmente contra o envio de tropas do Exército para aquela região, ainda sob administração paranaense. De nada adiantaram as verberações araucarianas: Em 05 Fev 906, sob aplausos populares, um contingente de 100 (cem) homens do 39º Batalhão de Infantaria, comandado pelo capitão Inácio Costa, embarcou em Curitiba, com a missão de patrulhar aquele vale e os arredores da vila de Canoinhas. A força federal tranqüilizou a população local, serenando espíritos enfurecidos e desarmando alguns piquetes e elementos perturbadores da ordem. Parecia que um acordo poderia ser alcançado e o destacamento do Exército permaneceu acantonado na citada localidade, já ao comando do capitão Duarte de Aleluia Pires (catarinense) que substituíra o antigo comandante natural do Paraná.

Antecipando essa malha de óbices a serem superados ou contornados, houvera a invasão dos dois estados pelos riograndenses revoltosos anistiados, na década de 1890 / 1900, deteriorando as finanças de ambos, desestabilizando a vida de seus habitantes, e resultando na corrida pela posse da terra considerada sem dono. A cada sentença do Judiciário correspondiam distúrbios populares, principalmente no Paraná, normalmente perdedor das causas interpostas.

Nesse momento de renovação do clima de fanatismo religioso e de ebulição política, caldo de cultura para a retomada do processo de choques armados sangrentos, frei Rogério Nenhaus, querido pelos lavradores, foi enviado em missão evangélica visando a impedir o aumento da concentração popular e o ressurgimento do arraial sagrado com gente vinda das redondezas, Perdizes, Tamanduá, Timbó, Irani etc. Fracassando a missão do bem intencionado frade franciscano, todos viram que iria recommear a roda viva de sofrimento, de intolerância e de destruição, agora por espaço de tempo prolongado e cada vez mais cruento.

Foi aí que o presidente Carlos Cavalcanti reconheceu a impossibilidade de submeter os insurretos com as forças policiais de que dispunha em seu estado, eis que o Regimento de Segurança estava batido, dispersado em várias localidades e com o moral enfraquecido. Finalmente, solicitou a intervenção do Governo da União (23 Out 912), que atendeu

prontamente organizando uma força-tarefa composta pelas três Armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), ao comando do coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho, comandante efetivo do 5º Regimento de Infantaria, aquartelado em Ponta Grossa: o intacto 5º Regimento de Infantaria, o desfalcado 14º Regimento de Cavalaria, a 2ª Companhia de Metralhadoras e 02 (duas) peças de canhão ligeiros do 2º Grupo de Artilharia de Montanha, egressas da capital federal (ao comando do capitão Nestor Sezefredo dos Passos), além dos vaqueanos subordinados ao coronel Fabrício. Reforçava esse elevado efetivo o destacamento Pedreira Franco, acantonado em Caçador. Ao mesmo tempo, abalava de Florianópolis o 54º Batalhão de Caçadores, mais um contingente do Corpo Policial, às ordens do tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires, também veterano de Canudos, que estacionou em Lages. Era a maior grande unidade já constituída e coordenada pelo eficiente general Alberto Ferreira de Abreu, inspetor do XI Distrito Militar. Acampado em Palmas (06 Nov 912), Pyrrho recolheu gorros, cantis, bandoleiras, capotes e “um chapéu de palha com fitas, que pertencera ao falecido monge”. Nenhuma informação sobre o material bélico que diziam ter ficado em poder dos rebeldes: 40 (quarenta) fuzis, 3.000 (três mil) cartuchos e a metralhadora fatídica, carregada com 04 (quatro) fitas de 250 tiros cada uma. Manoel Fabrício das Neves fugiu para a República Argentina e exploradores percorreram o setor de responsabilidade, chegando à conclusão de que os fanáticos haviam dispersado e não ofereciam maiores perigos de retomarem o confronto direto, consoante comunicado do coronel comandante: “tudo em paz na região” (18 Nov 912).

Era a segunda vez que as forças federais davam o conflito como encerrado, sob o prisma essencialmente militar, retirando-se completamente sem ao menos deixar no teatro-de-operações frações de tropa para evitar o ressurgimento da rebelião. Aos expedicionários não cabia a análise da situação política, porquanto representavam apenas o braço armado do poder público. A convivência pacífica das camadas sociais da população era atribuição dos governos federal e estaduais. A cidadela de Taquaruçu simplesmente foi ignorada, mas certa trégua tática de mais de 01 (um) ano foi obedecida pelos litigantes, até 07 Dez 913, data em que o presidente Vidal Ramos informou sobre a existência de grande concentração de homens armados naquele arraial, guiados pelo monge José Maria em pessoa, sob o manto protetor de São Sebastião, o Encoberto, e seu exército invisível – supondo-se que ressuscitara da morte presenciada por todos no faxinal de Irani – e já enviara forças policiais sob o comando do capitão Euclides de Castro. Urgia investir o baluarte de Taquaruçu, o que foi feito precipitadamente, sendo enviada a IV Expedição, se assim podemos designar as novas tropas expedicionárias: Duas companhias do 5º Regimento de Infantaria (capitão Espiridião José de Almeida) e outra do 6º Regimento de Infantaria (Curitiba), sob o comando do capitão

Adalberto Gonçalves de Menezes, para fazer junção com a força catarinense. Houve escaramuças, com baixas leves (01 morto e 02 feridos), mas a tropa retrocedeu recolhendo-se aos acampamentos, elevando o ânimo dos revoltosos e levando ao fracasso o plano de operações do major e deputado estadual Gustavo Lebon Régis, espécie de secretário da Guerra do Governo catarinense. A zona-de-reunião não fora previamente demarcada e não havia unidade de comando, um dos princípios imutáveis da guerra, desde que os homens decidiram se enfrentar nos campos de batalha. Enquanto isso, os revoltosos tomavam fôlego, fortalecendo seus cargos.

O perseverante inspetor militar – que acumulava o comando da 2ª Brigada Estratégica (Paraná) – não esmoreceu e constituiu a V Expedição do seguinte modo: 54º Batalhão de Caçadores, 01 Esquadrão / 14º Regimento de Cavalaria, 01 Seção de Metralhadoras (02 peças) / Corpo Policial de Santa Catarina, aquelas 02 peças de Artilharia já computadas e grupamento de vaqueanos, tudo sob o comando do tenente-coronel Aleluia Pires, comandante efetivo da primeira unidade citada. A força foi reunida no Espinilho, distante 18 Km do objetivo: Taquaruçu. Houve delongas, em face da espera do resultado da missão pacificadora do deputado paranaense Manoel Correia de Freitas e do recebimento do pedido de informações do Supremo Tribunal Federal, motivado pelo *habeas-corpus* impetrado pelo advogado e jornalista carioca Deocleciano Martyr, em favor de Venuto Baiano, Eusébio dos Santos e mais 300 (trezentos) cidadãos considerados ameaçados em suas vidas e crenças pelas autoridades do Paraná e de Santa Catarina.

Finalmente, a investida foi desencadeada (08 Fev 914) e os atacantes penetraram e destruíram o povoado praticamente abandonado, sob chuva torrencial, fazendo 02 prisioneiros, sofrendo 04 baixas (01 morto e 03 feridos). Não houve aproveitamento do êxito e o comandante Aleluia Pires – experiente integrante de expedições anteriores – telegrafou ao general Ferreira Abreu, no dia 10, de volta ao Espinilho (base-de-ataque), que a fuga dos jagunços para o mato fechado e desconhecido e sua dispersão pelo terreno acidentado, tornavam impossível a manobra de perseguição. Acrescentava que seus homens se encontravam em verdadeiro estado de penúria e com o soldo em atraso. O general não aceitou suas ponderações e determinou a conquista de Caragoatá, 40 (quarenta) Km ao Norte, para obter a vitória completa e onde presumia haverem se refugiado os insurretos. O tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires deu parte de doente, sendo imediatamente substituído pelo tenente-coronel José Capitulino Freire Gameiro, que assumiu o comando da VI Expedição, naquele instante organizada com os mesmos efetivos em contato, retomando a marcha de aproximação para o combate.

A tropa – realmente descalça, uniformes rotos, alimentação e transporte deficientes – repartida em 02 colunas enfileiradas em único itinerário, obedecendo 03 dias de intervalo, inicialmente perdeu o rumo e marchou 06 Km desnecessariamente (02 Mar 914). Corrigida a direção, de tempos em tempos havia tiroteios, constatando-se a existência de jagunços por todo lado. Seja como for, os expedicionários continuaram na arrancada, vadeando arroios e abrindo picadas, atingiram Perdizes, acampando no dia 08. Prosseguiram no dia seguinte, deixando a Cavalaria garantindo o estacionamento, ao passo que os sertanejos intensificaram suas incursões, inclusive atacando em força a vanguarda, o acampamento e o hospital de sangue, estabelecendo-se o pânico entre os feridos. Apesar de repelidos, o saldo negativo de perdas foi elevado: 24 (vinte e quatro) mortos, entre os quais o capitão Francisco Alves Pinto e 24 (vinte e quatro) feridos, malgrado as divergências numéricas entre pesquisadores. Nitidamente os jagunços atuaram como guerrilheiros, alvejando e desorganizando uma tropa em deslocamento, sem se expor. Caragoatá não foi hostilizada, e o comandante José Gameiro retraiu para Perdizes. No dia 11, da estação telegráfica de Palmas, comunicou seus dissabores ao chefe imediato, que desde logo tomou providências para constituir nova expedição.

Desta vez, o ministro da Guerra general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, em razão das repercussões dramáticas em todo território nacional – semelhantes às ocorridas com o desbarato da Expedição Moreira César em Canudos – chamou a si as decisões estratégicas, desfazendo comentários de que estaria dando pouca atenção ao sangrento confronto que enlutava dois estados da Federação. Primeiramente, nomeou o general-de-brigada Carlos Frederico de Mesquita, outro veterano de Canudos, comandante da 2ª Brigada Estratégica e das forças em operações na região do Contestado, transferindo-o do comando da 4ª Brigada Estratégica (Santa Maria, RS), ficando Ferreira de Abreu, promovido a general-de-divisão, como inspetor do XI Distrito Militar. O novo comandante trouxe consigo o 7º Regimento de Infantaria (a dois batalhões), aquartelado naquela cidade e 01 Pelotão / 1º Batalhão de Engenharia (Capital Federal), assumindo a direção das tropas em Calmon (16 Mar 914), no olho do tufão. Como sempre acontecia, em sua primeira ordem-do-dia, por meio de palavras suasórias, chamava à ordem os adversários, oferecendo-lhes garantia de vida e exortando-os a corrigir os erros cometidos. Reagrupou a Brigada em três colunas, ao todo 1.400 (um mil e quatrocentos) homens, pertencentes aos 4º e 5º Regimentos de Infantaria, 54º Batalhão de Caçadores, piquetes do 14º Regimento de Cavalaria, elementos de Artilharia e de Engenharia (pela primeira vez sendo empregada nas operações), 02 seções de metralhadoras, vaqueanos do coronel Fabrício e dispensando as tropas policiais dos estados envolvidos. Assumiu pessoalmente o comando do grosso entregou a chefia das 2ª e 3ª colunas ao tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires, já

restabelecido, e ao major José da Costa Vilar Filho, respectivamente, e exatamente dois meses depois, pela manhã de 16 Mai, partiu para a ação.

Havia informações sobre o inimigo: tinha abandonado Caragoatá (que foi arrasada), por insalubridade, e ocupado o *quadro santo* de Tamanduá, que já existia, às margens do ribeirão de mesmo nome, afluente do rio Timbó. Corria o boato que eles estavam temerosos com a chegada da gauchada, com adaga luzidia presa ao cinto – além do armamento convencional – e muita disposição para a luta, mas os cabecilhas mais falados tinham sumido. Após três horas de caminhada, a fuzilaria contrária, partida ninguém sabia de onde, começou a abrir claros nas fileiras atacantes, mas a jornada foi concluída com a posse de Santo Antônio, um dos acampamentos visados, e aí bivacou. Talvez cometendo o grande equívoco tático da operação, descansou a tropa no dia 17 e, no dia 18, retomado o movimento, os guerrilheiros inimigos – na melhor técnica dos vietcongues da atualidade – sorrateiramente atacaram o posto-de-comando da 1ª coluna, ferindo gravemente o chefe do Estado-Maior (1º tenente Antônio Mena Gonçalves) e o 2º tenente Zopiro Ourique, ajudante-de-ordens do general Mesquita, que escapou ileso por sorte.

Extraviaram-se cargueiros de víveres e de munições, o trem-de-combate e a ambulância (formação sanitária) só a muito custo foram reorganizados, as colunas estancaram a marcha para a frente e contaram-se 08 (oito) soldados mortos e 16 (dezesseis) feridos. O reduto de Tamanduá não foi alcançado e perdidos material bélico, equipamento e muare para os fanáticos, cujo ódio aos “peludos” foi acirrado, tiveram o moral robustecido e a certeza inabalável de que estavam iluminados pela bênção do Altíssimo.

Retroagindo para a base de partida de Poço Preto, o general Carlos Mesquita lá chegou em 21 Mai 914 e deu por terminada sua missão, ao ver negada a solicitação de reforço de pessoal e de reposição de material para o prosseguimento da campanha. Os contingentes das polícias estaduais abandonaram a região, o 7º Regimento de Infantaria recolheu-se ao seu distante aquartelamento e os revoltosos ficaram senhores da situação, atacando, saqueando, incendiando e ocupando localidades de importância como Papanduva, Itaiópolis, Calmon, Estiva, São João, Curitibaanos, estações da estrada-de-ferro, serrarias, fazendas e depósitos, ameaçando vilas populosas, desde Lages, ao Sul a Rio Negro, ao Norte. Em 06 Set 914, chegava a Porto União o capitão Matos Costa – que fora convocado ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro – encarregado pelo general-de-brigada Fernando Setembrino de Carvalho – por sua vez nomeado inspetor do XI Distrito Militar, em 26 Ago (assumiu em 07 Set) – de chefiar a VIII Expedição, que seria a última. Já sabemos o que ocorreu com o malogrado comandante, partidário de gestões pacifistas e morto em ação. Novas tropas foram postas à disposição do general Setembrino, para dar execução ao plano de operações por ele traçado.

aproveitando a estabilização da frente, ao tempo em que o general-de-divisão José Caetano de Faria assumia o Ministério da Guerra (15 Nov 914), durante todo o quadriênio do presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914 / 8). Como primeiro ato, o novo comandante-em-chefe exortou os caboclos rebelados a deporem as armas, garantindo suas vidas e estimulou os cidadãos dos dois estados a conviverem em paz (8).

NOTAS DO AUTOR

1. O trecho litorâneo retilíneo de 600 quilômetros que separa Laguna (SC) de Punta Del Este (ROU), desequipado de ancoradouros e de enseadas de acesso à terra, águas frias e açoitadas pelo vento, é o mais extenso do mundo. Atrasou em dois séculos o início da colonização ibérica. Por outro lado, inviabilizou o projeto da República Piratini (1835), ao impor a conquista de Santa Catarina pelos *farrapos*, em busca de terminais portuários para a sobrevivência independente. A praia do Cassino, no município de Rio Grande (RS), com seus 212 quilômetros ininterruptos, é, também, a maior do globo.

2. Na falta do ouro, o negócio colonial mais rentoso era a préia ao índio, por meio das impiedosas expedições dos mamelucos vicentinos. Assim, os bandeirantes destruíram as reduções jesuíticas espanholas de Guaíra e do Itatim, por volta de 1648, logo após o fim da união das duas coroas ibéricas, imposta por dom Felipe II, rei da Espanha, mas que, em última análise, beneficiou a Colônia americana de Portugal.

O ímpeto do aventureiro paulista em busca de riquezas e na captura de suas presas indefesas levou-o a atacar as missões inacianas de Chiquitos e de Moxos, no altiplano boliviano, sendo repellido. Sem dar conta, estava rompendo, de arma na mão, as amarras de Tordesilhas (1494). As cidades de Guaíra (PR) e de Miranda (MS) ocupam as áreas das lendárias povoações religiosas de Ciudad Real e de Santiago de Jerez, respectivamente.

3. Pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), Portugal perdia o território das Missões e a colônia do Sacramento, recebendo como compensação a ilha de Santa Catarina, enquanto que a navegação no rio da Prata tornava-se privativa dos castelhanos, cabendo aos lusos a exclusividade na lagoa dos Patos. Genericamente, as fronteiras atuais do Brasil são as mesmas estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750), que fora revogado pelo Acordo do Pardo (1761), com o acréscimo do Acre em 1903. O Tratado de Badajoz (1801) permitira sua extensão do rio Branco ao rio Apa, em Mato Grosso, e a progressão até as barrancas do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul. Mais tarde, a fronteira meridional do Brasil passou do rio Ibicuí para o rio Quaraí, consequência da Guerra Cisplatina (1825/8).

4. A companhia de Teixeira Soares (Chemins de Fer Sud Brésilien) já havia construído a ferrovia Curitiba – Paranaguá (1885), glória da engenharia nacional, que rivaliza com as grandes realizações mundiais, senão superando-as em concepção, técnica e arrojo. Seus 13 (treze) túneis, os inúmeros viadutos dependurados sobre profundos precipícios, chumbados aos penhascos da serra do Mar, orgulham os brasileiros e comprovam o acerto da decisão imperial. A República reduziu para 15 a faixa de 30 quilômetros, cedidos inicialmente pelo imperador (Decreto 305, de 7 de abril de 1890).

5. O litígio das Missões ou de Palmas, com a República Argentina, foi resolvido por via diplomática em processo arbitrado favoravelmente ao Brasil pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, em fevereiro de 1895. Ocupava a presidência da República o marechal Floriano Peixoto, que encarregou o barão do Rio Branco de representar os interesses nacionais, o que fez brilhantemente.

6. O Paraná não queria perder Palmas, Clevelândia e União da Vitória, evocando a doutrina do *uti possidetis solis*, sem atentar que nosso monarca definira em lei de 1850 que só a compra documentada legalizaria a posse da terra, isto é, esse princípio, tão valioso aos brasileiros, chegara ao fim. Santa Catarina, vitoriosa judicialmente em três ocasiões, manteria, ao menos, Porto União, enquanto que Rio Negro foi naturalmente dividida, recebendo o nome de Mafra, no lado catarinense.

A disputa abrangia um território maior que dois estados brasileiros (Alagoas ou Sergipe) e alguns países importantes como Holanda e Bélgica. Eram 47.880 Km² de excelentes campos para a pecuária e de terras férteis para a agricultura, cabendo 20.310 Km² ao Paraná e 27.570 Km² a Santa Catarina.

7. O reino milenarista é um paraíso de ar perfumado, fartura inesgotável, a ser usufruído no futuro. Os profetas e monges, em expectativa mística – às vezes delirantes – anunciavam a dádiva celestial do Oniponente, genuflexos, contritos, fervorosos em sua fé. Há ligação íntima e sublime com Dom Sebastião, o Encoberto, redívivo, cavalcando seu corcel branco distribuindo ouro a mancheias e com os encantados *Doze Pares de França*, cavaleiros do rei Carlos Magno. Em sua ingenuidade, os *doze pares* seriam vinte e quatro pessoas, pois era difícil entender o que teria sido um *par* de França.

8. A feira de Sorocaba, ponto final do Caminho das Tropas era o mais importante pólo comercial do Império, servindo para abastecer a província de Minas Gerais – a mais rica e populosa, no auge da mineração aurífera – até a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (1875), que modernizou o transporte de mercadorias, substituindo os muelles. A soledade da colina de Sorocaba foi o fato gerador da vida messiânica do peregrino italiano entre nós.

Retornando ao Brasil provavelmente pelo passo de São Borja (RS), louvara ao Senhor nos escombros dos templos inacianos destruídos nas chamadas *guerras guaraníticas* desencadeadas no século XVIII e que assinalaram o fim trágico das reduções jesuíticas em nosso País.

9. Gumercindo Saraiva, general *maragato* natural de Arroio Grande (RS), mas culturalmente uruguaio, liderou uma incrível marcha para o Norte, de Itaquí (RS), na fronteira meridional Brasil-Argentina, a Jaguariáiva (PR), nas proximidades da divisa com o estado de São Paulo, sem dúvida a maior proeza dos revoltosos federalistas, envolvendo 7 (sete) estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro – e o Distrito Federal, em cruenta luta fratricida que durou de 1892 a 1895. Obteve inúmeros êxitos, como a ocupação das capitais de Santa Catarina e do Paraná – ao lado de parte da Marinha rebelada – e a vitória no cerco da Lapa, em que pese a resistência gloriosa do coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, no comando das forças legais republicanas.

Vencido, contramarchou para o Sul, através do território contestado e, ao passar por Ponta Grossa (PR), lançou um manifesto separatista visando a fundação de um Estado independente formado pelos três estados sulinos brasileiros.

10. Há indicativos de que o “irmão caçula” José Maria, nascido Miguel, apareceu em Campo Belo (SC) poucos anos antes do fim do século passado, dizendo-se o rezador João Maria. Ninguém acreditou, pois se tratava de pessoa de pouca idade e que recentemente desertara do Exército, como se comentava. Muito sagaz, mudou o discurso declarando-se o arcanjo Miguel, certamente por decorrência do nome próprio e que fingira ser “seu” João Maria apenas para chamar a atenção. Não tardou e – já instalado em uma gruta – confessava e batizava a caboclada amontoada em seu redor, ameaçando com o fim do mundo próximo. Como o cataclismo demorasse, houve invasões de roçados, assaltos a galinheiros e chiqueiros etc., resultando a intervenção policial, que dispersou aquela pobre gente à bala. Alertado dias antes, o farsante fugira e após ser preso afirmou que estava a caminho de Roma. Logo foi solto.

11. O general-de-brigada Fernando Setembrino de Carvalho, comandante-em-chefe da última expedição, deu por terminadas as operações em maio de 1915 e consta de seu relatório que foram empregados 6.408 (seis mil quatrocentos e oito) militares do Exército, 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) do Regimento de Segurança do Paraná e cerca de 300 (trezentos) vaqueanos civis paranaenses e catarinenses. Sucumbiram em ação 7 (sete) oficiais, 9 (nove) sargentos, 67 (sessenta e sete) cabos e soldados e 21 (vinte e um) vaqueanos. Não se sabe o número de baixas do lado dos jagunços. À época, ninguém se interessou em fazer esse levantamento e hoje é praticamente impossível chegar-se a um dado confiável.

INTEGRAÇÃO CULTURAL DO CONE SUL

Paulo Xavier

O processo histórico se revela no estudo do desenvolvimento das nações, cabendo a todos nós, pesquisadores, atender o imperativo de contribuir para o melhor conhecimento da Evolução das sociedades humanas

Os atuais Estados sul-americanos, ao longo de suas histórias, construíram, desde o século XVI, um acervo cultural inestimável.

Podemos bem avaliar a importância e decorrências do impacto ocorrido no encontro com as diferentes culturas americanas nascidas de significativas vertentes alimentadoras e das vivências em suas longas histórias. Estes povos americanos eram tão antigos como os recém chegados e tinham se estruturado e desenvolvido sob as circunstâncias das realidades deste continente novo.

Ainda hoje, após tanto tempo, são reconhecíveis estas heranças lingüísticas folclóricas ou artísticas nas manifestações dos Estados americanos.

Podemos, por isto, também surpreender muitas semelhanças na identidade dos países sul-americanos.

Apesar de inúmeras dificuldades tentaremos aqui esboçar como se inteiraram em seus encontros, desde os recuados tempos do Descobrimento. Para facilitar a compreensão, lembraremos, mesmo sucintamente, etapas históricas ocorridas no relacionamento com nossos co-irmãos que balizam heranças de povos ibéricos e de pré-colôbianos, durante os últimos quatro séculos.

Expulsos os árabes de suas fronteiras (1250) puderam os portugueses se dedicar a construir seu objetivo de estabelecer a navegação para as Índias

Entretanto, parece, uma fatalidade os perseguiu. Nos quase duzentos anos seguintes se esforçaram em desenvolver um centro de estudos náuticos, investiram capitais e vidas no custoso projeto de circunavegação da África.

A Espanha, engajada, tardiamente, no “sonho dos descobrimentos”, por instâncias de Colombo, logo na primeira tentativa é contemplada com a descoberta de terras americanas e, em seguida, com notícias de muitos achados metalíferos (prata e ouro).

Se o primeiro daqueles acontecimentos levou Portugal a orientar suas caravelas para o Novo Mundo e conseqüente ocupação das terras do futuro Brasil, o segundo mobilizou seus povoadores, nos anos que se seguiram, para o “el dorado” do Potosí.

Os espanhóis, (atravessando o ístimo do Panamá)_alcançaram a costa pacífica (1513) e se defrontaram com o Reino dos Incas.



Acervo Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maia / RJ

Charruas civilizados (peões) – sépia 27x20cm de J.B. Debret

Tinha este povo evoluído e desenvolvido a agricultura e as artes, nos últimos cinco mil anos de sua história hoje conhecida. Atingiram, rapidamente, um elevado grau de aperfeiçoamento material e se impuseram, como nação, por cerca de oitocentos anos.

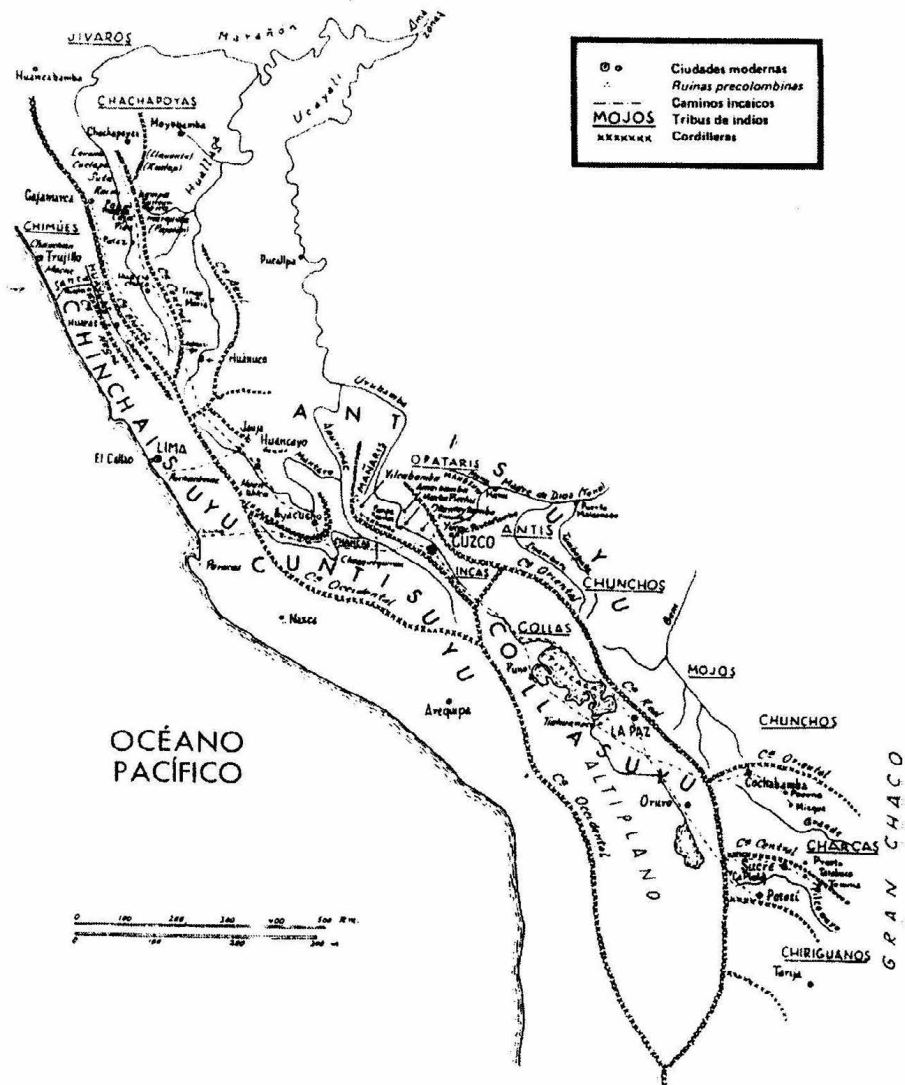
Quase no mesmo momento, na Península Ibérica, instituiu-se o reino de Portugal (1147). Neste Continente, fundava-se a cidade de Cuzco, capital dos Incas, hoje, reconhecida como a “capital arqueológica da América” Este verdadeiro império se estendia de norte a sul por quase mil quilômetros e, na largura - por cerca de seiscentos quilômetros, de leste a oeste.

Desde o Equador até o norte do Chile “exerceram os senhores de Cuzco seu poder sobre um vasto mosaico de povos, línguas e culturas, remodelando-os lenta, mas firmemente, à sua imagem“ (Joseph Rawls ”Antisuyu dos Incas” in AMÉRICAS, vol. 23, nº 8, agosto de 1971).



Acervo Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maia / RJ

Cena da Província do Rio Grande. Jean Baptiste Debret. Aquarela 24x40cm. Assinada



Magalhães, luso a serviço da Espanha, penetrou (1519) no estuário do Rio da Prata e despertou o interesse de ocupação dessas terras. A fracassada tentativa de Pedro de Mendonza de estabelecer, ali, um porto levou o início da colonização espanhola para Assunção (1527). Expandiu-se essa ocupação até as proximidades de domínios portugueses, assegurados pelo Tratado de Tordesilhas. Era também uma tentativa de comunicação com o Atlântico, visando encurtar a navegação para Espanha. Fundaram-se, então, núcleos coloniais nesse trajeto como

Santiago de Xerez, Ontiveros (1554), Ciudad Real de Guairá (1557), Vila Rica del Espírito Santo (1570).

Surpreendemos em nossas pesquisas genealógicas informações de passagem de famílias hispano-americanas que, após alguns anos de permanência na região centrada por Guairá, fixaram-se em terras do Brasil de hoje. Sabe-se os nomes de algumas dessas famílias: Contrera, Espinosa, Guzman, Torales, Çuñiga (Zúninga ou Zúnega), Riquelmes, Ponce de Leon, que se incorporaram à povoações paulistas, pelos anos de 1630-34. Alguns de seus membros chegaram a participar do movimento separatista da colônia lusa (1641), dispostos a aclamar um “Rei de São Paulo” Amador Bueno. Aqueles nomes familiares permaneceram, incrustados na onomástica paulista, sobrevivendo até hoje com expressivas contribuições ao desenvolvimento cultural e econômico brasileiro.

Quando os espanhóis descobriram prata, em Potosí (1545), animaram-se os caminhos pré-combianos que ligavam o norte ao sul e se tornaram corredores intermediários, naturais vias de penetração, usados pelos povoadores europeus. Desde Pasto e Quito, ao norte, convergindo para Cuzco sob as vistas cobiçosas dos funcionários do reino do Perú, sediado em Lima.

Logo Potosí se tornou o lugar mais populoso de toda a América. Há quase quinhentos anos (1574) contava mais de 120.000 habitantes.

Atraídos, com as notícias da descoberta de prata no altiplano andino, os portugueses do Brasil iniciaram sua aproximação com a área da colonização espanhola.

Entre os muitos nomes de lusos fixados na área de ocupação espanhola destacamos o de João de Melo Coutinho, nascido na Capitania do Espírito Santo, Brasil (1571) que passou a viver em Assunção, Paraguai. Era filho de Miguel Vasco Coutinho e neto de Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo português. Este recebeu a donatária da Capitania do Espírito Santo, (1534) em reconhecimento de seus serviços militares em África e Índia.

Segundo os genealogistas portugueses, era ele descendente de D. Afonso III, 5º rei de Portugal.

O luso João de Melo Coutinho é um dos ascendentes de José Gervásio ARTIGAS, o vitorioso chefe dos Orientais, em Las Piedras, líder do movimento de independência da Banda Oriental, identificado como “protetor dos povos livres.”

Efetivamente, José Gervásio Artigas teve como uma de suas bisavós, a buenairense Leonor de Melo Coutinho, e, por sua vez, bisneta do citado João de, Melo Coutinho que se fixara em Assunção, primeiramente, e, depois, em Buenos Aires, onde faleceu, em 1691. Ali casara com Juana Holgoin, nascida no Alto Perú e falecida em Buenos Aires; filha do general Martin de Almendras e de Constança Holgoin de Orelhana; neta materna de Pedro Alvarez de Holgoin, natural de Cáceres, na Estremadura (Espanha) e de Beatriz Tupac Yupanqui (prima-

irmã do Inca TUPAC AMARÚ. Beatriz era filha do Inca Auqui Hualpa Tupac Yupanqui, sendo por esta linha neta de Huyana Capac, 12º Inca do Perú (1493-1525), como informa Juan Alessandro Apolant.

Sirvam estas duas linhas, de exemplos de migrações de famílias, entre os dois núcleos de povoadores do cone sul, no século XVI.

No entendimento da época, a linha tordesilhana, estabelecida pelo Papa Alexandre VI (1494), marcava, para Espanha, os territórios da costa do Brasil, a partir do sul de São Vicente. Assim o “mar da prata” passou a ser usado como porta de entrada ou saída de Assunção. Era uma opção aceitável em vista do crescente número de assaltos de piratas e corsários à frota espanhola no mar das Antilhas e ao longo da rota da prata (de Porto Belo a Sevilha).

Esta circunstância tornava, entretanto, mais caro os gêneros de toda ordem que precisavam chegar até os colonizadores, sediados no Paraguai e Buenos Aires

Expandiu-se a área de fixação centrada em Assunção, até as proximidades daquela ocupada pelos portugueses. Isto facilitou a intercomunicação entre as áreas lusas e castelhanas.

A presença dos portugueses na área espanhola causava, naturalmente, graves prejuízos ao comércio protegido (monopólio) dos sevilhanos.

Comprova-se esta afirmação pelos motivos constantes em documento espanhol, publicado nos ANAIS do Museu Paulista (Tomo XIII, p.505 - 1949):

“Os portugueses lhes darão todos os gêneros mais barato que os navios de Castela e duas vezes menos do que vêm em Galeões de Lima, correndo quase mil léguas por terra, e a prata se lhes dobra (aos portugueses) por valer oito reales, em Buenos Aires, e sobe a desesseis no Brasil; do que se segue que todos os (habitantes) do Rio da Prata, Paraguai e Tucuman hão de comprar os gêneros dos portugueses e tem-se por certo que os de Cuyu, Chile e, ainda os de Chichas, Potosí e, Charcas, etc. porque lhes irá mais barato a roupa e os gêneros por Buenos Aires que por Lima com o que não serão necessários navios de permissão e ainda que venham, não terão venda de seus gêneros se não venderem tão barato ou mais que os portugueses...”

No Brasil, depois das escaramuças de Nicolau Barreto (1602), é seguido pelo bandeirismo paulista um plano de arrasamento das aldeias de ITATI (entre os rios Paraguai e Apa de nossa fronteira atual com o Paraguai); a do GUAIRÁ (contida entre os rios Paranapanema e Iguassú, hoje território do Paraná) e a do TAPÊ (abrangendo as terras entre os rios Piratiním e Ijuí Grande - nossa conhecida região das Missões).

Abre este ciclo a bandeira chefiada pela figura quase lendária de Antônio Raposo Tavares (1602) “a alma de toda a empresa da destruição das reduções jesuíticas espanholas” como escreveu Carvalho Franco (“Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil ed. 1954). Nessa época começa um longo aprendizado da hidrografia americana.

Apesar de pouca a documentação conhecida basta para mostrar que os portugueses não perderam tempo para se infiltrar nos centros mais importantes da colonização espanhola - onde também logo dominaram o comércio protegidos pela circunstância política gerada pela unificação da casa reinante nos dois reinos ibéricos (1580-1640).

Carta do governador José Garro ao arcebispo Cisneros, datada em Buenos Aires, 17 de fevereiro de 1680, assegura essa predominância, pois, diz que a população daquele porto (Buenos Aires):

“...pela maior parte se compõe de portugueses, seus filhos e descendentes ...” (Campanha del Brasil - Antecedentes Coloniales”

ed. do Archivo General de la Nacion Tomo I 1635-1749, Buenos Aires, Gmo. Kraft Ltda. 1931)

Eram os lusos tão numerosos que em outro documento se afirma que o porto da Colônia do Sacramento (então sob seu domínio) :

“... sem necessitar desse porto (Buenos Aires) se facilitava o comércio de couros com toda a Europa e com ele a introdução de negros e roupas com grande comodidade dos habitantes dessa província da do Perú e do Chile ...”

E o mesmo documento informa ainda :

“...está povoado o Paraguai, o Tucuman e o Rio da Prata (Buenos Aires) de portugueses que contratam com o Brasil...”

Para dominar tão amplo comércio contavam os portugueses com o apoio dos “hererges holandeses” como acusam as autoridades espanholas.

Daqueles alcançavam as mercadorias manufaturadas, principalmente, tecidos para juntarem com os escravos trazidos da África para o Brasil, de onde contrabandeavam para seu comércio no Prata. Estes artigos competiam vantajosamente, com os vindos pela frota espanhola, pela via das Antilhas até Lima e serem distribuídas na ampla geografia então ocupada.

Podemos reconstituir o itinerário dos paulistas, segundo documento de 1632:

“É fácil o entrar holandeses e outros inimigos a todas estas terras e passar ao Perú; porque desde São Paulo, a poucas jornadas, está um rio chamado Anhembí (Tietê) pelo qual, águas a baixo, vem toda a gente de contrabando que chega ao Paraguai e, passa à guarnição (Tucuman) e ao Perú. Este rio deságua no Patraná e, continuadamente, pelo Paraná, vem até o salto chamado do Guairá, a três jornadas de terra muito plana, se chega à Maracajú, donde se faz a erva (mate) e ali se embarca em outro rio (Xejuj) pelo qual, águas a baixo, se sai no rio Paraguai e, por ele, se vai, também por águas abaixo, à cidade de Assunção do Paraguai, desde ali, rio abaixo, se vai à Santa Fé, e desde ali, por terra, à Tucuman e passa ao Perú e si se quer prosseguir rio abaixo, se chega até este porto de Buenos Aires. E a entrada por água e rios é tão acomodada que por ela entram e baixam mulheres; lhes está mais a conta aos holandeses e qualquer inimigo, porque ademais de ser fácil o é mais seguro por não haver, em todo caminho, até a cidade de Assunção, quem os possa resistir e, em todo o Paraguai, Santa Fé e Tucuman haverá pouca resistência porque a gente espanhola é muito pouca e acharão os inimigos, muitas comodidades de gado vacum, ovelhum, cavalar, mulas e burros e muitas carretas e com dádivas, enganarão os índios destas guarnições, e eles o ajudarão e ensinarão os caminhos e não faltarão mestiços e gente noveleira que se ajuste e, uma vez apoderados, os inimigos destas terras de tantas comodidades, corre risco o Perú e, em especial, Potosí e Chuquisaca...” (cf. CARTA de Francisco Vasques Trujillo ao rei, datada em 12 de junho de 1632, -Ver ANAIS do Museu Paulista Tomo XIII p. 310, ed. 1949).

De todas estas “vivências” resultaram assimilações ou trocas culturais inúmeras, das quais lembraremos aqui, algumas, como simples amostragem.

1. O MATE

O **mate amargo**, bebida tornada tradicional nas “três pátrias gaúchas” teve muitas designações ao longo do tempo e na ampla geografia sul-americana chá dos Jesuítas, chá das Missões, chá do Paraguai, erva-mate ou, simplesmente, **mate**.

A palavra mate (ou mati) é vocábulo de origem quíchua que corresponde ao recipiente em que se prepara a bebida para ser sorvida.

Alguns vegetais que eventual ou temporariamente, forneceram folhas para preparo de bebida foram identificados por **caami**, termo de procedência tupí, com significação de “erva excelente”, denunciadora da reverência com que era tratada pelos índios.

Também um pequeno arbusto viceja nos cerrados do planalto mineiro, usada como chá, a **congonha** (kangoi, na língua dos kaikang) com o significativo sentido de “o que alimenta”.

Admira é como uma simples bebida extrapolou dos rituais mágicos dos pagos brasílicos para se generalizar no uso pela grande população dos homens simples da produção agro-pecuária da região platina.

Consta que foi Domingos Martinez Irala, governador do Paraguai (1554), quem conheceu e provou tal bebida na região de Guairá (localizada hoje no noroeste do estado brasileiro do Paraná), quando fazia reconhecimentos para instalação de núcleos, a fim de facilitar o acesso à costa atlântica. De volta ao Paraguai, seus soldados levaram erva para seu uso começando (ou intensificando) sua difusão. Tanto se afeiçoaram que depressa se sujeitaram a longas e penosas viagens pelos sertões bravios, gastando cerca de um ano para ir e voltar com carregamentos de erva.





A classificação botânica do mate se deveu ao cientista francês Auguste de Saint Hilaire (1779-1853), em sua viagem ao sul do Brasil (1820). Nos arredores de Curitiba, PR, reconheceu e estudou a “árvore do mate” em apresentação de trabalho que lhe abriu as portas da Academia de Ciências de Paris. Naquela sua comunicação escreveu:

“Uma planta interessante cresce, em abundância, nas matas próximas de Curitiba. A árvore é conhecida sob o nome de **congonha** que fornece a famosa erva do Paraguai ou **mate**. Os hispano-americanos, encontrando grande diferença entre a erva preparada no Paraguai e a do Brasil, pretenderam fossem diferentes os vegetais que as produzem. Amostras que recebi do Paraguai me puseram em condições de provar às autoridades brasileiras que a árvore de Curitiba é perfeitamente, semelhante à do Paraguai e sua identidade, me foi mais, evidentemente, demonstrada desde que vi por mim mesmo, as árvores de mate plantadas pelos Jesuítas, em Missões. Se, pois, o mate do Paraguai é superior em qualidade, ao do Brasil, isso provém do preparo. Em outras memórias que me proponho apresentar à Academia sobre o vegetal de que se trata, ser-me-á fácil demonstrar que o mate pertence ao gênero *Ilex*; Embora várias plantas tenham sido, falsamente, tomadas, em Minas, pela árvore do mate ou chá do Paraguai, a verdadeira *Ilex* Paraguiense, ali cresce, realmente “ (cf. “VIAGEM na comarca de Curitiba, em 1829” por A. Saint Hilaire; trad. de David Carneiro. Curitiba, 1938)

Os botânicos, como os ecologistas, principalmente, por sua especialização, sabem que a “**árvore do mate**” é um dos três vegetais que caracterizam a mata de araucárias, a maior massa florestal do sul do Brasil. De fato estende-se por grande parte dos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os outros dois vegetais são a “imbuia” (*Phoebe porosa*) e o “pinheiro” (*Araucária angustifolia*).

Tal é a afeição e interesse dos três estados sulinos, que escolheram esses vegetais para serem adotados como suas respectivas árvores símbolo. Assim, Paraná tomou o **pinheiro**, Santa Catarina, a **imbuia** e o Rio Grande do Sul a **erva mate**.

Os rio-grandenses, historicamente, já tinham se antecipado, incluindo “um ramo de erva mate” no brasão de armas adotado desde a epopéia farroupilha. Com a implantação do regime republicano no Brasil, o Rio Grande adotou as mesmas armas da República Riograndense, em 1891, hoje regulamentadas pela lei nº 5.212, de 05-I-1966.

É importante notar que para toda a área do Prata prevalece a denominação de MATE.

Assim, serve-nos, significativamente, para ilustrar o processo histórico da integração cultural, mostrando como a bebida de índios das margens do rio Paraná, esteve presente no altiplano andino, emprestando o nome ao recipiente para o uso da bebida, predominantemente, para toda a região do Prata.

2. A CHIMARRITA

O professor Fernando O. Assunção, historiador e antropologista uruguaio e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do RS é autor de excelente estudo intitulado “La Chamarrita y el Caranguí” (separata do Almanaque del Banco de Seguros del Estado del Uruguay. 1979). Neste trabalho o prof. Assunção comprovou, depois de demoradas pesquisas de campo realizadas no interior de seu país, entrevistando velhos tocadores de guitarra e acordeon, a sobrevivência da Chimarrita que ali se denomina SINARRITA. Pôde, então, surpreender esse baile de campanha

“em diversas localidades e, com maior frequência, nos Departamentos de Cerro Largo, Treinta y Tres, Rivera e, em Taquarembó e Durasno” (fonteiños com o Brasil).

Para a devida avaliação da importância de seu trabalho transcrevemos aqui suas conclusões:

“A - Conclusão conjectural histórica. A Chamarrita açoreana, a chimarrita rio-grandense e a simarrita uruguaia têm uma origem comum, são em princípio a mesma coisa. É isto o demonstrava, não só a similitude dos nomes, desde que a pronúncia açoreana justificava a passagem e SIMARRITA no Uruguai. O notável é que Entre Rios (Argentina) mantenha seu nome original B- Conclusão conjectural etno-cultural; esta conclusão se baseia, lógica e naturalmente, na História, mas juntaremos que 1- As características de baile, antigamente (século XIX), tanto no Rio Grande do Sul como em Entre Rios (Argentina) parecem recordar nas figuras, mudanças de lugares, reverências, cadeias...as da Chamarrita atual dos Açores. 2-Similitude ou igualdades das “coplas” ou, pelo menos, similar valor a saber: personificação da Chimarrita em uma mulher de vida airosa; 3- Podemos estabelecer uma comparação musical bem fundada a despeito das lógicas variantes locais, provenientes de a) diferenças

rítmicas de caráter local tradicional; b) de que as formas melódicas são fracas e comumente, lábeis, através dos tempos, na memória cultural do povo. 4- Os lugares do Uruguai onde Lauro Ayestaran, o dr. Ildefonso Pereda Valdez e o autor (prof. Assunção) registraram Chimarrita, são: a) as zonas fronteiriças com o Rio Grande do Sul, ante-território por onde transitaram açoreanos e ainda circulam seus descendentes com sua bagagem cultural; b) a zona de Maldonado, Rocha e Lavalleja, cujo epicentro geográfico é San Carlos, povoação que tem origem, fundamentalmente, açorana; c) finalmente, uma Chamarrita (Simarrita) que encontramos em Mercedes, Departamento de Soreano e que assinala um caso exemplar pelo estudo histórico-biográfico que nos permitiu realizar “.

Como vemos, os açoreanos, vindos para o Rio Grande do Sul (1752) trouxeram suas contribuições culturais, difundidas por onde andaram. Destas o prof. Assunção destacou a CHIMARRITA, na geografia uruguaia e até em Entre Rios, na Argentina.

É, portanto, um seguro apoio a nosso tema. Na verdade serve como uma luva para sublinhar a intercomunicação luso-espanhola no Prata, indicando até uma significativa direção rumo ao Paraguai.

3. O CHARQUE

O surpreendente das primeiras notícias sobre o mundo americano levou os reis espanhóis a exigirem se lhes informassem “pontual e pormenorizadamente,” o que estava acontecendo nas terras conquistadas. E assim, soldados e missionários se transformaram em cronistas.

Além de muitos cuja memória se perdeu nos escaninhos dos arquivos, sobrevivem alguns até como expressão literária, embora suas cartas e relatórios não pretendessem tanto.

Mas aí estão as notícias do religioso Bartolomeu de las Casas (1474-1566) de Gonçalo Fernandes de Oviedo (1478-1557), com sua “História General y natural de las Índias” ou as famosas Cartas de Colombo e de Cortês; as obras de Garcilazo de la Vega (o primeiro escritor nascido na América) com “El Inca” ou sua “História Geral do Perú” (1617); Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1490-1564) com seus “Naufrágios” tão rico em informações etnológicas ou de Alonso Ercilla (1533-94) com o poema “La Araucária”.

Entre os poucos conhecidos mas não menos autêntico devemos citar Francisco de Jerez, nascido em Sevilha, vindo para a América em 1519. Deixou importante depoimento em sua “VERDADERA RELACION de la conquista del Perú y Provincia de Cuzco, lhamada Nueva Granada” (ed. em Sevilha, 1534). Nela testemunhou os primeiros contatos havidos entre Pizarro e seus companheiros com os naturais da terra e registrou o armazenamento das colheitas em grandes depósitos estatais, onde viu, ordenadamente, guardarem-se “maiz (milho), quinquas (quina), chunio (farinha), **charqui**, etc”.

Muitos autores, depois, registraram o uso da carne de lhama dessecada, com a mesma denominação (CHARQUI) que foi incorporada à linguagem dos povoadores europeus. Seu método simples de preparação foi incorporado com êxito para o abastecimento dos trabalhadores na mineração da prata de Potosí.

Mais tarde passam a utilizar o mesmo processo (com pequenas alterações) para a conservação da carne bovina, difundindo-se por toda a área de dispersão do rebanho desenvolvido nos campos paraguaios.

Estendeu-se, em seguida, à toda a região do Prata, na qual o Brasil incrustara-se, pela Colonia do Sacramento, a partir de 1680.

Daniel Granada em seu “VOCABULÁRIO RIOPLATENSE razonado “, testemunha a persistência da palavra CHARQUI, informando que nas províncias argentinas da pré-cordilheira

“... chamam, como no Perú, **Charqui** que é a primitiva forma do vocábulo...”

Define-o como:

“carne, simplesmente, seca, sem sal; que as demais províncias argentinas e na República do Uruguai, chamam CHARQUE...”

Note-se, nesta ampla geografia, sofreu mínima modificação (apenas a vogal final passou de I para E)

Também os ingleses, para indicarem este tipo de conservação da carne, adotaram a expressão JERKED BEEF, derivada da palavra JERK, versão fonética do CHARQUI peruano, diretamente tomada da denominação do processo incáico.

Isso mesmo reconhecem os dicionaristas daquela língua, quando não duvidam afirmar sua origem:

“from Sounth America CHARQUI” (Joseph T. Shiplay em seu “Dictionary of Words” 2a. ed. The Philosophical Library, N.York 1945).

Ou

“... taken from Peruvians Indians” (in “The American College Encyclopedia Dictionary” vol I Chicago Spencer Press Inc. 1959)

Mas, além da palavra CHARQUI do vocabulário indígena peruano, muitas outras circulam na linguagem oficial de muitos países sul-americanos da atualidade. Algumas até correm mundo, internacionalizadas, como ALPACA, CONDOR, LHAMA PAMPA, QUINA, VICUNHA, etc,

Outro especialista - Marco A. Morinigo, em seu “Las Voces Guaranis del Diccionario Académico (in Boletín da Academia Argentina de Letras. Buenos Aires, 1936) chama atenção sobre a ampla difusão, nas áreas hispano-americanas, de ‘tantas voces antilhanas’ como ARCABUCO, BAQUEANO, CAIQUE, CANOA, CEIBO, CHPETON,,,” Considere-se, também, a enorme lista de palavras de procedência **quíchua** consagradas no linguajar do gaúcho de ambas as margens do Prata, vinculadas às atividades campeiras, como CANCHA, CHÁCARA, CHASQUE, GAÚCHO, GUAÍACA, GARROTE, MANCO, MATE, TAMBO, etc muito presentes na linguagem rio-grandense.

As pesquisas linguísticas mostram a presença de outras muitas palavras de diferentes parcialidades, além da antilhana, araucária, guaraní, kaikang, tupí etc sobrevivendo dicionarizadas, na linguagem corrente ou na toponímia, histórica da atualidade. Percebe-se que elas se encontram dominantes, nas áreas de ocupação mais antigas, embora ainda não bem definidas

Sem dúvida houve um importante “*impurrãozinho*” com a implantação de universidades na área espanhola da América que, segundo determinação nas famosas Leis das Índias, mandavam estabelecer cátedras para o ensino do idioma dos naturais americanos. Impunham aos titulares acadêmicos a obrigação de bem as estudar, sob pena de serem reputados inábeis para o magistério. (Apud o já referido Daniel Granada em seu Dicionário)

Os dicionários da língua portuguesa também recolheram, nas diferentes áreas por eles estudadas, tão numerosas vozes que o velho e conhecido dicionarista Cândido de Figueiredo, na folha de rosto de seu NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA pôde afirmar (no fim do século XIX) que registrou o enriquecimento de

“ muito mais de 30.000 vocábulos que o autor colheu na linguagem popular das províncias e ilhas;; e na linguagem brasílica que contribuiu para esta obra com mais de 6.000 vocábulos não registrados até agora em dicionário português;;;” (I vol. ed da Editora Tavares Cardoso &Irmão, Largo do Camões, 6. 1899).

Aí registra também o verbete

“CHARQUE, m. (bras.) carne salgada e seca, preparação dessa carne (Do quichua charque)

De todas estas palavras, como sementes, brotaram todos os grandes momentos de beleza de nossa literatura ou a grandeza de nossa ciência.

A linguagem tem sido objeto de alguns estudiosos de nossos países.

O prof. José Pedro Rona, da Faculdade de Humanidades y Ciências de Montevideo, deu começo a um questionário para delimitar a influência lingüística do português nos diversos Departamentos da linha fronteira. No I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, realizado em Porto Alegre (1958), teve um trabalho seu aprovado com especiais louvores. Intitula-se “LA FRONTERA LINGÜÍSTICA ENTRE EL PORTUGUÊS Y EL ESPANHOL, EN EL NORTE DEL URUGUAY” (ed. in VÉRITAS revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil. Ano VIII - nº 2, junho de 1963)

No Brasil, Antenor Nascentes (1886-1972), como membro de uma Comissão de Filosofia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, programou um ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL. Aqui no Rio Grande do Sul, o saudoso professor Heinrich A. W. Bunse, trabalhou, intensamente, nesta área e, com a colaboração do prof. Mário Klasman, publicou “ESTUDOS DE DIALECTOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL. Problemas, Métodos, Resultados (ed. da Faculdade de Filosofia (UFRGS), 19969, onde metodologicamente, se dá início ao hercúleo trabalho de um ATLAS LINGÜÍSTICO E ETNOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Muitas mais contribuições se poderia aqui resenhar. Mas esta nossa contribuição se propõe apenas sublinhar este tema de tanta importância para o intercâmbio cultural do Mercosul.

Ao concluir devemos referir duas significativas opiniões.

A primeira se colhe em depoimento de Virgínia Carreno, uma distinta escritora que, em seu “ESTÂNCIA Y ESTANCIEIROS” assim se expressa:

“Muy poca gente en el Rio de la Plata sospecha hasta que punto és potrtuguesa.

El português pertenece a los oscuros principios, a la conquista, a la introducion del ganado, al primer comercio de las costas atlanticas.

La influencia artística, la contribucion al caracter, la decisiva participacion en el comercio han sido aceptados y olvidados dentro de la vida de nuestra república, por eso un enorme numero de nombres, de modos, de usos, cuuyas origenes buscamos, complicadamente, tiene una misma explicacion SON LEGADOS POTUGUESES” (grifamos).

E, entre nós, Antonio Álvares Pereira Coruja, (1806-1889), rio-grandense, pioneiro nos estudos lexicológicos brasileiros, justificou o tema de seu trabalho “COLEÇÃO DE VOCÁBULOS E FRASES NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL” datado em 1851 (in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XV, 1852) assim se expressando:

“Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, visto que não esteja muito apurada a língua portuguesa, não se pode contudo dizer que ela aí seja pronunciada com vícios ou, como, vulgarmente, se chama **sotaque**; o que, alias, se nota em algumas outras províncias do Brasil, cujos naturais, mais ou menos, se distinguem pelo metal da voz todavia a indústria peculiar dos habitantes desta província, seu caracter particular. seus divertimentos apropriados às circunstâncias e recursos locais, o contínuo comércio dos habitantes da campanha com estados vizinhos que, exclusivamente, falam a língua castelhana e sua antiga comunicação com diferentes tribos indígenas, tem feito que seus habitantes para exprimirem certas idéias e comunicarem certos pensamentos, tenham adotados alguns vocábulos e frases que não tem equivalentes, nem no uso comum, nem nos dicionários da língua. muitos destes são tirados, por analogia, outros desviados de seu sentido natural e óbvio para os adaptarem a suas necessidades, outros (mui poucos) alterados na pronúncia, outros, finalmente, ou inventados ou procedentes de uma origem, talvez, desconhecida.,” e mais adiante

“ apenas os homens civilizados da campanha tem uma pronúncia que se ressenste de **sotaque** castelhano, ao mesmo tempo que os rio-grandenses de trato mais civil passam, nas outras províncias por naturais de Lisboa.!”

Portanto, vemos que nossa integração começou bem cedo.

Bem antes de se implantar a Colônia do Sacramento os luso-brasileiros freqüentavam os núcleos de povoamento espanhol para efetuarem significativas trocas comerciais.

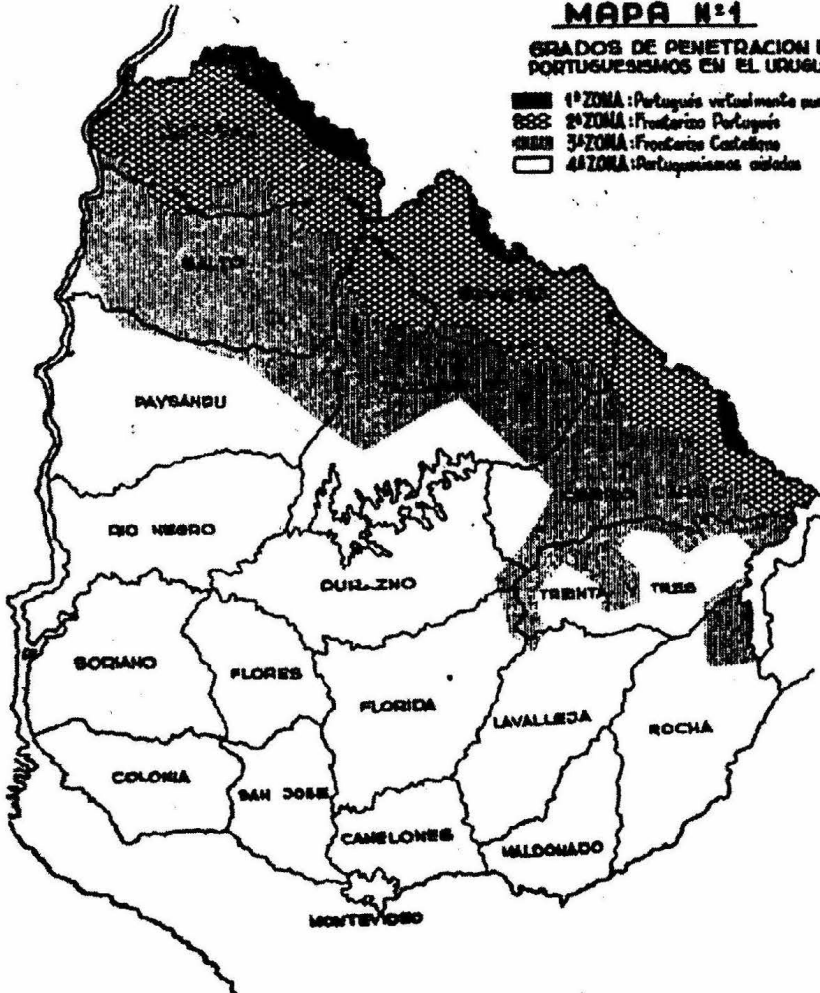
Estabeleceram, porém, muito mais que isto - uma importante troca cultural.

Das terras altas do Perú vieram muitos hábitos, vestuários, costumes, linguajar ou termos que se incrustaram nas duas línguas - espanhol e português de tal modo que apesar de intensíssimas pesquisas, ainda hoje não estão completamente, recenseados. Ganhou-se, porem, uma integração humanística, fortalecida no Prata pelo convívio ininterrupto, ativo e intenso que se continua entre homens representativos da sociedade sul-americana, como entre seus mais simples “paisanos”.

MAPA N°1

GRADOS DE PENETRACION DE PORTUGUESMOS EN EL URUGUAY

- 1ª ZONA: Portugués virtualmente puro
- ▨ 2ª ZONA: Fronterozo Portugués
- ▤ 3ª ZONA: Fronterozo Castellano
- 4ª ZONA: Portuguesismos aislados



BIBLIOGRAFIA

- 01- Assunção, Fernando O.- "La Chimarrita y el Caranguioy" (Almanaque del Banco de Seguros del Estado del Uruguay. 1970)
- 02- Bunse, Heinrich A. W. e Klasmann, Mário S.-"Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul" ed. da Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1969
- 03 - Carreno, Virgínia - "Estancias y Estancieros"
- 04 - Carvalho Franco, Francisco de Assis - "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas Sec XVI, XVII e XVIII". São Paulo, 1954
- 05 - Coruja, A.A, Pereira - "Coleção de Vocábulos e Frases Usadas na Província de São Pedro" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XV. 1852
- 06 - Figueiredo, Cândido de - "Novo Dicionário da Língua Portuguesa". ed. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. Lisboa. Largo do Camões 8. 1899
- 07- Granada, Daniel - "Vocabulário Rioplatense Razonado". ed. da Imp. Rural Montevideo. 1890
- 08 - Morinigo, Marco A.- "Las Voces Guarnies del Dicionário Acadêmico" in Boletín de la Academia Argentina de Letras. B.Aires. 1935
- 09 - Rawls, Joseph - "Antisuyu dos Incas" in AMERICAS vol. 23, nº 8 agosto 1971
- 10 - Rona, José Pedro - "La Fronteira Linguística Entre el Portugués y el Español, en el Norte del Uruguay" in VERITAS Ano VIII nº 2. p: 201-213 (com dois mapas), junho de 1963
- 11 - Saint Hilaire, Auguste de - "Viagem na Comarca de Curitiba em 1820". Trad. de David Carneiro. Curitiba. 1938
- 12 - Shipley, Joseph - "Dictionary of Words Origins", ed. da The Philosophical Library. New York. 1945 (2a. ed.)
- 13 - Valverde, Orlando - "Geografia Agrícola do Brasil" (Iº vol.) ed. do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Min. da Educação e Cultura. RJ 1964
- 14- Xavier, Paulo - "Corredor Cultural" in Suplemento Rural do CORREIO DO POVO, ed. 14-VI-1974
 -"Integração Humanística" in Suplemento Rural do CORREIO DO POVO, ed. de 18-VII-1975
 -"Roteiro dos Paulistas" in Suplemento Rural do CORREIO DO POVO, ed. de 04-VII-1975

DOCUMENTOS e ILUSTRAÇÕES

- 1-"ANAIIS do Museu Paulista" Tomo XIII
- 2-"CAMPANHA DEL BRASIL Antecedentes coloniales" Ed. do Archivo General de la Nacion. Três tomos.
- 3-"The Americann College, Enciclopedie Dictionary" vol. I Chicago Spencer Press inc. 1959
- 4-"CARTE DU PARAGUAY et des Pays voisins" (detalhe) do engº da Marinha Bellin (1703-1773)
- 5- "Mapa mostrando o "Grados de pernetracion de portuguesismo en el Uruguay" encontrado no estudo de José Pedro Rona (referido na Bibliografia)
- 6- " Mapa com as tribus incaicas que ilustra o trabalho de Joseph Rawls (referido na Bibliografia).



Arquivo Fundação Raymundo Otton de Castro Maia / RJ

Viajante da Província do Rio Grande. Jean Baptiste Debret. Aquarela 15x22cm. Assinada. 1823

SOCIEDADES DE TIRO E BOLÃO

Carlos de Souza Moraes

Gente acostumada a viver em comunidade, cultivando em regra a sociabilidade por inexpressivo que fosse o núcleo, unida pela igreja e pela escola em seu país de origem, entregue a seus hábitos tradicionais e cultivando as festas religiosas, escolares e recreativas que eram uma constante em sua vida, teria, por certo, de trazer para as terras do Rio Grande valiosa contribuição: os seus costumes, entre os quais se destacou o “kerb”.

E com os contingentes imigrantistas, veio também o hábito do tiro ao alvo e o jogo do bolão, práticas que haveriam de atravessar os anos até nossos dias.

Desta maneira, o “kerb”, tiro ao alvo e o jogo de bolão tornaram-se tradição e representaram fatores de elevado cunho aglutinador dos imigrantes distanciados em suas glebas de trabalho e amenizador da árdua existência que o isolamento e as asperezas do “habitat” lhes impunham.

A eles se deve sem dúvida a manutenção do mesmo espírito sadio e alegre que lhes proporcionaria condições psíquicas para se adaptarem ao novo meio e vencerem admiravelmente as vicissitudes que experimentaram no alvorecer da colonização e que lhe enrijeceram o ânimo para levarem avante a tarefa fecunda e irreversível que elegeram.

Tiro ao alvo, conhecido como o Tiro ao Rei (königschiessen), como o jogo de bolão cedo se desenvolveram e se expandiram à medida que os centros populacionais, ínfimos a princípio, iam pontilhando as picadas, tímida, mas resolutante, junto a pequenos armazéns, bailantes e capelas que as necessidades e a coragem dos pioneiros e, mais tarde, dos descendentes faziam surgir.

Nos torneios do tiro ao alvo, a princípio cotizavam-se os participantes para atenderem às despesas, complementadas normalmente com reuniões festivas dos moradores. Com o desenvolvimento dos núcleos, foram-se constituindo sociedades próprias e esse passatempo era privilégio apenas dos associados, todavia permitindo-se por vezes a participação de estranhos ao quadro social.

As armas usadas eram normalmente de pressão com visor, e de fabricação alemã. Muitas delas foram trazidas pelos imigrantes, e existem ainda hoje numerosos exemplares disseminados por sociedades, que a usam, enquanto outras são conservadas como relíquia.

As disputas de tiro ao alvo classificavam três atiradores, entre os que obtinham mais pontos. O que conseguia o maior número era considerado Rei e os outros dois, cavalheiros, a quem medalhas eram atribuídas. Ao Rei, impunha-se uma faixa geralmente de couro com placa de prata ou prateada e a data da competição.

A faixa era conservada na sociedade e com o tempo era substituída, em razão da quantidade de placas que a enchiam completamente, em decorrência das disputas realizadas através dos anos.

A colocação da fita simbólica no campeão era comemorada com baile no dia da conquista, ou dias após, às vezes por ocasião do transcurso do aniversário da

sociedade, ou de outra data assinalada. Nessas ocasiões, nos primeiros tempos usava-se caldo de cana e de frutas, além de cachaça, bebida preparada com suco da cana, a cerveja apareceu mais tarde, ou fabricada pelos colonos, ou adquirida raramente em Porto Alegre. Deve-se assinalar que esta bebida haveria de se fixar na preferência em toda região colonial, como acontece até os dias presentes. Festa sem cerveja para o descendente do pioneiro é festa incompleta senão destituída de interesse.

Com quase as mesmas características do tiro ao alvo, a par do progresso dos núcleos, foi possível a prática do jogo de bolão, conhecido por “königkegeln” e que se constituiria num outro centro de distração e disputas lúdicas. Deveria ter surgido muitos anos após o início da instalação das primeiras famílias, porque os meios de que dispunham não lhes teriam permitido a preparação do material necessário para a instalação de canchas. Por certo que, na então vila de São Leopoldo, apareceu bem mais cedo, devido à aproximação da capital da Província, o que lhes assegurava recursos em matéria-prima e mão-de-obra qualificada.

Também proclamavam-se Rei e Cavalheiros para os três primeiros lugares, com entrega de medalhas. A faixa simbólica de tecido amarelo com folhas verdes naturais (lohrberen) era imposta ao vencedor, repetindo-se anualmente o torneio, com os mesmos usos e costumes.

O baile, no dia da disputa ou dias depois, era uma norma que propiciava a reunião de colonos da localidade e das vizinhanças. Às vezes, representava a festa motivo para longas caminhadas ou cavalgadas, ou viagens de carroças, num conagração notadamente vincado pelas mais fortes emoções de velhos agricultores, que reviam amigos e parentes, separados por longas distancias de suas glebas, ou por picadas quase impraticáveis. Aqueles instantes não se mediam por horas. Dois a três dias era o tempo que consumiam, a princípio, no contato em que a troca de impressões e confissões alegres, tristes e por vezes compungentes, que alegravam como confrangiam uns e outros.

Os atiradores, quase sempre sócios do clube, - pois raramente eram admitidos estranhos ao torneio e variava o uso de região para região - se cotizavam para atender às despesas do jogo. E tanto no Tiro ao Rei como no Bolão do Rei, a renda, para a qual concorriam ainda contribuições espontâneas, era entregue aos três vencedores, que, com ela, pagavam a bebida no balcão da sociedade, com a presença indispensável de senhoras e moças. As crianças eram também participadoras do instante, ingerindo refrescos.

A alegria contagiava todos os participantes e proporcionava noite de baile que se prolongava até ao clarear do dia.

Não fossem essas participações desportivas e o “kerb”, era bem possível que a nostalgia das levas emigrantistas tivesse determinado o fracasso do ensaio colonizador, ou demorado o seu progresso.

É de se admitir que a intensa pesquisa que se vem realizando de uns tempos a esta parte, provocada pelos preparativos e realização dos festejos comemorativos do bicentenário da Colonização Alemã, permita assinalar, através de velhas correspondências, de anotações esquecidas, ou dormindo nos arquivos, a época,

mais ou menos, em que começou a prática do Tiro ao Rei e o Bolão do Rei, quase de todo desaparecido, com o cerimonial dos primitivos tempos.

Particularmente, no então povoado de São Leopoldo, o Tiro ao Rei talvez tenha surgido depois de 1850.

Segundo anotações de João Alfredo Panitz, falecido há poucos anos, um dos raros memorialistas que São Leopoldo possuiu e que manteve durante muito tempo uma fábrica de cerâmica nesta cidade, à Rua Santana, hoje Presidente Franklin Roosevelt, na da Travessa Panitz - deve-se a Eduardo Piegel, natural da Alemanha e que mantinha na rua principal, antiga Rua do Passo, hoje Independência, uma casa de bebidas, onde se reuniam constantemente amigos e pessoas para se ali distraírem-se em horas de lazer, a fundação em 1878 do “Clube dos Atiradores”, cujo estandarte se encontrava em poder do anotador e passou depois a fazer parte do acervo do Museu Visconde de São Leopoldo. Ali, está bordada a data de fundação.

O seu primeiro dirigente foi o “comandante” Eduardo Pilger, conhecedor e entusiasta desse esporte, para cuja prática se instituiu uniforme próprio: casaco e chapéu de cor cinza, revestido de verde, calças pretas, que se podem ser observado em antigas fotografias. Serviu de sede do clube uma propriedade que Germano Panitz possuía à esquerda da atual Hidráulica Municipal e que compreendia casa antiga com laranjal. Aí se praticou durante anos o tiro ao alvo.

Essa área de terras mais tarde foi adquirida pelas Irmãs Franciscanas, que no local construíram e instalaram o Ginásio São José, que exerceu papel relevantíssimo no setor educacional do Rio Grande do Sul.

Por ocasião das festividades, os atiradores eram recebidos sob o espoucar de foguetes e música.

Em razão de divergências, desligaram-se, após alguns anos, vários sócios, que fundaram, em 1883, com a denominação de Freischütz, outra sociedade, que teve a sua linha de tiro localizada à direita da hoje Avenida João Corrêa, junto à Praça da Entrada, atualmente Amadeo Rossi. Como os exercícios e competições de tiro se faziam em direção à lomba Barro Vermelho, o que causava constantes perigos para uma das ruas próximas, agravado de desentendimentos entre os seus membros, cessou a novel entidade as suas atividades. O seu patrimônio e o remanescente dos sócios foram incorporados ao “Clube dos Atiradores”, que haveria de ter ainda longa existência.

Mais tarde, em 1893, surgiu outro clube, de cujo nome e atividade não se tem notícias. Sabe-se, no entanto, que foi constituído de sócios dissidentes do “Clube dos Atiradores”, e era conhecido por “Stockfisch”. Sua linha de tiro foi localizado em terras de um de seus sócios, de sobrenome Wolffenbüttel, e se situava de frente ao local onde hoje está instalada a Agência Ford, de Hennemann S.A., à avenida Theodomiro Porto da Fonseca.

Só “stockfisch”, desconhece-se o seu fim. Se sem arquivo e estandarte também não se teve notícias.

Quanto ao “Clube dos Atiradores”, que lutava pela sobrevivência, o descontentamento de alguns sócios com a manutenção do pavilhão do tiro, que era

um telheiro com paredes expostas, levou-o à designação de Carlos H. Panitz, pai de João Alfredo Panitz, para procurar outro sítio e construir pavilhão mais adequado.

Foi escolhido um trato de terras com mato de propriedade de Germano Panitz, o qual daria mais tarde entrada para o Ginásio São José.

A direção do clube acordou com o proprietário que as benfeitorias que viessem a ser realizadas seriam indenizadas, no caso de venda do imóvel, o que veio ocorrer quando as Irmãs Franciscanas, com donativo da família Barcellos, de Porto Alegre, adquiriram o imóvel, que ia dos trilhos da Viação Férrea até à Hidráulica, ao longo do Rio dos Sinos.

Ficou assim o clube sem “stand” de tiro, novamente.

Mais uma vez, encarregou-se da missão de procurar outro sítio o atirador Carlos H. Panitz, que o encontrou no “Spiegelberg”, com casa antiga e mato e fazendo frente para a Hidráulica. Foi adquirida uma faixa dessas terras, onde hoje estão instaladas as Irmãs Evangélicas.

As novas instalações foram inauguradas em 18 de janeiro de 1897.

Anteriormente, ainda no “stand” então existente nas terras compradas pelas Irmãs Franciscanas, realizou-se grande festa, a terceira da “União de Atiradores”, sob o patrocínio do “Clube de Atiradores”, de Porto Alegre.

Reuniram-se quinze clubes e a Sociedade Orpheu ofereceu gratuitamente os seus salões para a efetivação de diversos jogos. Os bailes de encerramento das festividades, que transcorreram por cinco dias, tiveram por local a Sociedade Orpheu e o Salão Michel, este localizado à esquina da Rua Marquês do Herval com a Osvaldo Aranha e em prédio onde funcionou por muitos anos os serviços judiciários e posteriormente demolido. Hoje, ainda existe o terreno, baldio, defronte as oficinas de Rotermond S.A. pela Rua Marquês do Herval.

Em 1898, verificou-se em Porto Alegre a quarta festa da União dos Atiradores e que se constituiu numa verdadeira reunião de confraternização com o concurso de diversas sociedades. Numa ocasião, as armas estavam enfeitadas, dando aspecto carnavalesco.

Festejando o quarto centenário do descobrimento da América, a Sociedade dos Atiradores promoveu, em 1900, em sua sede social no “Spiegelberg”, a desusados festejos, com participação de numeroso público, durante os quais foi servido churrasco e apresentado números de música.

No ano seguinte, foi disputado torneio de tiro ao alvo, inaugurando-se grande alvo que apresentava uma figura de águia, com duas cabeças e asas abertas, na qual eram assinalados diversos pontos pretos para servirem de alvo. Cada um deles representava determinado ponto. O “tronco” da águia constituía o ponto máximo, atingido que foi pelo atirador Alberto Panitz.

O “Clube dos Atiradores”, segundo os estatutos, instituiria a Páscoa, como a sua festa máxima, festejando-a anualmente com a tradicional competição de Tiro ao Rei. Eram feitos preparativos especiais e se constituía em acontecimento memorável.

Outro dia após o torneio, o baile comemorativo encerrava os festejos, quando eram homenageados e condecorados os vencedores, nas dependências da Sociedade Orpheu.

O conjunto musical na ocasião, constituído de doze integrantes e sob a direção do maestro Martinho Böckel, cadenciava as danças. Os músicos, além do preço ajustado pela noitada, recebiam dezoito garrafas de cerveja.

A diretoria da Sociedade Orpheu, nessas ocasiões, oferecia a seus associados e aos que eram admitidos mediante ingresso café com cuca, prática mantida até a pouco tempo, uma vez por ano.

As homenagens ao campeão do torneio de tiro ao alvo obedecia o ritual especial. O vencedor era procurado em sua residência, de onde saía para o salão de festas, acompanhado de associados, com bandeira do clube e conjunto musical. Ao chegar ao local, onde receberia a faixa simbólica e medalha, era saudado pelo presidente.

Em 1903, Bernardo Thimig, já entrado em anos e proprietário de grande oficina mecânica na cidade, concebeu a idéia de construir uma canhão, para dar maior realce às festividades da agremiação. Embora fundido em metal, não resistiu o engenho à quarta experiência.

Não se deixou vencer pelo insucesso, e Thimig, utilizando-se de eixo de vagão usado na estrada de ferro, conseguiu tornear a pretendida peça de artilharia rudimentar e a montou num carro de arado que lhe oferecera C. H. Panitz.

Tal artefato, em 1917, por ocasião da liquidação do “Clube de Atiradores”, foi apresentado ao seu co-irmão de Lomba Grande.

Deve-se a João Alfredo Panitz, várias vezes presidente do clube, numerosas iniciativas, entre as quais a construção de uma trincheira, para permitir mais rápido curso à marcação dos pontos e em substituição de alvos.

Em 20 de janeiro de 1907, a Sociedade Orpheu festejou o seu cinquentenário de fundação e proporcionou a seus sócios passeio ao campo e matos do “Clube de Atiradores”.

Pôr disposição estatutária, eram solenes as exéquias de sócio falecido, cujo esquife era carregado por seis atiradores uniformizados e trazendo a tarja preta demonstrativa de luto. O presidente e orquestra acompanhava o féretro até o cemitério, onde havia salva de tiros ao baixar o caixão ao túmulo.

Mais tarde, a cerimônia se simplificou. A homenagem se realizou no primeiro domingo depois de trespasse, com presença de diversos associados portando armas, com as quais disparavam.

O Clube dos Atiradores era filiado à União de Tiro, sediada em Porto Alegre. Com as participações do clube nas competições na capital eram dispendiosas, tornou-se com o andar do tempo quase nula a sua presença.

Em substituição a esse conagraçamento, foi resolvido que se reunissem todos os clubes de atiradores do Vale dos Sinos nos moldes da União de Tiros de Porto Alegre.

Congregaram-se assim as entidades congêneres de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Hamburgo Velho, Lomba Grande, Campo Bom e Bom Jardim, sob a denominação de União dos Clubes de Atiradores do Município de São Leopoldo.

A primeira competição se realizou em São Leopoldo, com a participação de cinco clubes e cento e trinta e sete atiradores.

Nessa ocasião, sagraram-se campeão Otto Munack, 1º Cavalheiro Carlos H. Panitz, estes da entidade leopoldense, e 2º Cavalheiro Carlos von Reisewitz, de Campo Bom.

Era presidente Alberto C. Panitz.

Em março de 1912, efetuou-se o Tiro à Águia, com a utilização de alvo de madeira tendo sido necessários 497 tiros para desmembrá-la, como impunha o regulamento da competição.

Nesse ano, a presidência coube a Otto Munack e foi dirigido um apelo à população para constituição de recursos em dinheiro de ser adquirido o restante do local onde o Clube dos Atiradores mantinha a sua sede.

Mas não surtiu resultado.

Novas providências foram tomadas para manutenção da sociedade, que lutava com sérias dificuldades financeiras e redução de associados.

Para provocar maior interesse, foi instituída medalha de ouro em 1913, para quem alcançasse o mais alto ponto em dez tiros, tendo a mesma sido adjudicada por Alberto Schmidt, e, neste mesmo ano, sob a presidência de Alberto Panitz, a festa do Tiro ao Rei teve como sede Campo Bom, para o que foi obtido trem especial, que deveria conduzir 128 pessoas. Sagrou-se campeão Pedro Mentz, de Hamburgo Velho.

Em 1915, voltou à presidência Alberto Panitz, cuja gestão houve, por convite de seu co-irmão porto-alegrense, romaria à herma de Bismarck, onde foi colocada oferenda floral.

Apesar das vicissitudes por que passava o clube, tudo era envidado para a sua sobrevivência. Promoviam-se festejos e competições que assegurassem a sobrevivência da associação e a união dos atiradores. Neste ano de 1915, o torneio foi transferido para Lomba Grande, onde obtiveram classificação: Julio Muker, com arma descansada, 1º lugar, e João Alfredo Panitz, 2º lugar, com arma sem descanso, ambos do clube leopoldense.

Alberto Panitz manteve-se na presidência, sempre re-eleito, até 1917, quando foi dissolvido o Clube dos Atiradores, que conseguiu somar 39 anos de existência, vencendo dificuldades constantes nos últimos anos e apelando por vezes à população, para proporcionar-lhe os recursos de que carecia, mas sem resultado.

Esse presidente, em diversas reuniões, em seus dois últimos anos de gestão, recorreu a todos os meios para manter o clube que tantas alegrias proporcionara à população local e aos seus congregados e que soubera despertar e propagar o interesse pelo esporte. Muitas das sociedades desportivas ainda existentes nas cidades disseminadas pelo Vale do Rio dos Sinos lhe devem sem dúvida a iniciativa e o impulso. Dos clubes de atiradores, nasceram as primeiras manifestações pelo culto do canto e da música, e do esporte diversificado. Por isto, ao Clube dos

Atiradores de São Leopoldo deve ser creditado papel saliente no desenvolvimento cultural de nossa região colonial, que não se limitou somente ao núcleo inicial da colonização, mas às demais colônias que se iam irradiando pelo interior do Estado e de Santa Catarina.

Bem merecem pois respeito e admiração aqueles que fundando e mantendo o clube, com ingentes dificuldades, plantaram centros lúdicos, de esporte, canto e música.

O Clube de Atiradores, em fins de 1917, chegara ao fim de sua resistência. O número de sócios se reduzia a 39 apenas e com estes não era possível mantê-lo.

Resolveram os remanescentes do quadro social, ainda sob a presidência de Alberto Panitz, que convocara reunião extraordinária, não realizar nesse ano de 1917 o torneio de Tiro ao Rei.

Em 18 de janeiro de 1918, nova reunião para decidir os destinos da agremiação, com a presença de nove sócios!

Era realmente o fim. Não havia realmente mais interesse e nem possibilidade de sua manutenção.

Propõe então o presidente a sua dissolução e liquidação.

A dívida era de treze contos mais ou menos e a venda do imóvel que pertencia à sociedade era a solução e fôra assim objeto de venda para satisfazer dívidas.

Estavam encerrados as atividades do Clube dos Atiradores, que teve Leopoldo Hoffmann e Alberto Panitz como seus presidentes por maior espaço de tempo. Ocuparam ainda a presidência, entre outros, Jacob Ebling, João Alfredo Panitz, Germano Mohr e Germano Weimann.

Relacionam-se alguns dos atiradores que se destacaram pela sua dedicação ao clube, durante sua existência: Leopoldo Hoffmann, Alberto G. Panitz, Germano Lang, Germano Weimann, Julio Merker, João Alfredo Panitz, Carlos Henrique Panitz, Luiz Klein, Luiz Correia da Silva, Paulo Vetter, Emilio Thurmann, Alberto Graeter, Alberto Schmidt, Albano Prass, Reinaldo Thimig, Carlos Ritt, Carlos Weimann, Frederico Deckmann e Frederico Lütke.

Fizeram parte também de seu quadro social Carlos Schiel, Roberto J. Panitz, Guilherme Hoechner, Alfredo Seelig, Carlos Fillmann, Henrique Fischer, Guilherme Hoffmann, Martinho Boeckel, Bernardo Joenisch, Luiz Stabel, Augusto Schaly, Guilherme Fetzer, Carlos Stumpf, Jacob Übel, Leopoldo Feldmann, Henrique Kersting, Henrique Bohrer, Julio Fleck, Enrich Hopfer, Matthias Aenches, Frederico Reupert, Luiz Francisco Weimann, Adão Panitz, Paulo Pohl, Carlos Presser, Max Richter, Luiz Crucius e João Presser.

Sobre os seus qualificativos, o Boletim Municipal, publicado em 1946 pela Prefeitura de São Leopoldo, traz, com fotografia, notícia, à pág.33

Ainda se encontram outras reminiscências de nossos atiradores e jogadores de boião. A seara é, ainda, farta e prometedora. A pesquisa nos demonstra, ante a fartura de acontecimentos que enriquecem o passado da colonização, que ainda estamos a dever-lhe estudos mais aprofundados, a despeito de obras como "O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul", obra preciosa de Aurélio Porto e a que

todos os estudiosos recorrem sempre, e como também aos estudos contidos em "Populações Meridionais do Brasil", e "Raça e Assimilação", de Oliveira Viana. E não menos importantes são as obras "Ensaio de Anthropologia Brasileira" de E. Roquete Pinto, "Espírito da Sociedade Colonial", de Pedro Calmon, e "Aculturação dos Alemães no Brasil", de Emilio Willems.

Os aspectos etnológicos e de assimilação estão a exigir estudos mais aprofundados. Só assim teremos realmente um conjunto de trabalhos que corresponda à significação e importância de nossa colonização alemã.

Além da pesquisa de que demos notícias no princípio deste relato, devemos acrescentar, para maior riqueza do acontecimento, outra versão, do "Kerb", que colhemos em pesquisa.

Há sessenta anos, havia os "kerb" em São Leopoldo, como hoje e no interior da colônia.

Durava ele três dias, sábado de tarde e domingo, e à noite de segunda-feira.

Existiam, ao tempo, dois salões de bailes e de comemorações, o salão do Capitão Schneider, situado além dos trilhos de Viação Férrea, na praça de entrada da cidade, e o salão Sperb, na rua Lúndolfo Collor, perto da referida estação ferroviária. Para as festas anuais, já dias antes, faziam-se grandes preparativos. Cucas e doces, em abundância, como sobremesa, e imolavam-se muitos porcos, como comida principal e que denominavam "schweine braten" (assado de porco), e era servido ainda frango assado, arroz, batatas cozidas e "nudel" (massa), feita em casa e salada de batatas.

O começo do "kerb" era aos sábados, à tarde, pelas três horas, com o salão, já, repleto de rapazes e moças, além dos pais e interessados no festejo.

A música dava início às danças, sempre muito concorridas e, abaixo de foguetes e música. Armava-se um mastro, de vinte metros de altura, na frente da sociedade enfeitado com papel na ponta, onde também era implantada uma grande coroa e um ramalhete de flores. No meio do salão, também existia uma coroa dependurada e no centro desta, uma garrafa de vinho ou cerveja. Os músicos, à frente dos rapazes, estes armados de enxadas e pás, e, aos gritos, davam início ao "Kerb", além de gestos de alegria, e à procura da garrafa dependurada, com o conhecimento do lugar por um dos rapazes, avisado antecipadamente.

Aquele que encontrava a garrafa era destacado no salão e condecorado, com uma roseta com fitas de cor. O rapaz distinguido era o primeiro a entrar no salão e, em seguida, dependurava a garrafa, novamente.

O salão era enfeitado com guirlandas e bandeirinhas de papel de todas as cores.

O bailante condecorado, a baixo de música e gritos de alegria, comandava os bailantes ao balcão e pagava a todos cerveja, à vontade. A garrafa de vinho ou cerveja "arrancada» era devolvida muitas vezes ao local de origem para novas retiradas.

A colonização alemã nos deixou muitas recordações e hábitos, que ainda não mereceram a devida apreciação de nossos estudiosos. Na alimentação, no vestuário, no divertimento e na religião encontramos sempre o que dizer.

E ela deixou tantas marcas de seu passado na colônia e na cidade, que vale a pena dedicar instantes para recordar e assinalar, não só para completar a sua história de lutas, de dissabores de sofrimentos e de anseios como para realizar obra de literatura capaz de prender e não soltar o leitor.

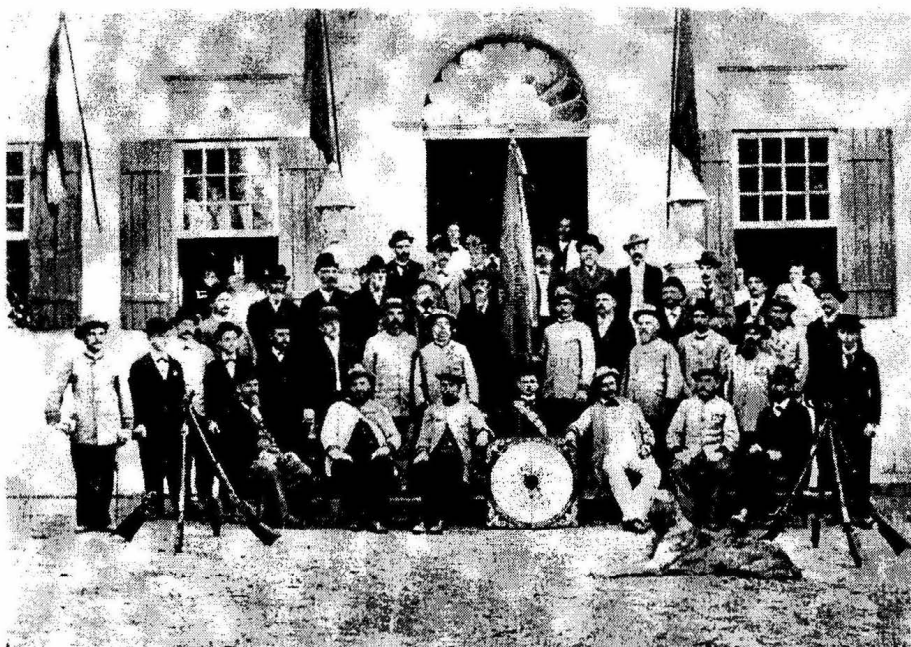
É por isso que, quando lançamos os olhos para o mapa do Rio Grande e nos detemos nas cidades, nos rios, nas estradas, nas picadas, somos conquistados pelo que fizeram os colonos alemães e seus descendentes pelo progresso do Rio Grande do Sul!

Quanto sofrimento, quanto esforço, quanta luta, quanta desilusão, quantas queixas, quanta saudades, quanta coragem, quanto trabalho para vencer o ambiente da selva, da mata e do indígena, quanta disposição e coragem para realizar suas lavouras, muitas vezes sem os instrumentos adequados, quanta desdita por não ter escolas para os seus filhos e nem médicos para amenizar e vencer os seus sofrimentos físicos!

É um mundo de acontecimentos, de particularidades que o colono soube e pode vencer, a despeito, muitas vezes, senão quase sempre, abandonado pelo governo, em sua longa jornada pelo progresso de sua nova terra! E eles souberam vencer sua trajetória árdua mas bendita de ajudar a fazer o Brasil.

Aí estão, hoje, os seus descendentes, médicos, advogados e diplomados em tantos outros cursos superiores destacando-se na profissão, nas Câmaras Municipais, no magistério público, na justiça, nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado e até na Presidência da República, com o Gal. Ernesto Geisel!

Que bela e magnífica história!



ANTIGA SOCIEDADE DE ATIRADORES DE SÃO LEOPOLDO (*)

[Boletim Municipal - POA]